



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO**

**George Floyd:
Racismo, Ruptura Discursiva e as Mudanças na Narrativa Racial no Cenário
Comunicacional**

Renata Almeida Danin

**BRASÍLIA
2024**



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO**

George Floyd:

Racismo, Ruptura Discursiva e as Mudanças na Narrativa Racial no Cenário Comunicacional

Renata Almeida Danin

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília (UnB) como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutora.

Linha de Pesquisa: Poder e Processos Comunicacionais

Orientadora: Profa. Dra. Liliâne Maria Macedo Machado.

**BRASÍLIA
2024**



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO**

TESE DE DOUTORADO

George Floyd: Racismo, Ruptura Discursiva e as Mudanças na Narrativa Racial no Cenário Comunicacional

Autora: Renata Almeida Danin
Orientadora: Profa. Dra. Liliane Maria Macedo Machado

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília.

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Liliane Maria Macedo Machado - UnB (presidente)

Prof. Dr. Valmir Teixeira de Araújo - UnB (membro interno)

Prof. Dra. Karina Gomes Barbosa - UFOP (membro externo)

Prof. Dr. José Gracildo de Carvalho Junior - UFPA (membro externo)

Prof. Dra. Rafiza Luziani Varão Ribeiro Carvalho - UnB (suplente)

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pela autora

Danin, Renata Almeida

Dg George Floyd: Racismo , Ruptura Discursiva e as Mudanças na Narrativa Racial no Cenário Comunicacional / Renata Almeida Danin; orientador. Liliane Maria Macedo Machado. - - Brasília, 2024; 177 p.

.Tese (Doutorado em Comunicação) - - Universidade de Brasília, 2024;

1. Diversidade. 2. Cobertura Jornalística. 3. Análise do Discurso. I. Machado, .. Liliane Maria Macedo, orient. II. Título.

Ao meu amado Bruno, por mudar a minha vida.

AGRADECIMENTOS

Ao meu pai, Ronaldo Danin (*in memoriam*), por ter sido um pai maravilhoso, com quem vivi os momentos mais felizes, e tive as melhores lições. Do meu pai carrego o sobrenome, o bom humor e a generosidade. Amo muito, sinto saudade, e este trabalho, assim como todos que eu escrever, serão sempre dedicados a ele.

Ao meu filho, Bruno Danin, esperado, amado, querido, alegre, imaginativo, que com a sua chegada, me possibilitou conhecer o caráter de Deus.

À minha mãe, Elizete Danin, mulher batalhadora, esperta e inteligente, responsável pela estabilidade da nossa família e pela minha mudança para Brasília.

Ao meu esposo, Thiago Reis, por me acompanhar em todos os momentos.

Aos amados Bob, Preto, Maia e Theo, pela amizade eterna.

Ao Professor Dr. Ricardo Brisolla Balestreri pela generosidade.

Ao Professor Dr. José Gracildo de Carvalho Júnior, pela competência.

À Professora Dra. Liliane Maria Macedo Machado, minha querida orientadora, pela paciência, compreensão e pela forma que conduziu este trabalho.

Ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da FAC-UnB, em especial aos professores que o compõem, os quais colaboraram e me incentivaram na caminhada e construção deste trabalho.

E a Deus, criador de tudo, por ter colocado as pessoas certas no meu caminho, a fim de que esse propósito se cumprisse em minha vida.

Por este filho orava eu e o Senhor ouviu minha oração.
1 Samuel 1:21

RESUMO

DANIN, Renata Almeida. George Floyd: Racismo, Ruptura Discursiva e as Mudanças na Narrativa Racial no Cenário Comunicacional. 2024. 177 páginas. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília, Distrito Federal, Brasil, 2024.

Este trabalho explorou as configurações do Racismo Discursivo que norteiam o cenário jornalístico, trazendo reflexões sobre a sutileza do racismo e seu impacto na inferiorização de indivíduos da raça negra. A pesquisa buscou responder o seguinte problema: como a mídia interage com as questões raciais, seja através de representações, estereótipos, mercado de trabalho, ou questões relacionadas à diversidade e inclusão? A hipótese parte da seguinte afirmação: tragédias raciais podem provocar uma ruptura discursiva e gerar mudanças significativas nos meios de comunicação em relação a pessoas negras. Foi utilizado como corpus de pesquisa um jornal de alcance nacional, assim como programas televisivos, todos veiculados no ano de 2020. Esse ano irá abranger, entre outros temas, a pandemia da Covid-19. A cobertura midiática costuma retratar problemas sociais, crimes e violências vinculadas à população de raça negra, onde o foco destas divulgações induz o expectador a deparar-se com os problemas supramencionados, ao invés de indicar as causas e principalmente, os possíveis causadores dos fatos, o que invariavelmente suscita uma visão limitada dos acontecimentos compartilhados e configura racismo discursivo. Esta pesquisa, de caráter qualitativo, traz uma abordagem sociológica do racismo, em que as variáveis analisadas são: a cobertura jornalística e as relações raciais. Para alcançar os objetivos foram utilizadas como ferramentas metodológicas, a análise de conteúdo, análise crítica do discurso, revisão bibliográfica e a pesquisa documental. Como resultados observou-se mudanças em relação a abordagem de casos de cunho racial por parte da mídia em geral, e maior inclusão de pessoas negras em ambientes televisivos, especialmente após os eventos de crimes raciais ocorridos no ano de 2020.

Palavras-chave: Diversidade; Cobertura Jornalística; Análise do Discurso

RESUMEN

DANIN, Renata Almeida. George Floyd: Racismo, Ruptura Discursiva y Cambios en la Narrativa Racial en los Medios de Comunicación. 2024. 177 páginas. Tesis de Doctorado. Programa de Posgrado en Comunicación, Universidad de Brasilia, Brasilia, Distrito Federal, Brasil, 2024.

Este trabajo exploró las configuraciones del Racismo Discursivo que guían el escenario periodístico, trayendo reflexiones sobre la sutileza del racismo y su impacto en la inferiorización de los individuos de raza negra. La investigación buscó responder al siguiente problema: ¿cómo interactúan los medios con las cuestiones raciales, ya sea a través de representaciones, estereotipos, el mercado laboral o cuestiones relacionadas con la diversidad y la inclusión? La hipótesis plantea la siguiente afirmación: las grandes tragedias raciales pueden provocar una ruptura discursiva hasta el punto de generar cambios significativos en los medios de comunicación en relación a los negros. Se utilizó como corpus de investigación un periódico de circulación nacional, así como programas de televisión, todos transmitidos en 2020. Este año se abordará, entre otros temas, la pandemia de Covid-19. La cobertura mediática tiende a retratar problemas sociales, crímenes y violencia vinculados a la población negra, donde el enfoque de estas publicaciones induce al espectador a toparse con los problemas antes mencionados, en lugar de indicar las causas y, principalmente, las posibles causas de los hechos. lo que invariablemente da lugar a una visión limitada de los acontecimientos compartidos y constituye racismo discursivo. Esta investigación, de carácter cualitativo, aporta un enfoque sociológico al racismo, en el que las variables analizadas son: cobertura periodística y relaciones raciales. Para lograr los objetivos se utilizó como herramientas metodológicas el análisis de contenido, el análisis crítico del discurso, la revisión bibliográfica y la investigación documental. Como resultado, se observaron cambios en relación al abordaje de los casos de carácter racial por parte de los medios de comunicación en general, y una mayor inclusión de personas negras en los ambientes televisivos, especialmente después de los hechos de crímenes raciales ocurridos en 2020.

Palabras llave: Diversidad; Cobertura de Noticias; Análisis del habla

ABSTRACT

DANIN, Renata Almeida. George Floyd: Racism, Discursive Rupture and Changes in the Racial Narrative on the Communicational Scenario. Television Media. 2024. 177 pages. Doctoral thesis. Postgraduate Program in Communication, University of Brasília, Brasília, Federal District, Brazil, 2024.

This study explored the configurations of Discursive Racism that guide the journalistic scene, bringing reflections on the subtlety of racism and its impact on the inferiorization of black individuals. The research sought to answer the following question: how does the media interact with racial issues, whether through representations, stereotypes, the job market, or issues related to diversity and inclusion? The hypothesis raises the following affirmation: major racial tragedies can cause a discursive rupture to the point of generating significant changes in the media in relation to black people. A national newspaper was used as the research corpus, as well as television programs, all broadcast in 2020. This year will cover, among other topics, the Covid-19 pandemic. Media coverage often portrays social problems, crimes, and violence linked to the black population, where the focus of these reports leads the viewer to face the problems, instead of indicating the causes and, mainly, the possible causes of the facts, which invariably gives rise to a limited view of the shared events and configures discursive racism. This research, of a qualitative nature, brings a sociological approach to racism, in which the variables analyzed are journalistic coverage and racial relations. To achieve the objectives, content analysis, critical discourse analysis, bibliographic review, and documentary research were used as methodological tools. As a result, changes were observed in relation to the approach of cases of a racial nature by the media in general, and greater inclusion of black people in television environments, especially after the events of racial crimes that occurred in 2020.

Keywords: Diversity; News Coverage; Critical Discourse Analysis

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - A escravidão negra no Brasil, a partir do século XVI	19
Figura 2 - Triângulo discurso-cognição-sociedade	26
Figura 3 - Reprodução Midiática da Narrativa Ideológica das Elites Simbólicas.....	34
Figura 4 - Análise comparativa das nuvens de palavras de um corpus da pesquisa.....	41
Figura 5 - Esquema Metodológico Básico do Projeto de Pesquisa	43
Figura 6 - Pacto Colonial no Brasil pós século XVI	45
Figura 7 - Pirâmides com recortes étnico-racial e de gênero na atualidade	47
Figura 8 - Mapa da riqueza global 2019.....	50
Figura 9 - Consequências do pacto colonial na atualidade.....	52
Figura 10 - Patrões brancos e empregada doméstica negra em dia de protesto	54
Figura 11 - Retorno de um proprietário, 1816, Jean-Baptiste Debret	55
Figura 12 - Família Brasileira no Rio de Janeiro, 1839, Jean Baptiste Debret	61
Figura 13 - A Redenção de Cam, 1896, Modesto Brocos	64
Figura 14 - Eventos de cunho racial com apelo popular no Brasil e Estados Unidos	82
Figura 15 - Black Lives Matter mobiliza as redes sociais para discutir casos de racismo	84
Figura 16 - Marielle Franco e a perda simbólica de uma mulher preta, acadêmica e política na sociedade brasileira.....	86
Figura 17 - George Floyd foi assassinado em uma abordagem policial violenta e totalmente filmada.....	88
Figura 18 - Sari Corte Real, a patroa branca, e o menino Miguel, filho da empregada doméstica Mirtes Renata	91
Figura 19 - Uma senhora brasileira em seu lar, 1823, Jean Baptiste Debret.....	93
Figura 20 - João Alberto Freitas, assassinado no hipermercado Carrefour.....	94
Figura 21 - Faixa de protesto no dia seguinte ao homicídio de João Alberto Freitas	95
Figura 22 - Triângulo discurso - cognição – sociedade.....	101
Figura 23 - Eventos televisivos e abordagem antirracista	118
Figura 24 - “Em Pauta”, na GloboNews, reúne jornalistas brancos para discutir racismo e vira meme	121
Figura 25 - Após críticas nas redes sociais, GloboNews exhibe o “Em Pauta” em edição histórica, apenas com apresentadores negros	124
Figura 26 - Aline Midlej e Heraldo Pereira, primeira dupla negra no principal telejornal da TV Globo	127
Figura 27. Aline Midlej, apresentadora do Jornal das 10.....	130
Figura 28. Maria Julia Coutinho - Apresentadora do Fantástico.....	130
Figura 29 - Participantes do Big Brother Brasil 2021	132
Figura 30 - Big Brother Brasil 2023.....	134
Figura 31 - Participantes do BBB 23 tiram foto exaltando colorismo negro	134
Figura 32 - Elenco principal da novela Cara e Coragem da TV Globo.....	139

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Formas de Percepção do Sujeito Negro	21
Quadro 2 - Critérios para a Construção do Corpus da Pesquisa.....	42
Quadro 3 - Análise Comparativa de Imagens.....	57
Quadro 4 - Reportagens selecionadas da versão online do Jornal Folha de São Paulo no ano de 2020	106
Quadro 5 - Nuvem de palavras das três reportagens do jornal Folha de São Paulo.....	109

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AC - Análise de Conteúdo

ACD - Análise Crítica do Discurso

UNB - Universidade de Brasília

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada

PNAD Contínua - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1.1. Objetivos:.....	18
1.1.1. Geral	18
1.1.2. Específicos.....	18
a) Elites Simbólicas	22
b) Racismo Aberto.....	24
c) Racismo Disfarçado.....	24
d) Discurso como forma de controle	25
e) Racismo como violência simbólica	27
f) Comunicação e raça	27
METODOLOGIA.....	40
CAPÍTULO 1	44
1.1. COLONIALIDADE E RACISMO.....	44
1.2. COLONIZAÇÃO	59
1.3. BRANQUITUDE	63
1.4. COMUNICAÇÃO E RAÇA	67
1.5. POSSÍVEIS ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO AO RACISMO	73
CAPÍTULO 2	76
2.1. TRANSFORMAÇÕES NO CENÁRIO DAS QUESTÕES RACIAIS.....	76
2.2. REDES SOCIAIS E O ENFRENTAMENTO DO RACISMO.....	79
CAPÍTULO 3	99
3.1. ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO DO JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO	99
3.1.1. Discurso como forma de controle.....	100
3.1.2. Racismo como violência simbólica	102
3.1.4. Mídia.....	102
3.1.5. Análise das manchetes com suporte da metodologia ACD.....	110
3.1.6. Categorias narrativas	113
CAPÍTULO 4	118
4.1. EVENTOS TELEVISIVOS E O OLHAR ANTIRRACISTA	118
4.1.1. A TV Globo	120
4.1.2. Em Pauta – GloboNews.....	120
4.1.4. Primeira dupla negra na bancada do Jornal Nacional.....	127
4.1.5. Ascensão negra	129
4.1.6. Big Brother Brasil.....	132
4.1.7. Pacto Global pela Equidade Racial	137
4.1.8. Protagonismo de personagens negros nas novelas	139
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	167
REFERÊNCIAS.....	169

INTRODUÇÃO

As relações raciais no Brasil são objeto de discussão em diversos setores da sociedade: na academia, na mídia e na política (Kilomba, 2019); (Almeida, 2019); (Castells, 2000). A ponto de chegarem a um consenso quanto a existência de desigualdades de cunho histórico, social e econômico, gerando então um grande debate no que diz respeito à solução dessas desigualdades, mesmo após mais de um século da abolição da escravidão. O fato é que tais desigualdades seguem excluindo negros dos espaços de poder na sociedade contemporânea. O discurso midiático na comunicação de massa tem um papel importante, pois a partir dele adquire-se informação, conhecimento e forma-se opinião. Deste modo, a comunicação de massa atua como um dos mais importantes meios de construção e reprodução de ideologias. Segundo Van Dijk (2008) não é qualquer concepção que é transmitida, mas sim a das elites simbólicas ou as denominadas elites dominantes: os verdadeiros fabricantes do conhecimento, dos padrões morais, das crenças, atitudes, normas, das ideologias e dos valores públicos.

Sendo assim, Van Dijk (2000) amplia a noção de racismo e a define como uma prática social de desigualdade étnico-racial e de gênero, expondo as iniquidades baseadas nas classes sociais. A formulação desse conceito, desta ampliação do racismo e da formação do que ele atribui a uma nova espécie de racismo, está ligada a outro conceito crucial em nosso aporte teórico, o das "elites simbólicas". Estas elites têm o poder real de influenciar, de criar ideologias e de reproduzi-las, sendo responsáveis indiretas, e muitas vezes diretas, pela situação de desigualdade entre negros e brancos na sociedade ocidental moderna; são elites políticas, educacionais, escolares e midiáticas, que controlam o acesso à maioria dos discursos públicos respeitados pela sociedade. Esse poder confere a essas elites um papel específico na reprodução de conceitos e valores, ou seja, na propagação do valor simbólico que envolve o tecido social, sendo responsável pela influência das configurações narrativas de racismo, justamente as formas que Van Dijk (2008) denomina como o "novo racismo". Estas formas, que atuam de maneira sutil e simbólica, são expressas, legitimadas e confirmadas por textos e conversas, incluindo programas de TV e notícias.

Segundo o sociólogo holandês Teun Van Dijk (2008) o discurso controla mentes e mentes controlam a ação. Isso significa que, para aqueles que estão no poder, é crucial controlar, em primeiro lugar, o discurso. Mas de que modo uma entonação específica, um pronome, uma

manchete jornalística, um tópico, uma metáfora, uma cor ou um ângulo de câmera se relacionam a algo tão abstrato e geral como as relações de poder na sociedade? Este trabalho busca analisar as formas de abuso de poder e desinformação que reafirmam desigualdades e injustiça social direcionada aos negros. Utilizaremos como instrumento a análise crítica do discurso proposta por Teun Van Dijk, que desenvolve ferramentas de análise e as aplica em exemplos concretos como notícias jornalísticas, livros didáticos e discursos políticos. Além de mapear os possíveis danos a sociedade advindos desta prática discursiva que subalterniza o negro na sociedade brasileira.

Muitas vezes relacionada à filosofia da linguagem, a análise do discurso atua hoje como um amálgama metodológico dividido em diferentes escolas e tendências epistemológicas. O campo da análise do discurso é complexo e de caráter interdisciplinar, com bases desenvolvidas em disciplinas das ciências humanas e sociais, a exemplo da linguística, história, semiótica, literatura, antropologia, sociologia, teoria da comunicação, psicologia social e cognitiva e a própria inteligência artificial. O campo jornalístico-informacional apresenta-se como um dos espaços mais importantes a ser ocupado pelo discurso, no sentido de atingirem a dimensão pública dos debates e se constituírem como referente social, especialmente nos casos das questões relativas ao racismo. Para Van Dijk (1991) o papel da imprensa na reprodução do racismo na sociedade não pode mais simplesmente ser avaliado listando temas estereotipados ou dando exemplos de tendências óbvias contra as minorias. A análise do discurso permite por meio da integração de diferentes disciplinas, estudar como as estruturas de poder, dominação e desigualdade dentro de uma sociedade são reproduzidas através do texto e da fala.

A metodologia de Análise Crítica do Discurso analisa um componente fundamental: o uso da linguagem, ressaltando aspectos cognitivos, modelos mentais, conhecimentos e outros. As estruturas sociais, comunicativas, históricas e culturais, quando representadas em determinados contextos, são relevantes para uma formação sociocognitiva, que pode vir a se transformar em atitudes e hábitos. O Discurso, sendo percebido como prática social desempenha papel importante na sociedade, sendo responsável pela transmissão de conhecimentos e ideologias, de modo que se torna útil o uso dessa ferramenta para estudar e analisar a reprodução do racismo, dominação e desigualdade social na sociedade contemporânea. Os discursos não se limitam apenas a uma dimensão verbal, possuem também dimensões não verbais, e levam em consideração a entonação, gestos, sons, imagens, entre

outros aspectos multimodais. Devido a estas características, somadas à importância da mídia na reprodução de ideologias, sobretudo a ideologia das Elites Simbólicas¹, transmitidas, neste caso, por grandes conglomerados de mídia e sua visão de mundo.

Em resumo, esta tese se baseia principalmente nos conceitos de racismo e análise crítica do discurso, sob a visão de Van Dijk (2008), entre outros termos-chaves que se relacionam a esses fundamentos. Por se tratar de um trabalho feito em parceria com a minha orientadora, e outros professores que contribuíram com leituras e correções, utilizei em vários momentos do texto, a primeira pessoa do plural, nós. Para demarcar esse sentido de coletividade. Quanto à metodologia, abordamos de forma predominante a ACD e em alguns momentos utilizamos algumas técnicas de Análise de Conteúdo sob a ótica de Bardin (2008). De acordo com Van Dijk (2008), produções simbólicas - como a mídia - de uma sociedade são ideológicas quando atuam para criar ou manter relações de dominação de indivíduos sobre outros, possibilitando acesso a bens materiais e culturais. Sabemos da necessidade de transformações estruturais para diminuir as desigualdades sociais e o racismo. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística², os negros apresentam as maiores taxas de letalidade violenta, violência policial, encarceramento, além dos piores índices em educação, saúde, renda e moradia.

É importante que as práticas culturais que mascaram, ocultam ou estereotipam o negro na sociedade sejam modificadas. O campo simbólico pode retratar a realidade conjuntural e produzir condições estruturais. Desta forma, a Análise do Discurso surge nas ciências humanas e sociais, trazendo uma preocupação real com o abuso de poder e formas de dominação decorrentes da reprodução discursiva e da desigualdade social. Do ponto de vista metodológico, ela visa contribuir para o empoderamento social dos grupos dominados, expondo as disposições do discurso na interação e na organização social. Nesse sentido, Van Dijk (2000) explica que o discurso não é analisado apenas como um artefato verbal independente, mas também como uma interação construída, como uma prática social ou como um tipo de comunicação num contexto social, histórico ou político. Por esse motivo, essa investigação tentará esclarecer a relação entre a narrativa jornalística produzida pelas elites simbólicas e os meios de manutenção do racismo.

¹ Segundo Van Dijk (2008) as elites simbólicas são compostas por políticos, jornalistas, professores e formadores de opinião, figuras capazes de exercer grande influência a partir de seus discursos.

² INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA (IBGE) Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf Acessado em: 05 de julho de 2021.

Por se tratar de uma pesquisa exploratória, buscou-se responder o seguinte **problema de pesquisa**: como a mídia interage com as questões raciais, seja através de representações, estereótipos, mercado de trabalho, ou questões relacionadas à diversidade e inclusão?

Hipótese: grandes tragédias raciais podem provocar uma ruptura discursiva a ponto de gerar mudanças significativas nos meios de comunicação em relação a pessoas negras.

1.1. Objetivos:

1.1.1. Geral

Avaliar as transformações das formações discursivas referentes a pessoas negras, que ocorreram nos últimos anos, sobretudo no Brasil, e em menor escala, em outras partes do mundo.

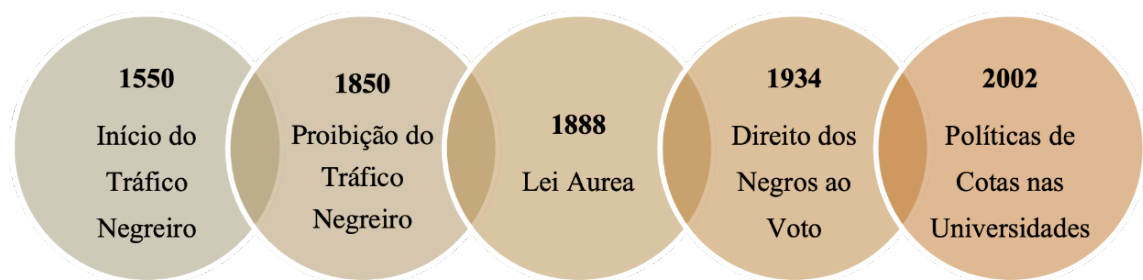
1.1.2. Específicos

- a) Identificar em jornal online de grande circulação nacional, no ano de 2020, formações discursivas referentes a pessoas negras e seu teor jornalístico;
- b) Analisar os discursos, identificar semelhanças e possível existência de um padrão nessas narrativas;
- c) Observar adaptações e mudanças nas abordagens discursivas relativas a indivíduos da raça negra, incluindo o ambiente televisivo.

Para que seja possível iniciar qualquer discussão sobre racismo, precisamos sempre começar com a história mais básica e elementar dos livros de história, a escravidão. Foram trezentos anos de tráfico negreiro e trezentos e trinta e oito anos até a abolição da escravatura no Brasil (sendo o último país da América a abolir o trabalho escravo). Esse processo colonial e escravocrata, deixou sequelas em nossa sociedade e hoje isso é observado em diversas estatísticas relacionadas a índices sociais e de desenvolvimento humano, temas como acesso à educação, a saúde, moradia, emprego e renda, que sempre deixam o sujeito negro à margem. Enquanto um homem negro é assassinado a cada 21 minutos, ou tem 2.7 vezes mais chances de serem mortos em relação a um homem branco, negros também possuem mais chances de sofrer

violência durante uma abordagem policial e são maioria entre os encarcerados (Waiselfisz, 2016). Mulheres negras são as maiores vítimas de violência obstétrica, estão sobrerrepresentadas em empregos de nível operacional e são maioria entre moradores de favelas. E por viverem em locais distantes da presença do Estado tem baixíssimos índices de acesso a saúde (postos de saúde), educação (escolas, creches) e lazer (centros esportivos, centros culturais, parques)³, um sistema cruel, que se retroalimenta dos resquícios coloniais e racistas ainda persistentes em nossa sociedade, e que serão melhor abordados ao longo deste trabalho.

Figura 1 - A escravidão negra no Brasil, a partir do século XVI



Fonte: elaborado pela autora (2024).

O Brasil é o país do carnaval, da mulata e do futebol, estereótipos conhecidos em que a figura do negro ocupa lugar de destaque. O povo negro está quase sempre atrelado a cena folclórica e pouco citado no campo intelectual, político e ausente em profissões tradicionais (juízes, médicos, professores universitários, engenheiros e etc.)⁴ de grande destaque na sociedade. Consequências advindas de três séculos de escravidão e de uma abolição tardia, conforme se depreende dos eventos históricos elencados na Figura 1. Em muitas ocasiões, os casos de discriminação racial são frequentes e vão desde manifestações racistas em universidades de elite contra estudantes cotistas, morte de pessoa negra a socos e pontapés em estacionamento de supermercado, às estatísticas que indicam que mais de 70% das vítimas de homicídios são negras (Cerqueira; Moura, 2014). Atualizando a discussão para os tempos de pandemia da Covid-19 no mundo, negros encontram-se também entre os grupos mais expostos, pois possuem empregos com pouca projeção intelectual (consequência da baixa escolaridade) que não se admite a realização de teletrabalho (em sua maioria), e passam a se expor aos riscos

³ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA (IBGE) Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf Acessado em: 05 de julho de 2024.

⁴ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA (IBGE) Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf Acessado em: 05 de julho de 2024.

do transporte público em grandes cidades, empregos que necessitam contato direto com o público externo (faxineira, gari, atendente, feirante, motorista e etc.) ou mesmo amargam o desemprego e dificuldade de acesso a planos de saúde, medicamentos, alimentação e demais formas efetivas de tratamento⁵. Encontrando-se em situação de vulnerabilidade ainda maior neste novo cenário sanitário mundial.

É verdade que muito foi feito nos últimos anos para que essa dívida histórica remanescente da escravidão fosse recompensada: como a criação da política de cotas em universidades federais, implementada pela Lei 12.711/2012⁶ e a Lei 12.990/2014⁷, que oferece cotas para negros e pardos em concursos federais. A criação do estatuto da igualdade racial, promulgado em 2010 e a própria Lei 7.437/1985⁸ que criminaliza atos resultantes de preconceito racial, além de medidas diversas nos mais diversos âmbitos sociais. Ainda assim esses mecanismos não foram suficientes para uma melhoria real ou diminuição de desigualdades entre negros e brancos, por isso precisamos mergulhar nos conceitos para compreender a real dimensão do problema. Van Dijk (2008) alerta que as desigualdades no tratamento relacionado aos indígenas e negros na sociedade atual têm sido atribuídas à classe social e não à questão racial, sem que se investigue de fato as raízes das desigualdades de classe e renda. A lógica racial é importante para explicar essas desigualdades, por isso trouxemos para este trabalho o conceito de racismo elaborado pelo sociólogo holandês:

Racismo é essencialmente um sistema de dominação e desigualdade social. Na Europa, nas Américas e na Austrália, isso significa que uma maioria (e, às vezes, uma minoria) “branca” domina minorias não europeias. A dominação, por sua vez, se define como um abuso de poder de um grupo sobre outro e está representada por dois sistemas inter-relacionados de práticas sociais e cognitivas diárias: de um lado, por várias formas de discriminação, marginalização, exclusão ou problematização; do outro, por crenças, atitudes e ideologias preconceituosas e estereotipadas. Estas últimas podem ser consideradas, de muitas maneiras, “razões” ou “motivos” para explicar ou legitimar as primeiras (Van Dijk, 2015, p. 33)

Segundo Van Dijk (2008), a definição do que é racismo vai além da ideologia racista. É um sistema social complexo de dominação, que envolve fundamentos éticos e desigualdades,

⁵ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf Acessado em: 05 de julho de 2021.

⁶ Lei 12.711 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm Acessado em: 21 de julho de 2024.

⁷ Lei 12.990 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/112990.htm Acessado em: 21 de julho de 2024.

⁸ Lei 7.437 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17437.htm Acessado em: 21 de julho de 2024.

além de ser estruturado por um sistema social e cognitivo. Esse sistema envolve práticas sociais de discriminação em nível micro (local) e macro (grupos, organizações e instituições dominantes). Há uma assimetria de grupos no poder, há também assimetria no acesso que os grupos têm a recursos necessários para implementar suas próprias vozes (Collins, 2000). É por isso que o resultado do trabalho de intelectuais negros permanece, de um modo geral, fora do corpo acadêmico. Porém, eles não estão neste lugar de forma acidental, eles foram colocados à margem por quem domina e regula o que é reconhecido como erudição.

Isso é uma característica marcante da colonização, que foi além da autoridade ocidental sobre terras, modo de produção e governos indígenas. Mas acima de tudo, a imposição ocidental sobre o saber, língua e cultura (Kilomba, 2019). Logo, na academia, não há uma franqueza científica, mas sim o resultado de relações díspares de poder racial, mais uma faceta do racismo. Nesta dualidade entre pertencer e estar fora do lugar, encontram-se várias formas de perceber o sujeito negro, esta percepção é muito comum também no discurso midiático, na literatura, no cinema, na música e em diversas narrativas ainda muito usadas em nosso dia a dia, por isso é necessário identificá-las no discurso para que possamos combatê-las. É possível identificar algumas das principais formas no Quadro 1.

Quadro 1 - Formas de Percepção do Sujeito Negro

Infantilização	O sujeito negro torna-se a personificação do dependente, do menino, do servo, do que não pode sobreviver sem o “senhor”.
Primitivização	O sujeito negro torna-se a personificação do incivilizado, o selvagem, o atrasado, o básico, o natural, aquele que está mais próximo da natureza.
Incivilização	O sujeito negro torna-se a personificação do outro, do violento, ameaçador, criminoso, suspeito, perigoso, daquele que está fora da lei.
Animalização	O sujeito negro torna-se a personificação do animal, do selvagem, do primata, do macaco.
Erotização	O sujeito negro torna-se a personificação do sexualizado, com um apetite sexual violento, a prostituta, o cafetão, o estuprador, a erótica, o exótico.

Fonte: Elaborado pela autora com base em Kilomba (2019).

a) Elites Simbólicas

Sabemos que o racismo é aprendido e na maior parte das vezes é legitimado pelas vias do discurso, de modo que as ideologias e demais preconceitos não nascem com as pessoas, eles são aprendidos, adquiridos ao longo do tempo e tem como principal porta de acesso a

comunicação (escrita, falada e etc.). Estas representações mentais do racismo são legitimadas no discurso e assim reproduzidas e compartilhadas dentro do grupo dominante, que então compartilha essa visão com a sociedade. Para Van Dijk (1991) uma análise discursiva só dará conta das complexas relações entre prática discursiva e prática social se o aspecto sociocognitivo for tomado como uma interface entre as duas práticas. As elites simbólicas são instituições e organizações. Seus membros podem ser professores, jornalistas, acadêmicos, políticos, escritores e etc. (Van Dijk, 2008). Ao tratar o racismo apenas como uma questão explícita, focalizando apenas os casos mais radicais e contundentes (a exemplo do assassinato de George Floyd em 2020, que morreu asfixiado em uma abordagem policial), se favorecem as elites simbólicas, à medida que negam o seu próprio racismo e as deixamos de fora do problema. Porém, observando o histórico do racismo ocidental e analisando as experiências de minorias, percebe-se que as formas de racismo praticadas pelas elites simbólicas são ainda mais sérias, pois geram consequências negativas a longo prazo, pois ficam internalizadas no campo cognitivo das pessoas.

Por isso, buscamos no texto traços dos discursos que criam e que continuam trabalhando para a manutenção de narrativas racistas, mesmo que pouco perceptíveis, ou seja, é papel do analista do discurso averiguar o dispositivo de expressão que liga certa disposição textual a um lugar social determinado. Poderosos são os meios de comunicação de massa para a formação da opinião pública, principalmente quando conseguem atingir um maior número de leitores: Não há dúvida de que, dentre todas as formas de texto impresso, as dos meios de comunicação de massa são as mais penetrantes, se não as mais influentes, a se julgar pelo poder baseado no número de receptores (Van Dijk, 2008). Nesse sentido, ao discorrer sobre formas atuais de racismo Van Dijk explora a dimensão discursiva do “novo racismo”, baseando-se em sua natureza simbólica. Portanto, concebe-se esse racismo como um sistema que possui dois componentes principais: o social e o cognitivo. O componente social consiste nas práticas cotidianas de discriminação, no micro nível de análise. E as instituições, organizações, arranjos legais, bem como, outras estruturas sociais, no macro nível. O discurso racista pertence à dimensão institucional. Porém, as práticas sociais estão imbuídas pela dimensão cognitiva, as quais envolvem as crenças, o pensamento, as ideologias, as normas e os valores.

Os estereótipos racistas, preconceitos e ideologias são adquiridos e aprendidos, e isso normalmente ocorre por meio da comunicação discursiva, ou seja, escrita e falada. As práticas

discriminatórias nas quais as pessoas se engajam, são justificadas, principalmente, pelo pensamento de que os "diferentes" são inferiores, possuem menos direitos, ou prioridades (Van Dijk, 2008, p. 105). Deste modo é possível compreender como ocorre a manutenção desse sistema de dominação sobre o outro. Os atores sociais mais poderosos são aqueles que possuem os meios e recursos para influenciar as ações e mentes de outros. Tal controle é tipicamente exercido pelo fornecimento de informação limitada, errada ou enviesada sobre determinado evento para recipientes que não possuem acesso a fontes alternativas de informação e que, generalizando a partir desse modelo, formarão novos modelos mentais enviesados reproduzindo percepções e ações de acordo. A dominação discursiva, portanto, pode ser definida como o controle comunicativo do conhecimento, crenças e opiniões daqueles que possuem poucos recursos e fontes alternativas para se opor a tal influência (Van Dijk, 1991, p. 101).

Foucault (1979) explica que os discursos da sociedade, por meio da linguagem, comportamentos e valores, são relações de poder e por isso aprisionam os sujeitos. Cada sociedade tem sua verdade e os tipos de discursos que aceita como verdadeiros, os meios pelo qual cada um deles é aceito, as técnicas e procedimentos valorizados na aquisição da verdade, e quem está encarregado de dizer o que é verdade. Por isso, Foucault vê na linguagem uma forma já estabelecida na sociedade. Kilomba (2019) argumenta que estas categorizações semânticas possuem uma dimensão de poder que mantém posições hierárquicas e preservam o privilégio branco. De modo que se determina claramente quem, de fato, pode falar e ser ouvido. Lélia Gonzalez (1988) estudou as manifestações de racismo na América Latina e trouxe algumas classificações importantes para nossa discussão, ela acredita que o racismo se expressa de duas formas diferentes, a depender da origem predominante em cada país.

b) Racismo Aberto

Característico das sociedades anglo-saxônicas, germânica ou holandesa, essa expressão do racismo considera negra qualquer pessoa que tenha tido antepassados negros. A miscigenação não é algo que seja considerado (embora a mulher negra tenha sido sempre explorada sexualmente pelos donos da casa-grande), uma vez que o grupo branco quer manter a “pureza” e reafirmar sua “superioridade”. Nos Estados Unidos, por exemplo, existe o fenômeno do *one drop rule* ou regra da gota única, que diz que qualquer pessoa, mesmo com

um único ancestral de ascendência africana, será considerada negra. É importante ressaltar que se trata de um princípio legal de classificação racial e está restrito aos Estados Unidos. Embora recentemente, após mudanças no censo americano, os americanos podem se classificar racialmente da maneira que quiserem, inclusive podendo escolher mais de uma raça, isso é fruto de uma mudança de mentalidade ao longo dos anos, resultante de processos imigratórios e até mesmo casamentos inter-raciais. A título de curiosidade, as classificações raciais mais usadas pelos cidadãos americanos miscigenados são: *mixed-race* (mestiço), *biracial* (birracial) ou *multiracial* (multirracial).

c) Racismo Disfarçado

Se expressa nas sociedades de origem latina, podendo ser chamado também de racismo por denegação. Nesse caso, prevalecem as teorias da miscigenação, da assimilação e da democracia racial. “A chamada América Latina que, na verdade, é muito mais ameríndia e amefricana do que qualquer outra coisa, apresenta-se como o melhor exemplo de racismo por denegação” (Gonzalez, 1988, p. 72). Gonzalez (1988) conclui que o fato de Espanha e Portugal terem adquirido uma vasta experiência na articulação das relações raciais (em grande medida pela presença moura e as disputas que dela decorreram) explica porque o racismo por denegação tem grande expressão na América Latina. Para ilustrar essa articulação, a autora cita o antropólogo Roberto Da Matta, que explica que as sociedades que formam a América Latina herdaram as ideologias de classificação social (racial e sexual) e as técnicas jurídicas das metrópoles ibéricas. Segundo o autor, essas sociedades, por serem hierarquizadas e racialmente estratificadas, não precisaram utilizar-se de formas abertas de segregação, pois a própria hierarquia garante a superioridade dos brancos enquanto grupo dominante (Da Matta, 1984).

Segundo Gonzalez (1988) as sociedades onde o racismo disfarçado se expressa, é fortemente marcada pela ideologia do branqueamento. De acordo com essa categoria, o racismo mantém, de forma sofisticada, negros e indígenas na condição de subordinados dentro das classes mais exploradas. Os valores do Ocidente branco são os únicos verdadeiros e universais. O mito da superioridade branca fragmenta a identidade racial, produzindo o desejo das pessoas negras em embranquecer. E apesar de todo o arcabouço teórico aqui demonstrado, que expõe as mazelas do racismo, que perpassam em todos os pontos da vida do sujeito negro, ainda assim acredita-se na possibilidade de mudança, que surge a partir da consciência, o sujeito branco tem um papel fundamental neste quesito e a capacidade de ouvir é o primeiro passo em busca dessa

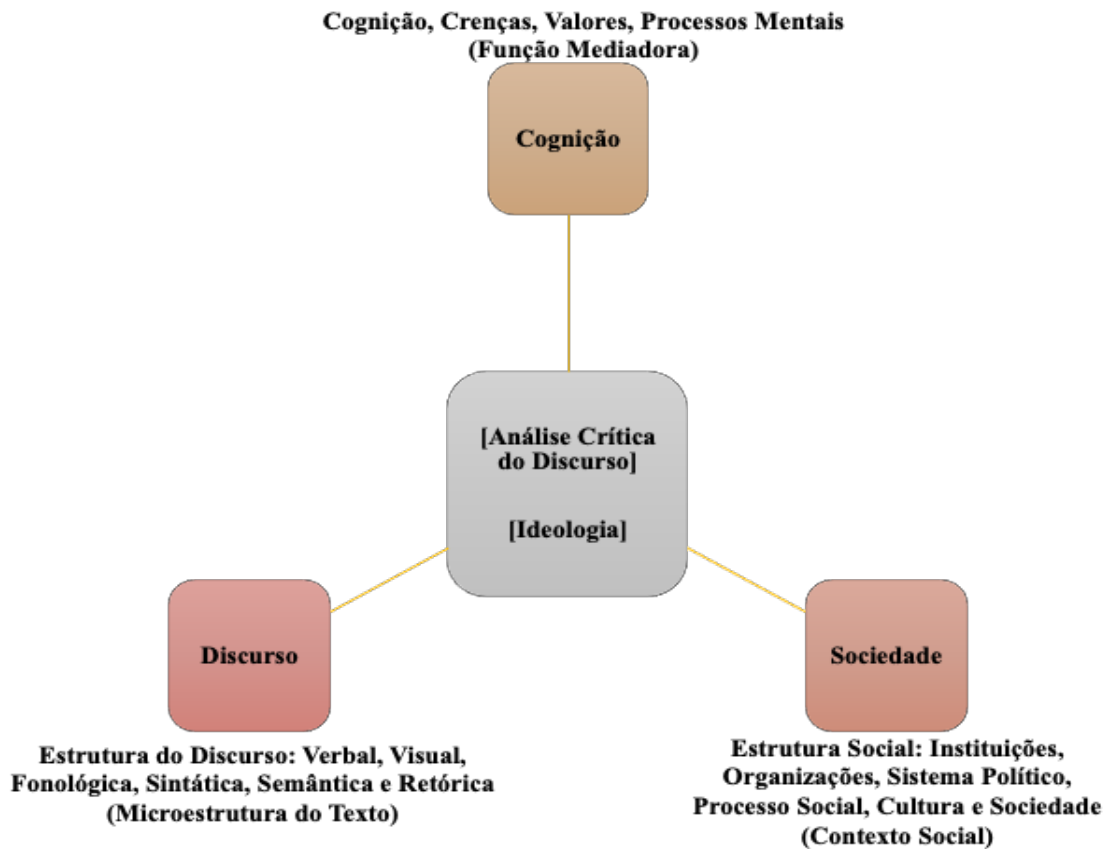
desconstrução. Embora não seja tarefa fácil, ainda assim há uma abordagem psicanalítica que suporta esse processo. O intuito desse trabalho, além de apontar o problema, é também de sugerir alternativas para uma solução futura.

d) Discurso como forma de controle

Para realizar uma correta análise crítica do discurso, além da análise da estrutura narrativa, é preciso analisar também as estruturas do contexto, ou seja, os parâmetros principais da situação comunicativa, e como é percebida pelos componentes no contexto social que podem ser visualizados na Figura 2. A manipulação da narrativa é expressa através do controle do discurso público, controlando indiretamente o que o público deseja, de tal forma que o controle do discurso é uma forma de poder simbólico (Van Dijk, 2008). Por esse motivo, a análise do discurso está associada a uma análise social e a um abuso de poder, o poder simbólico.

Ainda segundo Van Dijk (2008) as Elites Simbólicas, além de controlar as ações comunicativas, controlam também o pensamento dos demais. Isso se deve ao fato, de que o conhecimento adquirido através destas Elites ajuda a construir opiniões e atitudes. Mas dependendo do nível de conhecimento e reflexão do indivíduo, é possível rejeitar as ideias destas elites, mesmo que elas estejam em situação de poder. É importante frisar que a propagação de ideologias, o controle da mente e a formação da opinião são adquiridos a partir da sociocognição, e esta, por sua vez, é o ponto forte no pensamento do sociólogo holandês Teun Van Dijk e a grande responsável pela formação de opiniões, cultura e forma de pensar na atualidade, que molda o leitor a partir da visão de quem controla o discurso público.

Figura 2 - Triângulo discurso-cognição-sociedade



Fonte: Elaborado pela autora, baseado em Van Dijk (2008).

É possível relacionar o papel das *Elites Simbólicas* propostas por Teun Van Dijk, com algumas características das *Redes* de Manuel Castells, uma vez que as redes concentram os legítimos reprodutores dos códigos de conhecimento, contribuindo com a construção da percepção coletiva (Castells, 2000). Logo, ao ajudar a contribuir com a percepção coletiva, exerce-se também uma forma de poder simbólico. De modo que Van Dijk e Castells também se relacionam nas definições de poder, pois para Castells (2000) o poder é baseado no controle da comunicação e da informação, seja ela o macropoder do Estado e conglomerados de mídia ou o micropoder de organizações de todos os tipos.

De forma fluida e pouco perceptível, é possível a materialização de processos de aquisição racismo como uma relação de poder de um grupo sobre outro, assumindo a força das elites simbólicas no controle do discurso público, é possível afirmar que a ideologia com indícios de racismo, de um modo geral, se organiza a partir da representação positiva de si e representação negativa do outro. Podendo também ser utilizada a estrutura de nós versus eles,

conceitos que podem ser aplicados em todos os níveis semânticos (imagens, tópicos e metáforas) e assim através da sociocognição engendrar um pensamento preconceituoso contra determinados grupos desprivilegiados socialmente, a exemplo dos negros e pobres de nossa sociedade (Van Dijk, 2008).

e) Racismo como violência simbólica

O Racismo Institucional, racismo sutil, difuso, praticado por instituições de nossa sociedade, que em muitos casos não é perceptível devido seu caráter simbólico, e muitas vezes implícito no discurso público, aproxima-se das ideias do sociólogo Pierre Bourdieu (2005), que nos ajuda a compreender importantes conceitos em nosso aporte teórico, como o conceito de Dominação e Violência Simbólica. A dominação não ocorre em decorrência direta da ação de uns sobre outros, mas a consequência indireta de ações que se produzem na estrutura do campo, que exerce predomínio em relação aos outros. Tal dominação não é manifesta, e sim disfarçada, a tal ponto que muitas vezes os que sofrem não a entendem (Bourdieu, 2005). A violência simbólica incide em um abuso que se pratica com a convivência implícita dos que a toleram e, com constância, dos que a praticam, de modo que alguns são inconscientes de que estão praticando ou sofrendo esta violência. Logo, a violência simbólica é uma violência velada, conferindo poderes. Tal violência não pode ser usada involuntariamente, pois não é um tipo distinto de violência. Ela é violência física disfarçada, camuflada e encoberta (Bourdieu, 2005, p. 22).

Esse tipo de violência, segundo Bourdieu (2005), tem por consequência instituir a legalidade de um discurso, de autorização, de uma instituição, porém as relações de poder que causam a violência simbólica são ignoradas. Para Danin (2018) o racismo, sobretudo o racismo institucional, se comporta como uma espécie de violência simbólica, que é difundida em nossa sociedade através de diversas práticas, seja de forma explícita, direta, institucional, discursiva, por meio do não acesso a direitos, como educação, acesso à saúde, violência policial, representação negativa ou inexpressiva na mídia.

f) Comunicação e raça

Como afirmamos anteriormente, a comunicação tem um papel importante na disseminação de ideologias dominantes na sociedade contemporânea. E sempre esteve relacionada à formação de opinião, disseminação de tendências e debates sobre temas diversos.

Os estudos raciais e comunicacionais estão constantemente se reinventando e moldando cenários da comunicação no Brasil e no mundo. Não queremos neste trabalho refutar outros teóricos da comunicação, que estão corretos em enfatizar que os indivíduos são agentes autorreflexivos, e que podem compreender e agir conforme suas próprias convicções. Nosso intuito aqui é demonstrar que a mídia tem um papel importante na disseminação de ideologias e alertar quanto aos modos de disseminação e o impacto dessas ideologias na vida das pessoas, sobretudo de pessoas negras, foco deste trabalho. Thompson (2011b) defende que a ideologia ajuda a estabelecer relações de poder, que são em sua essência, relações assimétricas ou relações de dominação.

Argumenta-se que o conceito de ideologia pode ser usado para se referir às maneiras como o sentido (significado) serve, em circunstâncias particulares, para estabelecer e sustentar relações de poder que são sistematicamente assimétricas, que eu chamarei de "relações de dominação", ideologia, falando de uma maneira mais ampla, é sentido a serviço do poder. Consequentemente, o estudo da ideologia exige que investiguemos as maneiras como o sentido é construído e usado pelas formas simbólicas de vários tipos, desde as falas linguísticas cotidianas até as imagens e aos textos complexos. Ele exige que investiguemos os contextos sociais dentro dos quais essas formas simbólicas são empregadas e articuladas. Ele requer que perguntemos, se este for o caso, como o sentido é mobilizado pelas formas simbólicas em contextos específicos, para estabelecer e sustentar relações de dominação. A distintividade do estudo da ideologia está na última questão: ele exige que perguntemos se o sentido, construído e usado pelas formas simbólicas, serve ou não para manter relações de poder sistematicamente assimétricas (Thompson, 2011b, p. 16).

Acredita-se que as relações raciais são relações de dominação, onde a branquitude ou, melhor dizendo, as pessoas de pele branca, exercem papel de poder, ao ocupar os melhores cargos na estrutura da sociedade, e dominar o cenário político, jurídico, social, estético e religioso da sociedade brasileira. Os jornais e a estrutura jornalística passariam então a reproduzir essa visão de mundo, que é uma visão hegemônica e carregada de ideologias, as quais nem sempre favorecem o desenvolvimento da diversidade e igualdade racial. Alguns teóricos recentes começaram a preocupar-se tanto com a diversidade e diferença, com a variedade crescente e variabilidade das formas de vida, que eles não conseguiram dar, suficientemente, conta do fato de que nas circunstâncias presentes das sociedades modernas,

diversidade e diferença estão, geralmente, inseridas nas relações sociais que estão estruturadas em maneiras sistematicamente assimétricas. Não podemos nos cegar pelo espetáculo da diversidade a tal ponto que sejamos incapazes de ver as desigualdades estruturadas da vida social. No enfoque aqui desenvolvido, a análise crítica da ideologia retém seu valor como parte de uma preocupação mais abrangente com a natureza da dominação no mundo moderno, com os modos de sua reprodução e as possibilidades de sua transformação (Thompson, 2011, p. 426).

É importante salientar que as ideias de Thompson (2011b) e Hall (2006) estão concatenadas, pois segundo Hall (2006) não existe uma cultura popular íntegra e autêntica, fora do campo de forças das relações de poder e dominação. Thompson (2011b) estudou a relação entre ideologia e cultura moderna na era dos meios de comunicação de massa e compreende que a ideologia é uma forma simbólica de dominação e pode servir para a manutenção das relações de poder. Nesse sentido, observamos as relações raciais no Brasil, como relações hierarquizadas (com brancos no topo e negros na base da pirâmide, uma pirâmide social que envolve salários, acesso a saúde, moradia, escolaridade, mobilidade, qualidade de vida, etc.) de modo que há relações de poder e dominação sendo veiculadas pela mídia, sendo assimiladas cognitivamente pela sociedade em geral e necessitam ser também analisadas sob a perspectiva racial.

O discurso tem um papel muito importante na reprodução de desigualdades e os meios de comunicação estão a todo momento reproduzindo discursos, vendas de produtos, ideias e estilo de vida. Entretanto, o olhar da mídia não está direcionado ao todo em sua plenitude, respeitando suas particularidades, a mídia hegemônica atende aos interesses da branquitude ou domínio branco. Mais do que qualquer outra forma de comunicação pública ou discurso, as mídias fornecem “fatos”, significados e opiniões preferidas e pré-formuladas que são especificamente selecionadas. Se a imprensa endossa a ideologia que legitima o domínio branco, é de se esperar que ela irá ignorar, desacreditar, marginalizar ou problematizar posições e grupos antirracistas (Van Dijk, 1991, p.39).

Figura 3 - Reprodução Midiática da Narrativa Ideológica das Elites Simbólicas



Fonte: elaborado pela autora com base em Van Dijk (2008).

Hall (1997c) nos adverte quanto a criação de estereótipos e categorização, essa dualidade em relação ao bom e ao ruim, ao feio e ao bonito, ao rico e ao pobre, é constantemente veiculada pela mídia em geral e gera consequências desastrosas a cidadãos de camadas subalternizadas da sociedade. Muitas ideias e rituais se apoiam em estereótipos, mitos, crenças sobre gênero, raça, sexo ou saúde mental, que categorizam humanos como “normais” e outros como “anormais”, categorizam alguns como civilizados e outros como incivilizados, e concedem a um grupo o poder de representar, constranger, excluir, disciplinar e punir aqueles definidos como “outros” (Hall, 1997c, p. 257-258).

Hall (1997c, p.257) nos revela ainda estratégias para lidar com os problemas advindos do racismo nas mídias e discute formas de possíveis contestações a partir de abordagens como: representação positiva, a qual grupos étnicos submetidos a estereótipos negativos passam a ser representados de forma positiva, e a transcodificação, que é uma tentativa de retomar os significados de determinados discursos representacionais de raça e estereótipo hegemônico e atribuir significados diferentes a tais representações. Tais estratégias têm sido constantemente utilizadas na atualidade, mas com iniciativas e resultados ainda tímidos. Para Kellner (2001, p.77) aprendendo como ler e criticar a mídia, resistindo à sua manipulação, os indivíduos poderão fortalecer-se em relação à mídia e à cultura dominante. Poderão aumentar sua autonomia diante da cultura da mídia e adquirir mais poder sobre o meio cultural, bem como os necessários para produzir novas formas de cultura. O jornalismo tem um papel importante na discussão da comunicação e sua relação com o racismo e na disseminação de ideologias hegemônicas. Mas afinal, o que é o jornalismo? Para Gomes (2014) “jornalismo” é um termo

polissêmico, que encampa a linguagem, os aparatos sociotécnicos, as múltiplas narrativas, um campo profissional, uma arena discursiva, uma arena de visibilidade pública e formação de opinião (Gomes, 2014). Ora, se o jornalismo está relacionado com a linguagem e a arena discursiva, ele pode também estar relacionado à disseminação de ideologias, uma vez que a linguagem em sentido amplo (visual, escrita, oral) está intimamente ligada à cognição humana.

METODOLOGIA

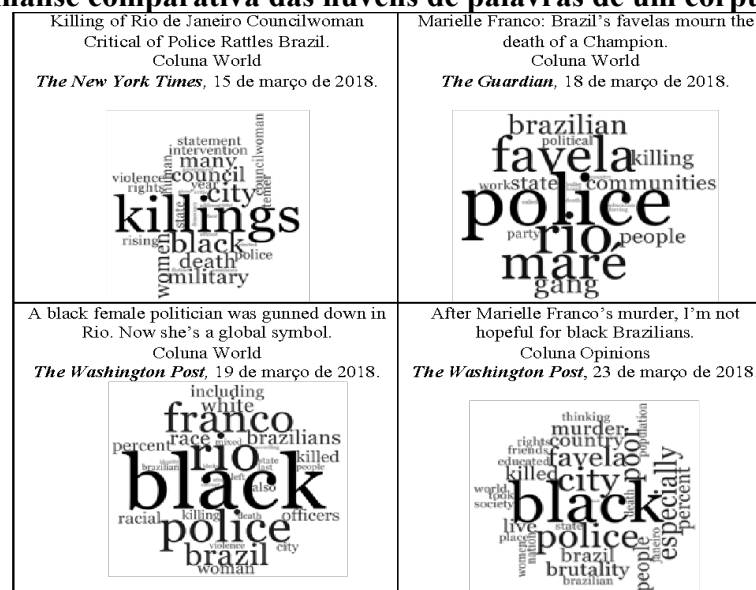
O objetivo deste trabalho é explorar o cenário atual utilizando a metodologia qualitativa de análise crítica do discurso proposta pelo sociólogo holandês Teun Van Dijk e como esta discussão vem retratar o racismo discursivo, suas nuances, características e o papel social do negro neste universo. A escolha por trabalhar a metodologia do pesquisador Teun Van Dijk é justificada pela importância de seus trabalhos sobre racismo, imigração e mídia na Europa, Estados Unidos e na própria América Latina, sendo o principal teórico a tratar o tema do racismo dentro do campo metodológico de análise crítica do discurso.

Para Bonilla-Silva (2020) o propósito é desvelar as práticas coletivas que ajudam a reforçar a ordem racial contemporânea. E ainda os problemas que postulamos, as teorias que usamos, os métodos que empregamos e as análises que realizamos são produtos sociais e, em certa medida, refletem as contradições sociais e a dinâmica de poder. Portanto, embora os questionários sejam instrumentos úteis para coletar informações gerais acerca das opiniões dos atores, eles são ferramentas limitadas para examinar como as pessoas explicam, justificam, racionalizam e articulam pontos de vista raciais. É menos provável que as pessoas expressem suas posições e emoções sobre questões raciais respondendo “sim” ou “não” ou “concordo totalmente” ou “discordo totalmente” a perguntas (Bonilla-Silva, 2020, p. 74).

Além de triangular o estudo à luz do referencial teórico, com a utilização do software NVIVO 12 como instrumento auxiliar na análise de conteúdo das reportagens, utilizamos a ferramenta de análise de frequência de palavras, que produziu uma nuvem com as palavras mais frequentes, sendo possível triangular discurso e conteúdo. Esta ferramenta fez uma contagem de palavras, identificou frequências, tendências, movimentos e inclinações no discurso, nos ajudando a criar categorias, identificar tendências e trazer maior precisão e suporte a análise, oferecendo uma alternativa interessante ao leitor, além de resultados mais precisos e confiáveis.

Utilizou-se na análise e discussão dos resultados, quadros comparativos advindos do *corpus* de pesquisa, composto pelo jornal Folha de São Paulo, onde foi possível analisar as imagens vinculadas a estas reportagens e como elas retratam indivíduos negros. O período analisado engloba o ano de 2020, ano do assassinato de George Floyd. A finalidade deste corpus na análise é comparativa e exemplificativa, dando ao leitor a oportunidade de perceber as diferenças e semelhanças nos discursos e em especial ao recorte da pesquisa. Na Figura 4 temos um exemplo de nuvem de palavras, onde é possível notar semelhanças e diferenças na abordagem de uma mesma história, neste caso, a morte da vereadora Marielle Franco, ocorrida em março de 2018; apesar da história ser a mesma, os jornais *The New York Times* e o britânico *The Guardian* apresentam narrativas totalmente distintas. Já o jornal norte americano *The Washington Post* traz nuvens de palavras bastante semelhantes, mesmo em dias diferentes, explicitando fortes indícios de um possível racismo narrativo. Estas nuvens dão suporte ao analista, que analisará também as imagens da reportagem, o texto completo, o enquadramento da manchete e todo o contexto discursivo.

Figura 4 - Análise comparativa das nuvens de palavras de um corpus da pesquisa



Fonte: Danin (2018) com suporte do *software* NVIVO 12.

Ao longo de nossos estudos e com o avanço da pesquisa, avançamos na metodologia com a utilização de *softwares* e o uso das ferramentas de análise de tendências, análise de ocorrências e demais ferramentas para tratamento do corpus oferecidas pelo NVIVO 12. Para Van Dijk (2008), corpus é uma coleção de textos compilados, em um mesmo idioma, para que possa ser utilizado na análise linguística. Entretanto, é importante esclarecer que o corpus em si é artificial, visto que se trata de textos organizados e selecionados, criando um objeto para

fins de pesquisa, que podem se apresentar nas modalidades escrita, falada ou intermediária, podendo ser, essas amostras, de qualquer tamanho. O corpus desta pesquisa foi composto por reportagens selecionadas da versão *online* do jornal Folha de São Paulo no ano de 2020, além de excertos retirados da programação televisiva do maior conglomerado de comunicação da América Latina, a rede Globo de televisão. Os eventos analisados destacam o protagonismo negro e exemplificam a ruptura discursiva desencadeada após o assassinato de George Floyd. O *corpus* destaca eventos televisivos ocorridos nos anos de 2020, 2021, 2022 e 2023, e é composto pelo telejornal Em Pauta (2020), três edições seguidas do Big Brother Brasi (2021, 2022 e 2023), Jornal Nacional (2022) e a novela Cara e Coragem (2022). Dois programas foram analisados de forma exemplificativa: o Jornal das 10 e o Fantástico. Todo o *corpus* televisivo encontra-se detalhado no capítulo 4 deste trabalho. Em seguida, no quadro 2, logo abaixo, estão relacionados os critérios para a construção do *corpus* da pesquisa.

Quadro 2 - Critérios para a Construção do Corpus da Pesquisa

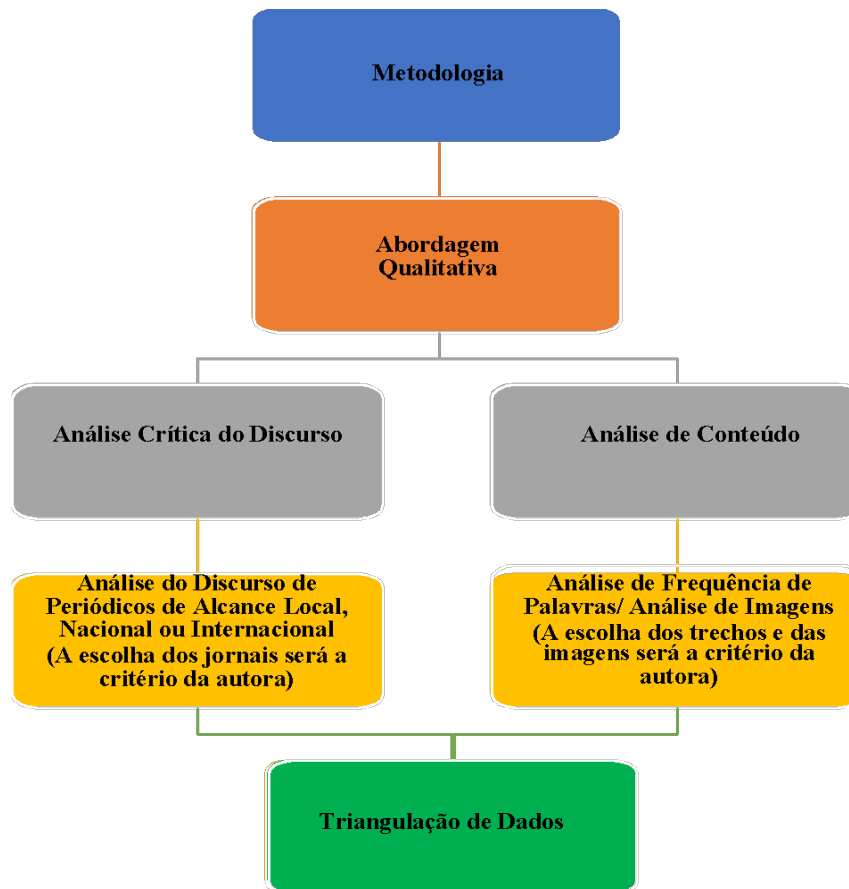
Relevância	Podem apresentar-se de forma escrita, falada ou intermediária, podendo ser amostras de qualquer tamanho.
Homogeneidade	Padrão de um mesmo tipo de material.
Sincronicidade	Intersecção histórica dos materiais.

Fonte: adaptado de Van Dijk (2008).

A multiplicidade torna a pesquisa mais rica e facilita a percepção de padrões narrativos, porém esses padrões também podem ser identificados em um mesmo jornal, como exposto logo abaixo. Também ressalto que uma característica marcante em nossa pesquisa foi a análise de narrativas, de histórias, mas sempre com o foco principal no racismo discursivo e o sujeito negro como ator principal dessas narrativas. Nosso intuito foi chamar a atenção e ampliar a visão do leitor e do próprio jornalista ou formador de opinião para além dos modelos mentais atualmente constituídos, visando a construção de bases para um modelo de confecção e propagação de notícias menos enviesadas (do ponto de vista racial). A análise das imagens também foi utilizada para corroborar com a análise do discurso crítica para fins deste trabalho de pesquisa, pois acredita-se que enquadramento, iluminação, uso das cores, disposição dos atores, cenário, poses e demais expressões em uma capa de um jornal ou ao longo da própria reportagem, também ajudam a contar uma história, formar uma opinião, além de não serem escolhidas de forma aleatória, todas possuem um impacto. Isso quer dizer que todas as imagens e demais elementos gráficos presentes neste trabalho, são independentes por si só, o objetivo é que cada imagem possa complementar, exemplificar ou expor de forma prática as informações

e ideias presentes no texto.

Figura 5 - Esquema Metodológico Básico do Projeto de Pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora

O desenvolvimento desta tese está estruturado em quatro capítulos, permitindo que a pesquisa explore uma trajetória que se inicia no colonialismo até a atualidade, observando mudanças e semelhanças em uma perspectiva científica e crítica. No primeiro capítulo são abordados os primeiros conceitos de racismo e sua correlação com o discurso, refletindo sobre a história do colonialismo no Brasil e no mundo. No segundo capítulo será utilizada a Análise Crítica do Discurso - ACD para analisar a ruptura discursiva observada após o assassinato de George Floyd, servindo como marco para a discussão do racismo na atualidade. O terceiro capítulo analisará o impacto da ruptura discursiva causada pelo assassinato de Floyd na mídia televisiva brasileira. No quarto capítulo serão observadas as mudanças no cenário comunicacional, e nas considerações finais será elaborada uma discussão teórica sobre poder e comunicação. Foi buscado oferecer um apanhado geral sobre a gênese das relações raciais no Brasil e sua correlação com o caráter simbólico que estruturou a sociedade brasileira da contemporaneidade, além de pormenorizar a abordagem metodológica que utilizaremos ao longo deste trabalho.

CAPÍTULO 1

1.1. COLONIALIDADE E RACISMO

*Desde o início,
Por ouro e prata,
Olha quem morre,
Então veja você quem mata,
Recebe o mérito, a farda,
Que pratica o mal,
Me ver pobre, preso ou morto,
Já é cultural.*
Negro Drama - Mano Brown

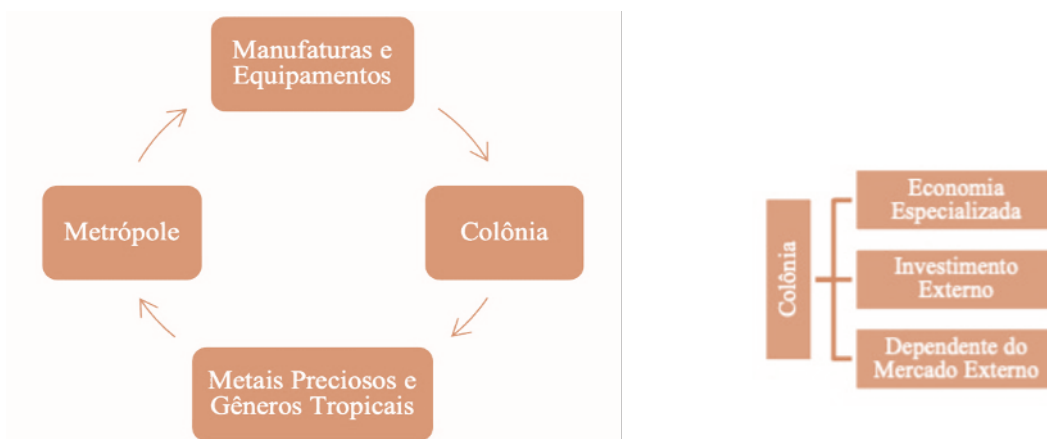
Este capítulo busca pensar a relação entre os resquícios coloniais brasileiros e sua influência no racismo contemporâneo, analisando os aspectos do nosso passado colonial e a potencial influência na vida do cidadão negro e pardo nos dias de hoje. É possível buscar uma explicação histórica que nos ajude a responder porque o negro brasileiro possui os piores índices de habitação, saúde e educação, entre outros indicadores que o inferiorizam perante a população branca, além de entendermos a hierarquização racial e a força da branquitude nesse processo. Faremos também algumas observações do ponto de vista comunicacional, a partir da ótica marxista de Adelmo Genro Filho. Como método, utilizaremos a revisão de literatura, análise documental e um levantamento bibliográfico.

Na obra *Sair da Grande Noite*, Achille Mbembe (2019) reflete que a colonização foi uma forma primitiva de supremacia racial, e mesmo após a descolonização, alguns países mantiveram quase que intactos os dispositivos mentais que legitimam essa supremacia e que lhe permitiam brutalizar os “selvagens” de sua consciência. Compreendendo que o racismo foi um dos principais ingredientes da colonização, descolonizar-se significa automaticamente desracializar. Como não há uma única teoria da descolonização, optamos por tratar a questão sob o ponto de vista econômico, dado que as colônias passaram a ter uma função no desenvolvimento histórico do capitalismo, ao concentrar o capital excedente da metrópole manifestado em mercadorias, dinheiro ou população humana. De modo que as colônias colaboraram como mercado consumidor, para diminuir a crise de superprodução que ameaçou, internamente, o modo de produção capitalista (Mbembe, p. 2019, p.45).

A própria divisão do trabalho e a especialização forçada das colônias, que produziam materiais agrícolas e industriais, estabeleciam forma e conteúdo da relação colonial. Estas

matérias-primas que possuíam uma produção barata, com custos de trabalho baixíssimos (por conta da escravidão) provocavam um forte aumento do lucro, assim como Marx pontuava (Mbembe, 2019, p.45). Por isso a divisão do trabalho e a especialização, não teria constituído apenas uma das condições do crescimento do capitalismo industrial, teria formulado igualmente condições estruturais de troca desigual que, desde então, caracterizam as relações entre centro e periferia (Mbembe, 2019). Na figura 6, a seguir, há um esquema sobre todo o processo do pacto colonial e a relação entre metrópole e colônia, no Brasil este processo ocorreu após o século XVI, ou seja, a colônia seria responsável pela produção e envio de gêneros tropicais e metais preciosos e a metrópole, desenvolvida, retroalimentava o sistema entregando bens manufaturados e equipamentos.

Figura 6 - Pacto Colonial no Brasil pós século XVI



Fonte: Adaptado pela autora com base em Mbembe (2019)

As relações entre centro e periferia e a hierarquização racial ainda tão presentes em nossa sociedade, onde cargos mais especializados e melhor remunerados pertencem a pessoas brancas, enquanto pessoas negras detêm os empregos com menor taxa de especialização e consequentemente uma pior remuneração, são resquícios do colonialismo. Segundo Mbembe (2019, p.47), expandindo as reflexões a uma análise geográfica, é possível deduzir os aspectos do norte desenvolvido e o sul global empobrecido e ainda exportador de gêneros tropicais, *commodities* e demais matérias-primas a países desenvolvidos. Uma troca absolutamente desigual entre centro e periferia, colônia e metrópole, sul e norte global, de modo que a descolonização seria justamente a cisão com esse sistema. Porém de que forma seria possível um processo viável de descolonização sem levar em conta a submissão econômica, política e

ideológica das antigas colônias? Para Mbembe (2019, p.85) os europeus se ocuparam em conquistar territórios estrangeiros, demarcá-los e criar laços de submissão com os nativos, legitimados por teorias de hierarquias raciais, obrigando-os a trabalhar e gerar riquezas das quais a metrópole desfruta. Ainda segundo Mbembe (2019, p.74), na lógica da descolonização, a humanidade só passa a existir a partir do momento em que o colonizado desperta para a consciência de si mesmo, e se apropria subjetivamente de seu eu, desmontando a cerca que o separa e permitindo-se falar em primeira pessoa. Sair das regiões estéreis e áridas da existência é, acima de tudo, sair da clausura da raça, clausura na qual o poder do outro e o olhar do outro tentam acorrentar o sujeito. Contribuindo para dissipar o espaço das distinções nítidas, das separações, clausuras e rumar para o universal, que é inerente à condição humana (Fanon, 2008, p. 66).

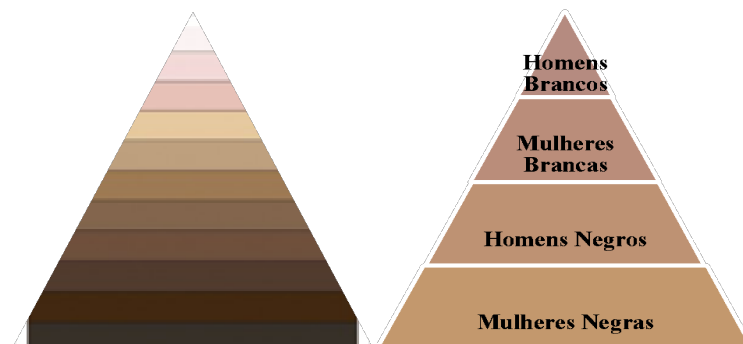
Para Fanon (2008,66) a abertura do mundo pressupõe a abolição da ideia de raça, concretizando a partir da igualdade racial que o negro é um homem igual aos outros, um homem como os outros, um homem entre outros homens. Fanon também postula que a cidadania humana originária é a chave do projeto de autonomia humana da descolonização. Fanon (2008) e Paul Gilroy (2012) acreditam que o verdadeiro processo de descolonização seria organizado por um pensamento horizontal de mundo (em contraponto a ideia de hierarquização implementada pelos colonizadores), que privilegiaria uma ética da reciprocidade, do convívio do ser com outros. Outro importante ponto de vista sobre a criação da ideia de raça, diz respeito a cor da pele considerada importante e a cor da pele considerada excedente, a qual permite-se que seja desperdiçada. Fatos recentes do racismo estrutural em nossa sociedade ocidental, demonstram que a estrutura que possibilitou o assassinato de George Floyd, asfixiado em uma abordagem policial, é a mesma estrutura que viabilizou a morte de João Alberto Silveira Freitas, espancado até a morte em um estacionamento de supermercado em Porto Alegre, ou a morte do menino Miguel de apenas 5 anos, filho de uma empregada doméstica que foi abandonado sozinho dentro de um elevador e caiu do nono andar de um prédio, enquanto sua mãe passeava com os cachorros da patroa. Todos esses casos aconteceram no ano de 2020, no Brasil e nos Estados Unidos, países massacrados pelo racismo e que demonstram a ótica do excedente, do descartável, da vida desimportante e Mbembe (2018) nos ajuda a compreender esse fenômeno.

A raça é uma das matérias-primas com as quais se fabrica a diferença e o excedente, isto é, uma espécie de vida que pode ser desperdiçada ou despendida sem reservas. Pouco importa

que ela não exista enquanto tal, e não só devido à extraordinária homogeneidade genética dos seres humanos. Ela continua a produzir efeitos de mutilação, porque originariamente é e será sempre aquilo em cujo nome se operam censuras no seio da sociedade, se estabelecem relações de tipo bélico, se regulam as relações coloniais, se distribuem e se aprisionam pessoas cuja vida e presença são consideradas sintomas de uma condição-limite e cujo pertencimento é contestado porque elas provêm, nas classificações vigentes, do excedente (Mbembe, 2018, p. 73).

Retomando a ideia de que o processo de colonização foi arquitetado em cima de uma hierarquização racial, encontramos terreno fértil nas ideias de Quijano (2005) refletindo sobre o processo de exploração e das relações de poder baseadas no padrão eurocêntrico, que ocupa o topo de uma pirâmide racial, além dos reflexos desta “arquitetura racial” na América Latina da atualidade e na divisão geográfica do trabalho e riqueza mundial: por um lado, a codificação das diferenças entre conquistadores e conquistados na ideia de raça, ou seja, uma supostamente distinta estrutura biológica que situava a uns em situação natural de inferioridade em relação a outros. Essa ideia foi assumida pelos conquistadores como o principal elemento constitutivo, fundacional, das relações de dominação que a conquista exigia. Nessas bases, consequentemente, foi classificada a população da América, e mais tarde do mundo, nesse novo padrão de poder. Por outro lado, a articulação de todas as formas históricas de controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos, em torno do capital e do mercado mundial (Quijano, 2005, p. 01). A seguir, na figura 7, apresenta-se duas pirâmides da atualidade, a primeira com um recorte étnico-racial e a segunda com um recorte de gênero.

Figura 7 - Pirâmides com recortes étnico-racial e de gênero na atualidade



Fonte: Adaptado pela autora com base em Quijano (2005) e Telles (2014).

O processo de hierarquização racial segue forte na atualidade e com um padrão parecido com o dos tempos coloniais, além da permanência do branco no topo da pirâmide e do negro

retinto na base, o qual se soma ao componente de gênero, e assim temos o poder do homem branco em contraponto às mulheres negras⁹. A “matriz de poder colonial” é um princípio organizador que envolve o exercício da exploração e da dominação em múltiplas dimensões da vida social, desde a econômica, sexual ou das relações de gênero, até às organizações políticas, estruturas de conhecimento, instituições estatais e agregados familiares (Quijano, 2005, p.25). A mulher negra, presente na base da pirâmide, possui os menores índices de empregabilidade, devido as dificuldades de acesso à educação ainda na infância e adolescência, muitas vezes são mães adolescentes e isso atrapalha na conclusão dos estudos e na sua inserção formal no mercado de trabalho, de modo que é muito natural encontrá-las atuando como empregadas domésticas, cuidadoras de idosos e demais trabalhos que exigem menos educação formal, uma chaga dos tempos coloniais e ainda muito presente na realidade brasileira que retroalimenta o sistema hierárquico racial nos mesmos moldes da era colonial, onde o indivíduo da raça negra volta a desenvolver o mesmo trabalho braçal, vivendo em moradias precárias, em regiões periféricas, sem acesso a cidadania e direitos básicos e embora não viva sob o regime de escravidão, ainda sobrevive com baixíssimos salários e poucos direitos respeitados, sobretudo se comparados a parcela branca da população. Alexander (2010) aprofunda os argumentos referentes à continuidade da discriminação racial, que passa a se desenvolver com novas roupagens, mas que tem a mesma finalidade de outrora.

Na era do daltonismo, não é mais permitido socialmente usar a raça, explicitamente, como justificativa para discriminação, exclusão e desprezo social. Em vez de depender da raça, usamos nosso sistema de justiça criminal para rotular as pessoas de cor de “criminosos” e, em seguida, nos envolver em todas as práticas que supostamente abandonamos. Hoje é perfeitamente legal discriminar criminosos de quase todas as maneiras que já foi legal discriminar afro-americanos. Depois que você é rotulado de criminoso, as antigas formas de discriminação: discriminação no emprego, discriminação na habitação, negação do direito de voto, negação de oportunidade educacional, negação de alimentação e outros benefícios públicos, tornam-se subitamente legais. Como criminoso, você dificilmente tem mais direitos e, sem dúvida, menos respeito do que um homem negro que vivia no Alabama no auge das leis Jim Crow. Não acabamos com a casta racial nos Estados Unidos; nós apenas a redesenhamos

⁹ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA (IBGE) Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf Acessado em: 05 de julho de 2024.

(Alexander, 2010, p. 77).

As leis Jim Crow foram vigentes em alguns estados estadunidenses do sul, e ficaram conhecidas por estabelecerem a segregação racial entre o fim do século XIX até metade do século XX. Estas leis foram extintas após a implementação dos Direitos Civis. A nova lei Jim Crow seria então empregar novas tecnologias que refletem e reproduzem as desigualdades, mas que são causadas e compreendidas como mais cotidianas ou progressivas do que eram no sistema discriminatório da era passada, isso demonstra que as novas leis Jim Crow, podem ser visualizadas em nossa sociedade a partir da criminalização da pobreza, do encarceramento em massa, da negação de direitos sociais a população negra, que segue vivendo em favelas, com baixos índices de escolaridade e em condição de vulnerabilidade social, de modo que seguem tão excluídos como na época das leis discriminatórias estadunidenses (Alexander, 2010, p.23).

Quijano (2005) argumenta sobre outra importante tecnologia de hierarquização racial relacionada a raça e divisão do trabalho, onde cada forma de controle do trabalho esteve articulada com uma raça particular. Consequentemente, o controle de uma forma específica de trabalho podia ser ao mesmo tempo um controle de um grupo específico de gente dominada. Uma nova tecnologia de dominação/exploração, neste caso raça/trabalho, articulou-se de maneira que aparecesse como naturalmente associada, o que, até o momento, tem sido excepcionalmente bem-sucedido (Quijano, 2005, p. 09).

Para Quijano (2005, p.13) existem diversos níveis de exploração colonial, e sua ação pode ser observada a partir de um nível micro e macro, local e global, isso quer dizer que enquanto refletimos sobre os resquícios coloniais no Brasil, podemos também refletir sobre os resquícios coloniais da posição geopolítica do Brasil em uma grande engrenagem mundial. É como se os países colonizadores, de pessoas brancas e ascendência europeia, exercessem ainda hoje um poder colonial, pois há uma clara diferença entre os países ricos e industrializados e os países pobres, que seguem sendo grandes fornecedores de matérias-primas, mas não conseguem obter o mesmo nível de desenvolvimento social e riquezas. Na figura 8, apresenta-se o mapa da riqueza global do ano de 2019, onde é possível observar a concentração de riquezas ao redor do mundo, destacando-se os países mais pobres e ricos.

Figura 8 - Mapa da riqueza global 2019



Renda *per capita* (dólares), tradução livre.

- o Abaixo de 5 mil dólares
- o Entre 5 e 25 mil dólares
- o Entre 25 e 100 mil dólares
- o Acima de 100 mil dólares
- o Dados não disponíveis

Fonte: Global Wealth Databook 2019.

De acordo com o gráfico pode-se observar a maior parte da concentração de riquezas em países do hemisfério norte, em países europeus, ou países que foram colônias de povoamento europeu e, por outro lado, temos a posição de países da América Latina, América Central, África e todos os demais países, que ocupam uma posição inferior ou intermediária, nesta engrenagem que é a colonialidade do poder estudada por Quijano (2005, p.12). As antigas hierarquias coloniais, agrupadas na relação europeias versus não-européias, continuam enraizadas e enredadas na “divisão internacional do trabalho” e na acumulação do capital à escala mundial. Essa colonialidade do controle do trabalho determinou a distribuição geográfica de cada uma das formas integradas no capitalismo mundial. Em outras palavras, determinou a geografia social do capitalismo: o capital, na relação social de controle do trabalho assalariado, era o eixo em torno do qual se articulavam todas as demais formas de controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos. Isso o tornava dominante sobre todas elas e dava caráter capitalista ao conjunto de tal estrutura de controle do trabalho. Mas ao mesmo tempo, essa relação social específica foi geograficamente concentrada na Europa, sobretudo, e socialmente entre os europeus em todo o mundo do capitalismo. E nessa medida e dessa maneira, a Europa e o europeu se constituíram no centro do mundo capitalista (Quijano, 2005, p. 09).

O controle do trabalho e de quem detém o capital, segue com os mesmos atores dos

tempos coloniais, obedecendo a mesma disposição geográfica em relação a quem dita as regras e quem as obedece. As diferentes formas de trabalho que se encontram articuladas com a acumulação de capital no âmbito mundial são distribuídas de acordo com esta hierarquia racial; o trabalho coercivo (ou barato) é feito por pessoas não-européias situadas na periferia, e o “trabalho assalariado livre” situa-se no centro. A hierarquia global das relações entre os sexos também é afetada pela raça: ao contrário dos patriarcados pré-europeus em que todas as mulheres eram inferiores aos homens, na nova matriz de poder colonial algumas mulheres (de origem europeia) possuem um estatuto mais elevado e um maior acesso aos recursos do que alguns homens (de origem não-européia). A ideia de raça organiza a população mundial segundo uma ordem hierárquica de povos superiores e inferiores que passa a ser um princípio organizador da divisão internacional do trabalho e do sistema patriarcal global (Grosfoguel, 2009, p. 12).

Segundo Grosfoguel (2009) às Américas chegou o homem heterossexual, branco, patriarcal, cristão, militar, capitalista, europeu, com as suas várias hierarquias globais enredadas e coexistentes no espaço e no tempo, as quais, por motivos de clareza da presente exposição, enumera-se como se fossem independentes umas das outras:

- a) uma específica formação de classes de âmbito global, em que diversas formas de trabalho (escravatura, semisservidão feudal, trabalho assalariado, pequena produção de mercadorias) irão coexistir e ser organizadas pelo capital enquanto fonte de produção de mais-valias através da venda de mercadorias no mercado mundial com vista ao lucro;
- b) uma divisão internacional do trabalho em centro e periferia, em que o capital organizava o trabalho na periferia de acordo com formas autoritárias e coercitivas;
- c) um sistema interestatal de organizações político-militares controladas por homens europeus e institucionalizadas em administrações coloniais;
- d) uma hierarquia étnico-racial global que privilegia os povos europeus relativamente aos não-europeus;
- e) uma hierarquia global que privilegia os homens relativamente às mulheres e o patriarcado europeu relativamente a outros tipos de relação entre os sexos;
- f) uma hierarquia sexual que privilegia os heterossexuais relativamente aos homossexuais e lésbicas (e é importante recordar que a maioria dos povos indígenas das Américas não via a sexualidade entre iguais como um comportamento patológico nem compartilhava qualquer ideologia homofóbica);

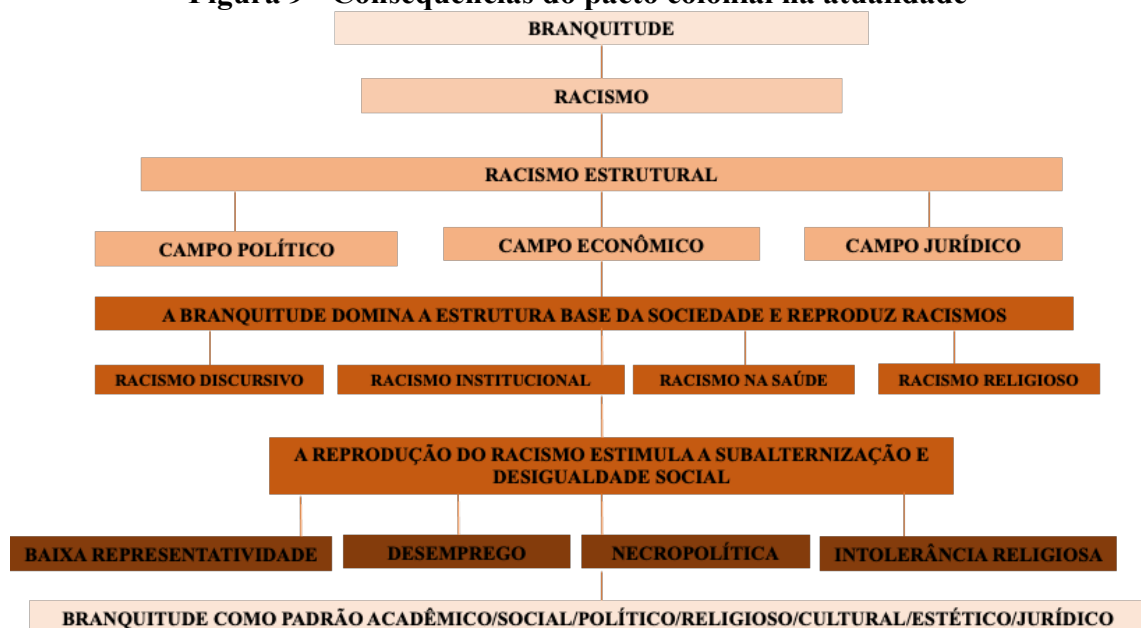
g) uma hierarquia espiritual que privilegia os cristãos relativamente às espiritualidades não-cristãs/não-européias institucionalizadas na globalização da igreja cristã (católica e, posteriormente, protestante);

h) uma hierarquia epistêmica que privilegia a cosmologia e o conhecimento ocidentais relativamente ao conhecimento e às cosmologias não-ocidentais, e institucionalizada no sistema universitário global;

i) uma hierarquia linguística entre as línguas europeias e não-européias que privilegia a comunicação e a produção de conhecimento e de teorias por parte das primeiras, e que subalterniza as últimas exclusivamente como produtoras de folclore ou cultura, mas não de conhecimento/teoria.

A figura 9 expõe os efeitos do pacto colonial na atualidade, trazendo a branquitude no ápice da estrutura, em posição de privilégio e a dominação do racismo estrutural nos diversos campos da sociedade e suas desastrosas consequências para a população negra.

Figura 9 - Consequências do pacto colonial na atualidade



Fonte: elaborado pela autora com base em Kilomba (2019), Quijano (2005) e Grosfoguel (2009).

A colonização também é responsável por apresentar e impor a visão de mundo do colonizador, que passa a ser o referencial de tudo que é bonito, belo, inteligente e de bom tom, logo, qualquer parâmetro que fuja a esse padrão pré-estabelecido é associado ao selvagem, ao feio, ao grotesco, ao ignorante e etc. Dito isto, apresentamos uma espécie de colonização cultural, que aniquila iniciativas genuínas e impõe o modelo europeu como o padrão ouro a ser

seguido e almejado. A incorporação de tão diversas e heterogêneas histórias culturais a um único mundo dominado pela Europa, significou para esse mundo uma configuração cultural, intelectual, em suma intersubjetiva, equivalente à articulação de todas as formas de controle do trabalho em torno do capital, para estabelecer o capitalismo mundial. Com efeito, todas as experiências, histórias, recursos e produtos culturais terminaram também articulados numa só ordem cultural global em torno da hegemonia europeia ou ocidental. Em outras palavras, como parte do novo padrão de poder mundial, a Europa também concentrou sob sua hegemonia o controle de todas as formas de controle da subjetividade, da cultura, e em especial do conhecimento, da produção do conhecimento (Quijano, 2005, p. 10).

A colonialidade e o racismo no Brasil possuem diversas facetas, interagindo muitas vezes com outras formas de desigualdade, como as desigualdades de classe e gênero, produzindo experiências diferenciadas de racismo. O movimento feminista avançou em muitas agendas e trouxe melhorias para todas as mulheres, entretanto, a articulação das pautas que o movimento defendia inicialmente, sempre tinha como foco o padrão feminino baseado em mulheres brancas de classe média. Porém, em um país como o Brasil é necessário agregar toda a diversidade feminina, com mulheres negras, mulheres pobres, mulheres periféricas e de baixa escolaridade, essas intersecções entre raça e classe social são o foco do feminismo interseccional de Lélia Gonzalez, que pensa nas particularidades da mulher negra brasileira e a insere no centro do debate.

Na busca pelo direito feminino ao trabalho, mulheres negras são submetidas a um cenário de subordinação em relação a famílias brancas de classe média, pois muitas vezes atuam como empregadas domésticas. Desta forma, mulheres brancas estão aptas à construção de suas próprias carreiras, pois sabem que sua casa e família estarão sendo cuidados. Por isso, a pesquisadora Lélia Gonzalez salienta que “a libertação (social, política e econômica) da mulher branca se tem feito às custas da exploração da mulher negra” (Gonzalez, 2018, p. 33). As interseccionalidades de raça e classe estão presentes no debate feminista e são exemplos das várias facetas do racismo brasileiro, a pesquisadora Lélia Gonzales salienta a necessidade da discussão racial na pauta feminista, para que o movimento não se torne alienado e não reproduza a visão eurocêntrica de mundo. Lélia Gonzalez explora as diversas facetas do racismo e expõe o privilégio branco, segundo ela, o capitalismo branco se favorece da mão-de-obra negra, enquanto pessoas brancas e pobres também se beneficiam do racismo com “recompensas

materiais e simbólicas” (Gonzalez, 2018, p. 34).

Figura 10 - Padrões brancos e empregada doméstica negra em dia de protesto¹⁰



Fonte: reprodução/facebook

Um exemplo do racismo à brasileira, com recorte de classe e gênero, foi a viralização desta imagem nos protestos anti-Dilma em 2016, com a patroa branca trajando uma camiseta com as cores do Brasil, e a babá negra, usando uniforme, empurrando um carrinho com duas crianças, trabalhando em um fim de semana, na cidade do Rio de Janeiro, conforme figura 10. Segundo a reportagem, a patroa é esposa de um banqueiro, moradora da zona sul do Rio de Janeiro, e a babá é uma mulher pobre, negra e moradora da periferia. Um exemplo clássico da necessidade de ampliação do pensamento feminista interseccional para incluir todas as mulheres no debate. A imagem é muito rica e traz muitas camadas dos efeitos nefastos do colonialismo no Brasil, da figura perpetuada de pessoas brancas em posições de poder e de pessoas pretas em posições subservientes e em subempregos.

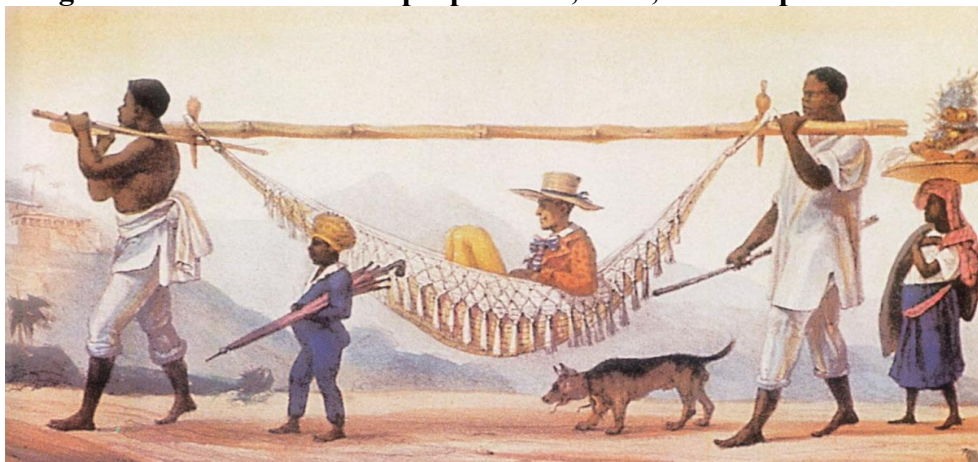
Neste sentido, o impacto do colonialismo traz consequências desastrosas para todas as pessoas negras, mas sobretudo para as mulheres, oprimidas não apenas pela sua condição racial,

¹⁰ Casal branco acompanhado de babá negra em manifestação - Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/brasil/foto-de-casal-acompanhado-de-baba-em-manifestacao-divide-opinioes-nas-redes-18866609.html> Acessado em: 03 de fevereiro de 2023.

mas por seu gênero, ocupando a base de uma pirâmide de hierarquia racial que traz o homem branco no topo. A imagem da babá negra nos protestos nos transmite a ideia do preto “em seu lugar”, trabalhando num fim de semana, cuidando das crianças que não são suas, enquanto a patroa branca protesta pelos seus direitos. Lélia Gonzalez, precursora dos estudos raciais no Brasil, enfatiza a perspectivas de gênero, raça e classe, com ênfase em mulheres negras, índias e periféricas, ou seja, ela busca ressaltar a importância das “mulheres sem importância”, e que realmente constroem o Brasil. Segundo Gonzales (2018, p.29) há uma divisão racial do trabalho, e os brancos exploram a mão de obra operária, composta em sua maioria por pessoas pretas.

Estes são os resquícios do pacto colonial brasileiro que traz como herança o empobrecimento e o sufocamento da população negra. Para Gonzalez (2018, p.13) o racismo se articula de forma prática, ideológica e estrutural, a medida em que estabelece a divisão racial do trabalho, que coloca brancos em posições de comando e negros em subalternidade. Uma vez que o racismo, de forma similar ao sexismo, transforma-se numa parte da estrutura objetiva das relações ideológicas e políticas do capitalismo, “a reprodução da divisão racial e sexual do trabalho pode ser explicada sem apelar para elementos subjetivos como o preconceito” (Gonzalez, 2018, p. 45). Por isso, para Gonzales (2018, p.19) a divisão racial e sexual do trabalho, prejudica massivamente a população negra, pois os privilégios raciais podem pautar a inclusão de negros no mercado de trabalho formal ou informal. A figura 11, logo abaixo, expõe mais uma cena clássica do privilégio branco a partir das bases da escravidão colonial.

Figura 11 - Retorno de um proprietário, 1816, Jean-Baptiste Debret



Fonte: Acervo do Instituto de Estudos Brasileiros da USP.

Debret (1816), conforme figura acima, demonstra muito bem a relação entre brancos e escravizados e o lugar que cada um ocupa na sociedade colonial, na divisão do trabalho, no tipo de trajes e vestimentas, nos artefatos que diferenciavam um do outro, além do estilo de vida, comportamento, onde os brancos tinham classe e luxo e os negros um papel próximo ao selvagem, ao animalesco. Isso demonstra que mesmo nos dias atuais a população negra ainda sofre com os resquícios coloniais, pois as bases do racismo seguem as mesmas. As mulheres negras no cenário colonial ocupavam um lugar de muita inferioridade, devido às intersecções de raça e gênero, sendo submetidas a todo tipo de assédio e maus-tratos. Infelizmente, na atualidade, se percebe que a condição das mulheres negras ainda é muito delicada e o estigma colonial segue ultrapassando gerações. Esse novo e radical dualismo não afetou somente as relações raciais de dominação, mas também a mais antiga, as relações sexuais de dominação. Daí em diante, o lugar das mulheres, muito em especial o das mulheres das raças inferiores, ficou estereotipado junto com o resto dos corpos, e quanto mais inferiores fossem suas raças, mais perto da natureza ou diretamente, como no caso das escravas negras, dentro da natureza. É provável, ainda que a questão fique por indagar, que a ideia de gênero se tenha elaborado depois do novo e radical dualismo como parte da perspectiva cognitiva eurocentrista (Quijano, 2005, p. 10).

Para Gonzalez (2018) o racismo desempenha um papel importante na ideia de internalizar o sujeito branco como superior. E as consequências dessa internalização e desse pacto colonial são refletidas na subalternização de pessoas negras no mercado de trabalho brasileiro. Segundo dados do IBGE¹¹, a maior parte dos trabalhadores informais são pretos e pardos, e ainda assim, brancos possuem os rendimentos mais altos, isso demonstra os reflexos negativos do colonialismo no Brasil.

¹¹ Disponível em: [https://www.cnnbrasil.com.br/economia/negros-e-pardos-sao-maioria-no-mercado-de-trabalho-mas-rendimentos-de-brancos-sao-614-maiores-aponta-ibge/#:~:text=Segundo%20dados%20do%20IBGE%2C%204,3%25\)%20se%20mantinha%20abaixo](https://www.cnnbrasil.com.br/economia/negros-e-pardos-sao-maioria-no-mercado-de-trabalho-mas-rendimentos-de-brancos-sao-614-maiores-aponta-ibge/#:~:text=Segundo%20dados%20do%20IBGE%2C%204,3%25)%20se%20mantinha%20abaixo.). Acessado em 03 de fevereiro de 2024.

Quadro 3 - Análise Comparativa de Imagens

<p><i>Negra tatuada vendendo caju,</i> Jean Baptist Debret (1827) Museu Castro Maya</p>	<p><i>Moradora desabrigada em incêndio na favela,</i> Léo Lima (2013) Imagens do Povo</p>
	

Fonte: elaborado pela autora

O quadro de Debret (1827), disposto acima, localizado a esquerda, intitulado *Negras de Ganho*, representa muito mais que apenas a imagem de uma mulher negra, demonstra a tristeza de uma mulher sem identidade social, reconhecida apenas pelo trabalho que realiza, executando um trabalho braçal, ocupando o espaço do “outro”, do pobre e excluído na sociedade dos tempos coloniais. Dito isto, o tipo de trabalho executado estaria de acordo com a cor da pele. Este quadro expressa um processo de construção cognitiva da ideia do negro subalterno e marginalizado (a mulher em primeiro plano, possui uma tatuagem no braço esquerdo, usa turbante, balangandãs na cintura como amuleto para o mau-olhado, e vende frutas, que é um trabalho realizado apenas pelos pobres e escravizados da época). A comunicação aqui, tem função não linguística e ainda assim simbólica, realizada a partir de imagens. Formas simbólicas são ações, falas, imagens e textos produzidos por sujeitos e reconhecidos por eles e outros como construtos significativos. Uma forma simbólica, em determinadas circunstâncias, também é ideológica, quando serve para estabelecer e sustentar relações de dominação (Thompson, 2011a, p. 101).

Thompson (2011a) também pontua que formas simbólicas, podem vir a operar como uma espécie de meio de comunicação de massa, caso seja disponibilizado a uma infinidade de receptores. Logo, o quadro em si, pode ser responsável pela difusão de ideologias e padrões de

comportamento, expondo o que é considerado bom e o que é considerado ruim diante de uma determinada sociedade. Portanto, se um quadro é capaz de reproduzir ideologias, também é possível deduzir que a insistente veiculação de notícias negativas direcionadas a um determinado grupo racial, também teria o mesmo poder. Segue abaixo o depoimento de Malkia Cyril, diretora executiva da *Center for Media Justice*, disponibilizado no documentário *A 13a Emenda* de Ava Duvernay:

Homens negros, e pessoas negras em geral, são representados excessivamente nos noticiários como criminosos. Significa que são mostrados como criminosos de modo exagerado, mais do que o número real de criminosos. Então, você educou um povo, deliberadamente, por anos, por décadas, para crer que homens negros, em especial, e pessoas negras, em geral, são criminosos. Quero ser clara. Não estou falando só de pessoas brancas. Pessoas negras também acreditam e morrem de medo de si mesmas (Duvernay, 2016).

Ao retornamos a segunda imagem, que foi retirada do Google Imagens, após uma busca com o termo: “morador de favela”, entre os resultados, encontramos a imagem de uma mulher negra, moradora de favela, com expressão similar da *Negra tatuada vendendo caju*, de Debret (1827), a diferença de tempo entre a primeira e a segunda imagem demonstradas neste quadro, é que se passaram exatos 186 anos e as mulheres negras seguem sendo retratadas da mesma forma e, além disso, sofrem da mesma marginalização, seja por usar balangandãs ou por morar em favelas. A segunda imagem, mais atual, também nos remete à cotidianidade do racismo, a partir de uma opressão constante e contínua sofrida por pessoas negras. O termo “cotidiano” refere-se ao fato de que essas experiências não são pontuais. O racismo cotidiano não é um “ataque único” ou um “evento discreto”, mas sim uma “constelação de experiências de vida”, uma “exposição constante ao perigo”, um “padrão contínuo de abuso” que se repete incessantemente ao longo da biografia de alguém, seja no ônibus, no supermercado, em uma festa, no jantar, na família (Kilomba, 2019, p. 80).

De acordo com a pesquisadora estadunidense Alexander (2010), mesmo com a passagem do tempo, houve apenas uma mudança de status do que é ser negro, adaptada ao momento atual, porém eles seguem subalternizados por conta da raça. Provavelmente o paralelo mais importante entre o encarceramento em massa e as leis Jim Crow é que ambos serviram para definir o significado e a importância da raça nos Estados Unidos. Na verdade, uma função primária de qualquer sistema de castas raciais é definir o significado de raça em seu tempo. A escravidão definiu o que significava ser negro (um escravo) as leis Jim Crow definiram o que significava ser negro (um cidadão de segunda classe). Hoje, o encarceramento em massa define

o significado da negritude nos Estados Unidos: os negros, especialmente os homens negros, são criminosos. Isso é o que significa ser negro na atualidade (Alexander, 2010, p. 33).

No Brasil os negros são maioria entre os encarcerados¹², devido a dificuldade de acesso à informação e até mesmo a um advogado, são submetidos ao cárcere mesmo após pequenos delitos, hoje a população carcerária brasileira encontra-se em terceiro lugar num *ranking* encabeçado pelos Estados e China em seguida. Um dado preocupante, que atinge estruturalmente homens negros e pobres, aqui novamente encontramos o recorte de gênero, classe e raça que atinge sobretudo homens pretos. A metodologia do racismo estrutural e discursivo atua com os mesmas ferramentas utilizadas durante o período colonial, subalternizando indivíduos negros fisicamente, moralmente, intelectualmente, espiritualmente e socialmente, de modo que mesmo a passagem do tempo e a mudança da sociedade, ainda assim não é suficiente para uma mudança real da situação destas pessoas, uma vez que o recurso cognitivo que construiu essa condição de pensamento, segue intacto e é repassado de geração em geração, seja para manutenção de privilégios ou inconscientemente.

1.2. COLONIZAÇÃO

Federici (2017) contextualiza bem os motivos dos processos colonizadores, que surgiram mais intensamente a partir do século XVI. Segundo ela, a economia feudal não podia mais se reproduzir. Nem a sociedade capitalista poderia ter “evoluído” a partir dela, uma vez que a autossuficiência e o novo regime de salários elevados permitiam a “riqueza do povo”, mas “excluía a possibilidade da riqueza capitalista” (Federici, 2017, p. 109). Foi em resposta a crise do feudalismo que a classe dominante europeia lançou a ofensiva global que, ao longo de ao menos três séculos, mudaria a história do planeta, estabelecendo as bases do sistema capitalista mundial, no esforço implacável de se apropriar de novas fontes de riqueza, expandir sua base econômica e colocar novos trabalhadores sob seu comando (Federici, 2017, p. 110).

O processo de colonização dispõe de diversos mecanismos que visam a submissão e a hierarquização do colonizado, a submissão se dá a partir do ponto de vista racial, mental, moral

¹² Disponível em: <https://www.poder360.com.br/seguranca-publica/populacao-carceraria-cresce-nos-eua-e-no-brasil/#:~:text=No%20Brasil%2C%20o%20n%C3%BAmero%20de,tamb%C3%A9m%20%C3%BAltima%20estat%C3%ADstica%20mais%20recente>). Acessado em: 03 de fevereiro de 2024.

e religioso. Sabe-se que para impor uma nova cultura, era necessário antes exterminar a cultura anterior, por isso a linguagem, tema fundamental em relação a identificação de um povo, foi um dos primeiros símbolos a serem atacados e exterminados. “Até mesmo as línguas europeias faladas na África seriam línguas estrangeiras impostas pela força às populações desintegradas e submissas e representariam fatores importantes de alienação e divisão. Além disso, só seriam impostas à consciência africana repelindo e marginalizando as línguas nativas e o conjunto das reflexões religiosas, políticas e estéticas que elas veiculavam. Num plano político, a língua colonial teria função de imposição da lei de um poder sem autoridade a um povo militarmente vencido. De modo que não se deve apenas apagar as línguas nativas que ainda persistem ou ainda apagar os seus vestígios. Dissimulando muitas vezes a sua própria violência, inserindo-os num sistema de ficção com aparência neutra (humanismo, civilização, universalismo). De forma que não poderia haver libertação política, econômica ou tecnológica que não surgisse a par de uma autonomia linguística. Em contrapartida, a emancipação cultural não seria concretizável sem a identificação plena entre línguas africanas, nação africana e pensamento africano” (Mbembe, 2019, p. 43).

Segundo Fanon (2008), falar uma língua é assumir um mundo, uma cultura. O antilhano que quer ser branco o será tanto mais na medida em que tiver assumido o instrumento cultural que é a linguagem. No Brasil a situação foi semelhante à da África, pois havia mais de mil línguas nativas¹³ e hoje temos catalogadas apenas um pouco mais de 200 línguas, algumas ainda correm o risco de desaparecimento, ou seja, apaga-se também um pouco da nossa história e a da nossa identidade. Para Mbembe (2019), além do ataque, extermínio e imposição do idioma europeu, havia também a imposição de uma lógica que colocava a colonização como um ato de caridade e de benevolência, e por isso os colonos deveriam retribuir com gratidão e submissão.

A submissão foi imposta pela força, mas também a partir de uma hierarquização racial, cultural e religiosa, inserindo o branco europeu no topo de uma pirâmide imaginária e o negro africano na base desta pirâmide. Os negros africanos passam então a ser coisificados, desumanizados, bestializados e vítimas de constantes agressões do ponto de vista moral, físico,

¹³ Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/externo/2023/04/22/as-linguas-indigenas-estao-adormecidas-nao-foram-extintas#:~:text=A%20brutalidade%20contra%20os%20povos,de%20200%2C%20segundo%20o%20IBGE.>
Acessado em 03 de fevereiro de 2024.

sexual, cultural, entre outras distorções. Como sabemos, “a conquista, a escravização, o roubo, o assassinato: em uma palavra, a violência” foram os pilares desse processo (Federici, 2017, p. 34). A figura 12, logo abaixo, retratada na obra de Debret (1839) expõe, entre outras coisas, o cotidiano e o processo de objetificação e animalização de pessoas de matriz africana, alguns termos ainda usados na atualidade, como “criado mudo”, tem origem nesse período histórico, no quadro, os adultos ao redor dos senhores brancos, estão em posição de apoio.

Figura 12 - Família Brasileira no Rio de Janeiro, 1839, Jean Baptiste Debret



Fonte: Acervo do Instituto de Estudos Brasileiros da USP.

A imagem conta com a presença de escravizados realizando serviços domésticos e crianças negras sendo alimentadas como animais. A imagem sugere a ideia de desumanização da pessoa escravizada, em que crianças são colocadas no mesmo nível dos cães e em que a mulher e os dois homens negros são apreendidos na posição de subserviência. Não é possível saber se Debret quis imprimir uma crítica social em sua obra, o fato é que podemos visualizar uma relação assimétrica, marcada pela cor da pele, das vestimentas e dos gestos. Debret¹⁴ viveu no Brasil durante 15 anos, retratando cenas cotidianas da família imperial e do Brasil colônia, nas observações que deixava no rodapé de suas pinturas, criticava vários temas, entre eles, o excesso de brutalidade no tratamento de negros e índios, a preguiça de colonos portugueses e

¹⁴

Disponível em:

<https://www.bbc.com/portuguese/articles/c4nyjggvgy4o#:~:text=%22Podemos%20ver%20tra%C3%A7%C3%A3o%20de%20um,ra%C3%A7as%20no%20Brasil%20colonial%20escravocrata.%22> Acesso em: 03 de fevereiro de 2024.

até mesmo o esforço de negros que buscavam a sua liberdade.

Silvia Federici (2017, p. 112) reflete ainda sobre temas fundamentais que nos ajudam a demonstrar algumas questões importantes da formação colonial brasileira e do processo de hierarquização racial, ou seja, a gênese do racismo contemporâneo:

a) A expropriação dos meios de subsistência dos trabalhadores europeus e a escravização dos povos originários da América e África nas minas e plantações do “Novo Mundo” não foram os únicos meios pelos quais um proletariado mundial foi formado e “acumulado”.

b) A acumulação primitiva não foi, então, simplesmente uma acumulação e concentração de trabalhadores exploráveis e de capital. Foi também uma acumulação de diferenças e divisões dentro da classe trabalhadora, na qual as hierarquias construídas sobre o gênero, assim como sobre a “raça” e a idade, se tornaram constitutivas da dominação de classe e da formação do proletariado moderno.

c) Não podemos, portanto, identificar acumulação capitalista com liberação do trabalhador, mulher ou homem, como muitos marxistas (entre outros) têm feito, ou ver a chegada do capitalismo como um momento de progresso histórico. Pelo contrário, o capitalismo criou formas de escravidão mais brutais e traiçoeiras, na medida em que implantou no corpo do proletariado divisões profundas que servem para intensificar e ocultar a exploração. É em grande medida por causa dessas divisões impostas, especialmente a divisão entre homens e mulheres, que a acumulação capitalista continua devastando a vida em todos os cantos do planeta.

Federici (2017) assim como Gonzalez (2018) concordam que as divisões da classe trabalhadora se deram também a partir do recorte de raça e gênero, e portanto a classe trabalhadora atual ainda hoje sofre as consequências dessas divisões impostas sobre homens e mulheres. Segundo Freyre (2003, p.29) sempre que consideramos a influência do negro sobre a vida íntima do brasileiro, é a ação do escravo, e não a do negro por si, que apreciamos. Ruediger Bilden pretende explicar pela influência da escravidão todos os traços de formação econômica e social do Brasil. Ao lado da monocultura, foi a força que mais afetou a nossa plástica social. Parece às vezes influência de raça o que é influência pura e simples do escravo: do sistema social da escravidão. Da capacidade imensa desse sistema para rebaixar moralmente senhores e escravos. O negro nos aparece no Brasil, através de toda nossa vida colonial e da nossa primeira fase da vida independente, deformado pela escravidão. Pela escravidão e pela

monocultura de que foi o instrumento, o ponto de apoio firme, ao contrário do índio, sempre movediço (Freyre, 2003, p. 206). Para Fanon (2008) a desgraça do homem de cor é ter sido escravizado. A desgraça e a desumanidade do branco consistem em ter matado o homem em algum lugar. Consiste, ainda hoje, em organizar racionalmente essa desumanização. “Mas, eu, homem de cor, na medida em que me é possível existir absolutamente, não tenho o direito de me enquadrar em um mundo de reparações retroativas.” (Fanon, 2008, p. 14.)

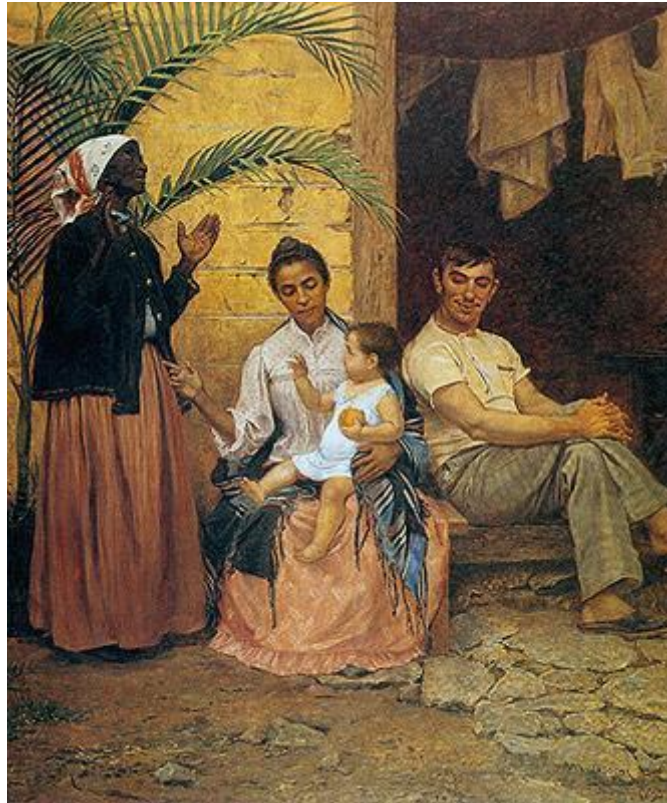
1.3. BRANQUITUDE

Outra importante manifestação do processo de hierarquização racial, tendo a raça branca como ideal a ser alcançado, é a busca por um processo de branqueamento da população brasileira a partir do incentivo à miscigenação. As ideias de eugenia que emergiram no fim do século XIX, propunham que uma população branca, seria necessariamente rica e próspera, logo, transformar o Brasil em uma nação branca poderia trazer desenvolvimento. O quadro “A Redenção de Cam” de Modesto Brocos cuja reprodução dispomos abaixo, faz referência a esse ideal de eugenia. Nele é retratada uma família composta por um homem branco, uma avó negra, uma mulher de pele dourada e um bebê branco. A avó negra ergue as mãos aos céus agradecendo a grande bênção: um neto branco.

O título do quadro está relacionado ao episódio bíblico narrado em Gênesis 9, da maldição lançada por Noé sobre seu filho Cam. Noé tinha três filhos: Jafé, Sem e Cam. O último tinha um filho chamado Canaã. Na história, Cam zomba do pai, Noé, que responde amaldiçoando seu neto, Canaã, a ser “servo dos servos”. Então quando o mundo foi repovoado, após o dilúvio, Jafé teria originado a criação dos povos europeus, Sem teria originado os povos semitas, Cam originaria os povos da Ásia, e Canaã, filho de Cam, que havia sido amaldiçoado pelo avô, originaria os povos africanos. Neste raciocínio, a África teria uma origem “amaldiçoada”, logo a população negra seria derivada de uma maldição, então Brocos (1896), inspirado pelas ideias de branqueamento da população brasileira, propõe em seu quadro, uma espécie de redenção, e os três personagens representariam as três gerações que seriam necessárias para que o Brasil se tornasse um país branco. Para Chevitarese (2013) o homem branco à direita, seria o pai da criança e marido da mulher ao centro, ele é o elo que possibilitaria o branqueamento completo dos descendentes da senhora negra à esquerda, e assim, a sua salvação. O quadro de Brocos (1896) foi feito após a declaração de abolição da escravatura e

da instituição da república no país. O Brasil, neste período histórico, adotava a Europa como referência, o negro representava o atraso, assim, segundo Chevitarese (2013) a solução seria misturar negros e brancos até mudar o perfil racial do país.

Figura 13 - A Redenção de Cam, 1896, Modesto Brocos



Fonte: Acervo Nacional do Museu de Belas Artes do Rio de Janeiro.

Ao discutir a noção de eugenia, Gilberto Freyre observa que, considerados esses pontos, que nos parecem de importância fundamental para o estudo da influência africana sobre a cultura, o caráter e a eugenia do brasileiro, sentimo-nos agora mais à vontade para o esforço de procurar surpreender aspectos mais íntimos dessa influência e desse contágio. Admiráveis palavras para terem sido escritas na mesma época em que Oliveira Martins sentenciava em páginas gravíssimas: "Há decerto, e abundam os documentos que nos mostram no negro um tipo antropológicamente inferior, não raro próximo do antropóide, e bem pouco digno do nome de homem"(Freyre, 2003, p. 205).

O relato acima, citado por Freyre (2003), expõe uma corrente filosófica que acreditava que negros eram seres inferiores e de pouca inteligência, esse tipo de afirmação, embora já completamente superada cientificamente, ajudou na construção do imaginário da pessoa negra

como alguém menos capaz e animalizado. O racismo moderno é diferente, uma concepção mais viciosamente sistemática de inferioridade intrínseca e natural, que surgiu no final do século XVII ou início do século XVIII, e culminou no século XIX, quando adquiriu o reforço pseudocientífico de teorias biológicas de raça, e continuou a servir como apoio ideológico para opressão colonial mesmo depois da abolição da escravidão (Wood, 2011, p. 230).

O apoio ideológico das teorias biológicas de raça do século XIX, serviram e ainda servem para a criação de um padrão de beleza que se perpetua até os tempos atuais. Como afirma Fanon (2008): quanto mais assimilar os valores culturais da metrópole, mais o colonizado escapará da sua selva. Quanto mais ele rejeitar sua negridão, seu mato, mais branco será. O endeusamento da branquitude e o lugar que o branco ocupa na sociedade, num país de pardos e negros, não pode ser desprezado, e neste quesito, houve poucas mudanças dos tempos coloniais até hoje. Um efeito colateral de nosso passado escravocrata e das amarras mentais que, mesmo após a escravidão e as agruras coloniais, mantém o branco em posição privilegiada em nossa sociedade. Mas afinal, em um país miscigenado como o Brasil, que ainda sofre com resquícios de mais de 300 anos de escravidão, o que é ser branco? Ser branco exige pele clara, feições europeias, cabelo liso, ou dois dos três elementos. Ser branco no Brasil implica desempenhar um papel que carrega em si uma certa autoridade e que permite trânsito, baixando barreiras. Ser branco não exclui “ter sangue negro”, enquanto o elemento indígena ainda simboliza os primórdios do Brasil ou aparece como fator de complexidade na herança genética brasileira, sabendo-se pouco sobre a cultura de brancos e de negros. A branquitude não é genética, mas uma questão de imagem: mais um motivo pelo qual é um problema que se coloca na cultura dos meios de comunicação (Sovik, 2009, p. 33).

Sovik (2009) afirma que a branquitude no Brasil não tem a ver com a genética, mas com a aparência, ou seja, a branquitude é um lugar social. Ser branco, neste país arco-íris, é uma espécie de aval, um sinal de que se tem dinheiro, mesmo quando não existem outros sinais, é andar com fiador imaginário a tiracolo. Ser branco estrangeiro é entrar em condomínio fechado sem mostrar a carteira de identidade ou restaurante de luxo, suado e malvestido. É não se sentir constrangido em estabelecimentos comerciais e, nisso, os brancos estrangeiros são acompanhados de brancos brasileiros. (Sovik, 2009, p. 77).

No Brasil, a branquitude está associada à riqueza, dinheiro e boas condições de vida.

Num país de herança escravocrata, onde os brancos eram os senhores e os negros eram os escravos, passamos a compreender o lugar de privilégio que a pele branca imprime na sociedade. A branquitude é atributo de quem ocupa um lugar social no alto da pirâmide, é uma prática social e o exercício de uma função que reforça e reproduz instituições, é um lugar de fala para o qual uma certa aparência é condição suficiente. A branquitude mantém uma relação complexa com a cor da pele, formato de nariz e tipo de cabelo. Complexa porque ser mais ou menos branco não depende simplesmente da genética, mas do estatuto social. Brancos brasileiros são brancos nas relações sociais cotidianas: é na prática que conta quem são brancos. A branquitude é um ideal estético herdado do passado e faz parte do teatro de fantasias da cultura de entretenimento. (Sovik, 2009, p. 55).

A branquitude ocupa um lugar social no topo da pirâmide racial e segundo Sovik (2019) não é o que você é, mas o que você aparenta, que pode ou não, lhe colocar nesse lugar de privilégio que só a branquitude possui. Aliás, ser branco no Brasil pode lhe garantir o privilégio de seguir vivo, de não sofrer uma abordagem policial violenta, de não ser atacado a socos e pontapés num supermercado, e mesmo em uma pandemia com um vírus mortal, poder trabalhar de casa, entre outros indicadores importantes e que impactam diretamente a qualidade de vida de uma pessoa. Ser branco no Brasil é um verdadeiro luxo. Embora tenhamos como característica brasileira o afeto (homem cordial), a hierarquia racial segue mantida, tensão que a qualquer momento pode ser deflagrada pelos motivos e formas mais estapafúrdias. No Brasil, particularmente, a prática social do branco está permeada por discursos de afeto, que aparentemente religam setores sociais desiguais, mas a hierarquia racial continua vigente e, em um conflito eventual, ela reaparece, enfraquecendo a posição de pessoas negras (Sovik, 2009, p. 44).

A branquitude está ligada a tudo que é bom, que é rico, que é honesto, que é inteligente, de modo que ser branco já retira do cidadão comum uma série de empecilhos que poderiam atrapalhá-lo ao longo de sua vida. Conseguem empregos com mais facilidade por conta da “boa aparência”, do CEP de onde moram, entre outras questões que, num comparativo com negros retintos e moradores de periferia, revela um abismo quase intransponível. Veja abaixo as palavras do mestre Frantz Fanon: Não, realmente o Deus bom e misericordioso não pode ser negro, é um branco de bochechas bem rosadas. Do negro ao branco, tal é a linha de mutação. Ser branco é como ser rico, como ser bonito, como ser inteligente (Fanon, 2008, p. 60).

Com relação ao Brasil, que o diga o ditado: "Branca para se casar, mulata para f..., negra para trabalhar"; ditado em que se sente, ao lado do convencionalismo social da superioridade da mulher branca e da inferioridade da preta, a preferência sexual pela mulata. Aliás o nosso lirismo amoroso não revela outra tendência senão a glorificação da mulata, da cabocla, da morena celebrada pela beleza dos seus olhos, pela alvura dos seus dentes, pelos seus dengues, quindins e embelegos muito mais do que as "virgens pálidas" e as "louras donzelas". Estas surgem em um ou em outro soneto, em uma ou em outra modinha do século XVI ou XIX. Mas sem o relevo das outras (Freyre, 2003, p. 36). Apenas com a compreensão de que a branquitude é um lugar de privilégio e a negritude é um lugar de opressão, é que podemos analisar dados do dia a dia com uma consciência pautada na construção colonial da sociedade brasileira.

Segundo Bento (2002, p. 37), no Brasil, criou-se a ideologia da democracia racial cujo subtexto, tomado pelo ângulo da distribuição e exercício de direitos, não carece de maior esforço para ser compreendido: havendo oportunidades iguais para todos, aqueles que não conseguem êxito serão os incompetentes, os despreparados. A autora também observa que a omissão, a distorção do lugar do branco na situação das desigualdades raciais no Brasil têm um forte componente narcísico, de autopreservação, porque vem acompanhado de um pesado investimento na colocação enquanto grupo de referência da condição humana. Quando precisam mostrar uma família, um jovem ou uma criança, todos os meios de comunicação social brasileiros usam quase que exclusivamente o modelo branco (Bento, 2002, p. 39).

1.4. COMUNICAÇÃO E RAÇA

A análise do discurso é uma metodologia da comunicação e da linguística, que visa decodificar o que há por detrás das palavras, seu contexto, as construções ideológicas, o que é dito, como foi dito e o não dito. A partir da análise de elementos simbólicos como um texto, uma foto, uma pintura, é possível analisar a produção de sentido e seus significados. O silêncio não é apenas o não-dito, mas aquilo que é apagado, colocado de lado, excluído. Orlandi (1995) nos alerta que o poder atua sempre acompanhado de um certo silêncio. É o silêncio da opressão. Para Orlandi (1995) a melhor definição de análise de discurso é a que a entende como um programa de leitura específica, ou seja, se tencionamos compreender um discurso, devemos perguntar sistematicamente o que ele "cala". O silêncio não é transparente. Ele é tão ambíguo

quanto as palavras. Logo, a ideologia está em pleno funcionamento no que obrigatoriamente se silencia.

A análise do discurso é crucial para a observação das ideologias presentes em uma narrativa, e quando se trata de racismo, é preciso observar todas as estratégias das classes dominantes no sentido de manter a atual hierarquização racial. Segundo Enriquez (1997, p.02) a ideologia disfarça a realidade e só tem sentido em sociedades repartidas por conflitos sociais. A sua função será de esconder o conflito, anunciar o povo unido e dissimular a dominação. Uma das particularidades mais repetidas da branquitude que conseguimos notar é o silêncio, a negação e a omissão. Manuel Castells (2019) acredita que a mudança social é multidimensional, mas em última instância depende de uma mudança de mentalidade, tanto individual quanto coletiva. A ideia de que tudo começa com uma mudança de mentalidade valoriza a importância do processo cognitivo na formação do pensamento e até mesmo na difusão de ideologias, sejam elas boas ou ruins. A maneira como sentimos/pensamos determina a maneira como agimos, e mudanças no comportamento individual e na ação coletiva irão, gradativamente, provocar e modificar normas e instituições que estruturam as práticas sociais. Cabe ressaltar que as instituições são cristalizações das práticas sociais de momentos da história, e essas práticas sociais estão enraizadas nas relações de poder; tais relações estão incrustadas em instituições de todos os tipos (Castells, 2019, p. 353).

Para Castells (2019, p. 35) a mudança cultural é uma mudança de valores e crenças processada na mente humana em uma escala grande o suficiente para afetar a sociedade como um todo. Em uma sociedade como a brasileira, que possui ainda nos dias de hoje diversos resquícios dos tempos coloniais, mantendo socialmente negros e brancos em posições diferentes, podemos pensar do ponto de vista sociológico sobre o papel da comunicação na reprodução de práticas e ideologias racistas. Mesmo pretos e pardos sendo a maioria¹⁵ absoluta da população, ainda temos uma expressão tímida de profissionais negros trabalhando na televisão, em grandes revistas, nos jornais, nas novelas e na comunicação social em geral. Também é possível observar um aumento crescente de personagens negros na publicidade

¹⁵

Disponível em:

[https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38719-censo-2022-pela-primeira-vez-desde-1991-a-maior-parte-da-populacao-do-brasil-se-declara-parda#:~:text=Em%202022%2C%20cerca%20de%2092,0%2C4%25\)%%2C%20amarelas](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38719-censo-2022-pela-primeira-vez-desde-1991-a-maior-parte-da-populacao-do-brasil-se-declara-parda#:~:text=Em%202022%2C%20cerca%20de%2092,0%2C4%25)%%2C%20amarelas) Acessado em 03 de fevereiro de 2024.

brasileira. Mas, como o negro tem sido retratado nos meios de comunicação? E por que tem sido tão difícil uma mudança efetiva por parte dos meios de comunicação?

Castells (2019, p.42) acredita que as mudanças sociais não são automáticas, elas resultam da vontade de atores sociais, orientados por suas capacidades emocionais e cognitivas em sua interação uns com os outros e com seu ambiente. A comunicação então, passa a ser um elemento fundamental na construção ideológica de um cidadão, pois a cognição é um elemento importante para formação e mudança de mentalidade. Dessa forma, observamos que a busca por uma sociedade racialmente equânime exige uma participação efetiva da comunicação na construção de um imaginário que se contraponha à discriminação racial. Em busca desse propósito, precisamos, primeiramente, compreender de que formas os meios de comunicação operacionalizam a manutenção de uma imagem marginalizada da população negra. Segundo Castells (2019, p.77) “o ódio, a ansiedade, o medo e o grande entusiasmo são particularmente estimulantes e são retidos na memória de longo prazo”. Isso quer dizer que quando mecanismos emocionais são estimulados, o cérebro ativa a capacidade de decisão de nível superior, buscando e dando mais atenção às informações que recebe. Exatamente por isso o enquadramento (*framing*) é baseado na provocação de emoções. Enquadrar é selecionar certos aspectos da realidade percebida e torná-los mais proeminentes no texto da comunicação de tal forma a promover a definição particular de um problema, de uma interpretação causal, de uma avaliação moral, e/ou a recomendação de tratamento para o tema descrito. Enquadramentos, tipicamente, diagnosticam, avaliam e prescrevem (Entman, 1993, p.53, tradução nossa).

Segundo Entman (1993, p.14) existem elementos que podem ser observados e facilitam a identificação de enquadramentos em uma reportagem jornalística, são eles: conceitos, simbologias, palavras-chave e imagens impactantes presentes na narrativa. O enquadramento tem o poder de cristalizar uma determinada ideologia, seja na memória ou no cérebro das pessoas. Por isso, na prática jornalística existe o sensacionalismo, e na publicidade o apelo à emoção dos consumidores. Temas que têm apelo comercial por parte das emissoras de televisão, ganham mais tempo na programação televisiva. Portanto, o processo de mudança social exige a reprogramação das redes de comunicação em termos de seus códigos culturais, bem como dos valores, interesses sociais e políticos implícitos que elas transmitem (Castells, 2019, p. 355).

Guy Debord (1997) observa o mundo a partir do que ele denomina como espetáculo, segundo ele o espetáculo não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, mediatizada por imagens. Segundo Debord (1997) o espetáculo é o capital a um tal grau de acumulação que se torna imagem. A visão marxista de Debord (1997) sobre o papel da comunicação na reprodução de ideologias na sociedade do espetáculo, nos alerta de que os valores que têm sido passados adiante são provenientes de uma elite dominante que detém o capital (seja ele simbólico, material, geográfico, social e etc.). O espetáculo é a ideologia por excelência, porque expõe e manifesta na sua plenitude a essência de qualquer sistema ideológico: o empobrecimento, a submissão e a negação da vida real (DEBORD, 1997). O autor também alerta para a manipulação da sociedade contemporânea a partir do espetáculo das imagens, além de destacar a vulnerabilidade da sociedade e sua facilidade em manipular-se. O espetáculo apresenta-se como algo grandioso, positivo, indiscutível e inacessível. Sua única mensagem é “o que aparece é bom, o que é bom aparece”. A atitude que ele exige por princípio é aquela aceitação passiva que, na verdade, ele já obteve na medida em que aparece sem réplica, pelo seu monopólio da aparência (Debord, 1997, p. 22).

Para Debord (1997) somos seduzidos pelo espetáculo, que traz intrinsecamente ideologias diversas (e muitas vezes racistas, pois trazem consigo a visão de uma elite que domina a sociedade) e é aceito com passividade, de forma quase hipnótica, sem nenhum tipo de questionamento pelo espectador, e é justamente a aceitação passiva deste cenário que corrobora para a naturalização do processo de hierarquização racial na sociedade, que é reproduzida e naturalizada pelos meios de comunicação a partir de programas televisivos, jornais impressos e digitais, filmes, novelas, peças publicitárias e etc. Onde o mundo real se converte em simples imagens, estas simples imagens tornam-se seres reais e motivações eficientes típicas de um comportamento hipnótico. O espetáculo, como tendência para fazer ver por diferentes mediações especializadas o mundo que já não é diretamente apreensível, encontra normalmente na visão o sentido humano privilegiado que em outras épocas foi o tato, a visão, o sentido mais abstrato, e o mais mistificável, corresponde à abstração generalizada da sociedade atual (Debord, 1997, p. 34).

Para Foucault (1979) o processo de mudança de pensamento da sociedade relaciona-se com quem detém o poder, pois o poder está diretamente ligado à produção da verdade e ao saber. Então, os grandes conglomerados de comunicação (jornais, revistas, filmes, programas

de televisão) e as elites simbólicas que dominam os discursos, sejam eles políticos, artistas, professores etc., precisam compreender o seu poderoso papel como formadores de opinião e redirecionar seus esforços visando uma sociedade mais igualitária. Foucault (1979, p. 52) demonstra que a “economia política da verdade” tem cinco fundamentais características:

- a) A verdade é centrada na forma do discurso e nas instituições que o produzem;
- b) Está submetida a uma constante incitação econômica e política;
- c) É objeto de uma imensa difusão e de um imenso consumo;
- d) É produzida e transmitida sob o controle, não exclusivo, mas dominante, de grandes aglomerados políticos e econômicos;
- e) É objeto de debate político e confronto social

Entende-se que somente com a ajuda de quem detém o poder e domina o discurso é que será possível redirecionar esforços para a luta antirracista real e transformadora. O discurso de quem detém o poder de falar e influenciar, possui papel fundamental na formação cognitiva das pessoas, na opinião e na reprodução de atitudes, mas de acordo com a “economia da verdade” proposta por Foucault, os interesses políticos e econômicos são fundamentais para uma agenda de resolução social da questão racial. Hall (1997a) nos alerta sobre a importância da linguagem e dos fenômenos discursivos: há um fosso entre a existência e o significado de um objeto. O significado surge não das coisas em si, da “realidade”, mas a partir dos jogos da linguagem e dos sistemas de classificação nos quais as coisas são inseridas. O que consideramos fatos naturais são, portanto, também fenômenos discursivos (Hall, 1997a, p. 10).

Segundo Hall (1997a, p. 10) a “virada cultural” está intimamente ligada a esta nova atitude em relação à linguagem, pois a cultura não é nada mais do que a soma de diferentes sistemas de classificação e diferentes formações discursivas aos quais a língua recorre a fim de dar significado às coisas. Logo, as discussões sobre raça e comunicação passam a fazer sentido, e o jornalismo, que se vale do discurso para comunicar, passa a ter importância para inspirar práticas antirracistas na sociedade, ou quem sabe, mitigar determinadas mazelas sociais, que são reforçadas pelo discurso. O próprio termo “discurso” refere-se a uma série de afirmações, em qualquer domínio, que fornece uma linguagem para se poder falar sobre um assunto e uma forma de produzir um tipo particular de conhecimento. O termo refere-se tanto à produção de conhecimento, através da linguagem e da representação, quanto ao modo como o conhecimento

é institucionalizado, modelando práticas sociais e pondo novas práticas em funcionamento (Hall, 1997a, p. 10).

Outra razão pela qual é importante sabermos como a cultura é modelada, controlada e regulada é que a cultura, por sua vez, nos governa e “regula” nossas condutas, ações sociais e práticas e, assim, a maneira como agimos no âmbito das instituições e na sociedade mais ampla (Hall, 1997a, p. 18). Se a cultura para Hall (1997a) é modelada, controlada e regula nossas condutas, podemos afirmar que o Jornalismo (como expressão cultural) pode mediar uma série de acontecimentos que impactam nossa visão de mundo. As relações raciais, por exemplo, podem ser observadas por essa ótica, mas Hall (1997a) pontua: por outro lado, os mundos sociais entrariam inevitavelmente em colapso se as práticas sociais fossem inteiramente aleatórias e “sem significado”, se não fossem regulamentadas por conceitos, valores e normas comuns a todos, regras e convenções acerca de “como fazer as coisas”, de “como as coisas são feitas nesta cultura” (Hall, 1997a, p. 20). Porém, qual o papel do jornalista como agente multiplicador de discursos que podem impactar questões sociais (e raciais)? Isabel Travancas (2010) nos responde: refletindo sobre o papel do jornalista, saliento que ele tem uma função importante em termos de construção da cidadania, uma vez que é responsável pela transmissão de informações, e a ideia de cidadania está subordinada à informação. Não há cidadão sem conhecimento; é este que torna o indivíduo um cidadão, na medida em que as informações lhe possibilitam escolhas, avaliações e participações na sociedade. Sem isso sua atuação ficará restrita ou seria inexistente (Travancas, 2010, P. 5).

A midiatização é outro fator relacionado à comunicação, e pode ajudar a promover conscientização, mobilização e modificação de comportamentos, a partir dos circuitos sociais. De modo que a midiatização pode promover um cenário de reflexão que ajudaria na discussão de questões raciais em nossa sociedade. Vejamos a seguir o conceito elaborado por Rizzoto (2017): o processo de midiatização, pelo qual os circuitos sociais são intensamente dinamizados e adquirem repercussão ampliada, modifica hábitos, objetivos, procedimentos, relações humanas, modos de aprender e de pensar. Isso implica em experimentação diversificada e intensiva dos processos interacionais, na qual a sociedade se reconstrói, em hipóteses promissoras e nos riscos, inerentes ao ensaio e erro, de fracasso e descaminho (Rizzoto, 2017,

p. 27).

Outra ótica interessante encontra-se em Barbero (2001, p.15) que critica a ideia de que os meios de comunicação de massa têm efeitos homogêneos e massivos sobre o público. Segundo o autor, o receptor da mensagem não é apenas um indivíduo que recebe a mensagem, mas sim um sujeito capaz de participar do processo comunicacional. Barbero (2001), acredita que a recepção é mediada por práticas rotineiras que se inserem no contexto cultural e social do indivíduo que recebe a mensagem. Essas situações cotidianas estão sempre presentes nas interpretações que o receptor faz de um conteúdo midiático.

Barbero (2001, p.16) acredita que o receptor não é apenas um ouvinte ou expectador de informações difundidas pelos meios de comunicação, mas um agente produtor de significados, por isso o autor sugere um estudo multidisciplinar do campo da comunicação, envolvendo política e cultura. Sugerindo então três campos de mediações que influenciam a forma como o receptor recebe o conteúdo dos meios de comunicação de massa: a cotidianidade familiar, a temporalidade social e a competência cultural. Barbero (2001, p.12) afirma ainda que a cotidianidade familiar é a mediação mais importante na recepção dos meios, pois a família é um espaço de tensões e conflitos, que reproduz as manifestações de poder e faz com que as pessoas manifestem suas necessidades e preocupações.

Todavia, Thompson (2011b) expressa uma visão diferente das ideias de Barbero (2001) e afirma que os estudos de recepção, ao categorizar as formas simbólicas como fenômenos significativos que são tanto produzidos como recebidos por pessoas situadas em contextos específicos, também supõe que as formas simbólicas são geralmente transmitidas, de uma maneira ou outra, de produtor para receptor. Diferentemente da situação dialógica de uma conversação, em que aquele que ouve é também um possível respondente, a comunicação de massa institui um corte fundamental entre o produtor e o receptor, de tal modo que os receptores têm relativamente pouca possibilidade de intervir no processo comunicativo e de contribuir para seu curso e conteúdo. É claro que os receptores possuem alguma possibilidade de intervenção; eles podem, por exemplo, escrever cartas ao editor, telefonar para as companhias de televisão e expressar seus pontos de vista, ou boicotar o meio. Embora as instituições particulares e os meios técnicos admitam determinados tipos de respostas dos receptores, a assimetria fundamental do processo comunicativo permanece intacta (Thompson, 2011b, p. 26).

Para a maioria das pessoas, o conhecimento que nós temos dos fatos que aconteceram além do nosso meio social imediato é, em grande parte, derivado de nossa recepção das formas simbólicas mediadas pela mídia. O conhecimento que temos dos poderes políticos e de suas políticas, por exemplo, é derivado quase que totalmente dos jornais, do rádio e da televisão, e as maneiras como participamos do sistema institucionalizado do poder político são profundamente afetadas pelo conhecimento que daí deriva. Do mesmo modo, nossa experiência dos acontecimentos que tiveram lugar em contextos que são, espacial e temporalmente, remotos, desde greves, massacres e guerras. É, em grande parte, mediada pelas instituições da comunicação de massa; de fato, nossa experiência desses fatos como "políticos", como constitutivos do campo da experiência que é vista como política e, em parte, o resultado de uma série de políticas institucionalizadas que conferem a elas um status de notícia. O papel da mídia é tão fundamental a este respeito que seríamos, no mínimo, parciais se retirássemos a natureza da conduta da política, a nível nacional e internacional, sem referendar o processo da comunicação de massa (Thompson, 2011b, p.26).

Dito isto, Thompson (2011b, p.16) reafirma o papel do produtor, ou seja, dos meios de comunicação, na disseminação de formas simbólicas de dominação, assim como Van Dijk (2008) que vê nas elites simbólicas, os responsáveis pela propagação de pautas, ideias e temas que colocam a branquitude numa espécie de topo ideológico de tudo que é produzido e reproduzido pela mídia de massa. Kellner (2001) confirma ainda que os espetáculos da mídia demonstram quem tem poder e quem não tem, quem pode exercer força e violência e quem não pode. Dramatizam e legitimam o poder das forças vigentes e mostram aos não-poderosos que, se não se conformarem, estarão expostos aos riscos de prisão e de morte. O ponto-chave aqui é que as lutas focalizadas pelos estudos culturais críticos são contra a dominação e a subordinação. O que estamos preocupados em desenvolver não é qualquer luta e qualquer resistência, mas sim a luta contra a dominação e contra as relações estruturais de desigualdade e opressão ressaltadas pelos estudos culturais críticos. Os estudos culturais são materialistas porque se atêm às origens e aos efeitos materiais da cultura e aos modos como a cultura se imbrica no processo de dominação ou resistência. Por isso essa forma de estudo exige uma teoria social que analise o sistema e a estrutura de dominação e das forças de resistência (Kellner, 2001, p.49).

Essa estrutura de dominação comentada por Kellner (2011) é reproduzida a partir do

conceito de transmissão cultural, que se refere ao aparato institucional em que o meio tem se desenvolvido, o desenvolvimento dos meios técnicos e, muitas vezes, parte de um contexto institucional bem mais amplo, que inclui sistemas de produção de formas simbólicas e canais de difusão seletiva (Thompson, 2011b). Acredita-se que a transmissão cultural reproduz, de um modo geral, a visão de uma elite hegemônica, Stuart Hall (2006), refletindo sobre a cultura negra reconhece que, os espaços ‘conquistados’ para a diferença são poucos e dispersos, e cuidadosamente policiados e regulados. Acredito que sejam limitados. Sei que eles são absurdamente subfinanciados, que existe sempre um preço de cooptação a ser pago quando o lado cortante da diferença e da transgressão perde o fio da especulação” (HALL, 2006, p. 339).

Hall (2006) observa que a batalha em torno da diferença é o que se denomina hegemonia cultural, não se tratando de “vitória ou dominação”, mas sim negociações das disposições e configurações do poder cultural. Dentro da cultura, a marginalidade, embora permaneça periférica em relação ao *mainstream*, nunca foi um espaço tão produtivo como agora, e isso não é simplesmente uma abertura, dentro dos espaços dominantes à ocupação dos de fora. É também o resultado de políticas culturais da diferença, de lutas em torno da diferença, da produção de novas identidades e do aparecimento de novos sujeitos no cenário político e cultural” (Hall, 2006, p. 337-338).

Hall (2006) afirma ainda que há uma luta contínua, irregular e desigual da cultura dominante com o objetivo de desorganizar e reorganizar a cultura popular. Logo, há alvos de resistência e aceitação, isso é o que ele denomina como dialética da luta cultural. Ainda segundo Hall (2006) há complexidades entre o termo “popular” e “classe”. Pois se de um lado o primeiro remete ao segundo no que tange às classes oprimidas, do outro lado há, também, uma especificidade própria na luta cultural, que vai além do conflito “classe contra classe”, “a cultura popular, principalmente, é organizada em torno da contradição: as forças populares versus o bloco do poder” (Hall, 2006, p. 245). Novamente as ideias de Hall (2006) e Thompson (2011) se encontram, pois o reconhecimento de blocos de poder e estruturas de dominação, se faz necessário a análise e interpretação de ideologias. A proposta de Thompson (2011b) é justamente a de interpretar as ideologias, por isso ele pontua que a interpretação da ideologia pode possibilitar que as pessoas vejam as formas simbólicas diferentemente, sob uma nova luz e, para isso, que se vejam a si mesmas de modo diferente. Pode capacitá-las a reinterpretar uma forma simbólica em relação às condições de sua produção e recepção, em relação às suas

características estruturais e organização. Pode capacitá-las a questionar ou revisar sua compreensão anterior da forma simbólica e, com isso, alterar os horizontes da compreensão de si mesmas e dos outros. Descrevo este processo, a possibilidade daquilo que está implícito na interpretação da ideologia, como a transformação interpretativa da doxa, isto é, a transformação interpretativa das compreensões, das atitudes e das crenças cotidianas das pessoas que constituem o mundo social (Thompson, 2011b, p. 38).

A noção de ideologia tem papel fundamental neste estudo, pois ela pode ser utilizada tanto para manter submissos os grupos, em sua luta contra a ordem social, como para os grupos dominantes, na sua defesa do status quo. De modo que os estudos de ideologia ajudam a debater a questão racial e a relação com os meios de comunicação de massa, que fazem parte dessa engrenagem simbólica. Thompson (2011b) pontua sobre o papel da indústria da mídia na reprodução das formas simbólicas: a produção e circulação das formas simbólicas nas sociedades modernas é inseparável das atividades das indústrias da mídia. O papel das instituições da mídia é tão fundamental, e seus produtos se constituem em traços tão onipresentes da vida cotidiana, que é difícil, hoje, imaginar o que seria viver num mundo sem livros e jornais, sem rádio e televisão, e sem os inúmeros outros meios através dos quais as formas simbólicas são rotineira e continuamente apresentadas a nós. Dia a dia, semana a semana, jornais, estações de rádio e televisão nos apresentam um fluxo contínuo de palavras e imagens, informação e ideias, a respeito dos acontecimentos que tem lugar para além de nosso ambiente social imediato (Thompson, 2011b, p. 219).

As novas formas e finalidades de uso das tecnologias de informação e comunicação, fizeram com que se adquirissem novos hábitos, utilizamos o celular para pedir comida, acessar redes sociais, nos comunicar, namorar e ler notícias. Para o pensador Roger Silverstone (1999) nosso envolvimento com as invenções tecnológicas é “impregnado pelo sagrado, mediado por ansiedade e, de quando em quando, arrebatado por alegria. Nossa dependência a elas é substancial” (Silverstone, 1999, p. 46). Estudiosos do campo da comunicação e discurso fazem um alerta quanto ao uso da repetição e da reafirmação em contextos culturais, como discursos religiosos, livros didáticos, meios de comunicação de massa (televisão, novela, cinema) e até mesmo bate papos em mesa de bar, que repetem ideias, bordões e estereótipos que subalternizam socialmente a identidade de pessoas pretas e, pelo excesso de repetição dessas ideias, passam a ser naturalizadas, mesmo por aqueles que sofrem com as consequências.

Segundo Bakhtin (2006), tudo o que é ideológico é um signo, e toda imagem artístico-simbólica ocasionada por um objeto físico particular já é um produto ideológico. Converte-se, assim, em signo o objeto físico, o qual, sem deixar de fazer parte da realidade material, passa a refletir e a refratar, numa certa medida, outra realidade (Bakhtin, 2006, p. 29). Dito isto, a forma como pessoas negras tem sido retratadas em quadros, músicas, filmes, novelas e demais produtos midiáticos, está relacionada a uma formação ideológica e social, que, ao longo de anos, vem subalternizando indivíduos negros desde a formação colonial brasileira. Bakhtin (2006) ainda nos revela que essa formação ideológica pode influenciar outros campos da vida social de um indivíduo: No domínio dos signos, isto é, na esfera ideológica, existem diferenças profundas, pois este domínio é, ao mesmo tempo, o da representação, do símbolo religioso, da fórmula científica e da forma jurídica. Cada campo de criatividade ideológica tem seu próprio modo de orientação para a realidade e refrata a realidade à sua própria maneira. Cada campo dispõe de sua própria função no conjunto da vida social (Bakhtin, 2006, p. 31).

Para Hall (1997b) representar é também dar sentido ao mundo por meio da linguagem observando duas possibilidades de interpretação para a questão:

- a) representar algo supõe um processo de “descrição, retrato ou imaginação”;
- b) representar significa ainda a “redução de uma complexidade”, a síntese de uma ideia, um símbolo, isto é, uma “convenção socialmente compartilhada” (Hall, 1997b, p. 123).

As representações possuem, inevitavelmente, um caráter de imprecisão, uma abertura para diferentes campos de sentido (Hall, 1997b, p. 124). Logo as representações atuam nas mais diversas dimensões: sejam elas semânticas, políticas, individuais e coletivas, sendo capazes de recriar significados. Representação e recriação de significados, nos remete a retomada de mulheres negras com seus cabelos cacheados e pele negra atuando em campanhas publicitárias, desconstruindo a visão hegemônica de beleza associada à branquitude e adicionando outros padrões de beleza, mais diversos e inclusivos. Assim como discutimos o conceito de jornalismo, para depois explicar os perigos da reprodução de determinadas ideologias, vamos clarear as ideias relacionadas ao conceito de raça, esclarecendo sobretudo que raça é um conceito fluido, também ideológico e por isso contém diferentes significados de acordo com a sociedade em que se encontra.

Retomando a discussão do jornalismo como forma de conhecimento, é possível então que ele contribua para inspirar práticas antirracistas na sociedade? Que contribuição podemos esperar do jornalismo? Segundo Rizzoto (2017, P.28) a contribuição específica que pode ser esperada da área de conhecimento comunicacional seria então a oferta de um exame crítico dos processos interacionais que direcionam as lógicas de tais circuitos em experimentação. Ou talvez, com maior precisão: trata-se de perceber o que há de experimental nos circuitos interacionais para distinguir aí aspectos de valor axiológico a defender e consequências não previstas que põem em risco aqueles mesmos valores, lembrando que os dois aspectos, positivos e negativos, podem estar presentes no mesmo gesto.

Devido a importância da comunicação na formação da opinião do cidadão, a partir das informações transmitidas, da sua linguagem e dos vários veículos comunicacionais, podemos então relacionar comunicação e raça, e sobretudo buscar práticas comunicacionais antirracistas, para que possamos usá-las como ferramenta, visando uma sociedade mais justa e bem-informada. Segundo Souza, Avelino & Silveira (2018) é importante sempre ter em mente que o pensamento neoliberal opera na mídia em geral, sendo responsável por anular quaisquer ações coletivas que criem outras lógicas que não sejam voltadas à concorrência e a reprodução do Capital. Isso nos leva a pensar, que até mesmo as estratégias antirracistas da atualidade, tem como foco a aquisição de novos mercados consumidores e novas narrativas a serviço do capitalismo.

1.5. POSSÍVEIS ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO AO RACISMO

Depois de refletirmos sobre o problema racial brasileiro, originário a partir de uma formação de sociedade com padrões coloniais, gostaríamos de apontar possíveis estratégias de enfrentamento do problema segundo a visão de intelectuais negros. Pois compreender que o racismo estrutural existe não é suficiente sem uma estratégia antirracista para combatê-lo.

Pois se o racismo é uma estrutura social, apenas com uma mudança social, a partir de hábitos e práticas sociais é que poderíamos de fato combatê-lo. Sílvio Almeida (2019, p.32) defende que “em uma sociedade em que o racismo está presente na vida cotidiana, as

instituições que não tratem de maneira ativa e como um problema a desigualdade racial irão facilmente reproduzir as práticas racistas já tidas como “normais” em toda a sociedade”. Ver raça não é o problema. Recusar-se a cuidar das pessoas que vemos é o problema. O fato de que o significado de raça pode evoluir com o tempo ou perder muito de seu significado dificilmente é uma razão para ficarmos cegos. Devemos esperar não por uma sociedade daltônica, mas sim por um mundo no qual possamos nos ver plenamente, aprender uns com os outros e fazer o que pudermos para responder uns aos outros com amor. Esse era o sonho de Martin Luther King, uma sociedade que é capaz de ver cada um de nós, como somos, com amor. Esse é um objetivo pelo qual vale a pena lutar (Alexander, 2010, p. 45). Segundo (Almeida, 2019, p.32) o que geralmente acontece nos governos, empresas e escolas em que não há espaços ou mecanismos institucionais para tratar de conflitos raciais e sexuais. Nesse caso, as relações do cotidiano no interior das instituições vão reproduzir as práticas sociais corriqueiras, dentre as quais o racismo, na forma de violência explícita ou de microagressões, piadas, silenciamento, isolamento etc.

Para (Almeida, 2019, p.32) sem nada fazer, toda instituição irá se tornar uma correia de transmissão de privilégios e violências racistas e sexistas. De tal modo que, se o racismo é inerente à ordem social, a única forma de uma instituição combatê-lo é por meio da implementação de práticas antirracistas efetivas. É dever de uma instituição que realmente se preocupe com a questão racial investir na adoção de políticas internas que visem:

- a) promover a igualdade e a diversidade em suas relações internas e com o público externo, por exemplo, na publicidade;
- b) remover obstáculos para a ascensão de minorias em posições de direção e de prestígio na instituição;
- c) manter espaços permanentes para debates e eventual revisão de práticas institucionais;
- d) promover o acolhimento e possível composição de conflitos raciais e de gênero.

Na perspectiva de Fanon (2008) todos têm de se afastar das vozes desumanas de seus respectivos ancestrais, a fim de que nasça uma autêntica comunicação. Antes de se engajar na voz positiva, há a ser realizada uma tentativa de desalienação em prol da liberdade. É através de uma tentativa de retomada de si e de despojamento, é pela tensão permanente de sua liberdade que os homens podem criar as condições de existência ideais em um mundo humano (Fanon, 2008, p.45). Segundo o sociólogo peruano Aníbal Quijano (2005) com a sua

perspectiva da “colonialidade do poder”, continuamos a viver num mundo colonial e temos de nos libertar das formas estreitas de pensar as relações coloniais, de modo a concretizar esse inacabado e incompleto sonho do século XX que é a descolonização. Mesmo o pensamento de raça como uma questão biológica já ter sido superado pela ciência, e sabermos que a única raça existente é a raça humana, ainda assim seguimos dividindo negros e brancos, culturalmente, racialmente e socialmente, perpetuando a divisão do trabalho, e os papéis que cada um ocupa na sociedade, a cor da pele passa então a definir quem explora e quem é explorado, quem é o patrão e quem é o empregado, quem mora em bairro nobre e quem mora na favela e segue uma grande lista de dualidades.

Ter a consciência da questão racial implementada pelo processo colonizatório e das tecnologias utilizadas e refinadas pela modernidade para perpetuar o racismo, seja em prol do capitalismo (mais valia, exploração, precarização do trabalho, pobreza, marginalização, inferioridade) ou visando a manutenção do privilégio branco (médicos, políticos, professores universitários, ideia de beleza, riqueza, cidadania, superioridade) e todo o seu significado, é o primeiro passo para o senso crítico necessário, visando uma libertação das amarras cognitivas que nos aprisionam inconscientemente, oprimem pessoas e as colocam em lugares sociais que só existem por conta de uma estrutura criada e reproduzida exaustivamente. Após mergulho nos conceitos de colonialidade e racismo, observamos que a estrutura racial brasileira pouco mudou desde os tempos coloniais, essas relações se estendem em várias outras hierarquias na atualidade, brancos continuam sendo padrões, agora em figuras atualizadas de autoridade, como políticos, médicos, professores universitários. Negros e pardos continuam sendo subalternizados, agora em novas ocupações, como empregadas domésticas, motoristas de aplicativos, mototaxistas e na grande massa de desempregados deste país. No próximo capítulo discutiremos a noção de ruptura segundo Michel Foucault e suas implicações na sociedade contemporânea e nos estudos raciais.

CAPÍTULO 2

2.1. TRANSFORMAÇÕES NO CENÁRIO DAS QUESTÕES RACIAIS

Neste capítulo buscamos trazer um apanhado geral sobre o cenário atual das relações raciais e suas recentes transformações percebidas ao longo da última década. Nossa pesquisa inicia-se em 2019, momento em que o cenário das questões raciais no Brasil está em pleno processo de transformação. Desde então os casos de racismo passaram a ser noticiados com uma maior frequência. Segundo Globo (2023), temas raciais passaram a ser compartilhados e discutidos em diversos momentos da programação televisiva, não mais se restringindo aos telejornais ou manchetes policiais, isso culminou no crescente aumento da presença de repórteres, jornalistas, escritores, atores e apresentadores negros ao longo dos últimos anos. O aumento expressivo dessa representatividade passa a ser notado pelos espectadores e leitores brasileiros de um modo geral. Todas essas transformações continuam em curso, elas são resultado de eventos de grande impacto do ponto de vista racial, que geraram discussões, reflexões, debates, e diversas manifestações, ocasionando as primeiras mudanças, que podem ser refletidas nos meios de comunicação brasileiros e internacionais, seja na programação televisiva, nas matérias jornalísticas, na publicidade, nos meios corporativos, nas práticas de gestão e no dia a dia da população, a diversidade é uma agenda que está em pleno curso no mundo de hoje (Globo, 2023, p. 33). O problema que norteou esta pesquisa, formulado ainda em 2019, busca compreender como a mídia interage com as questões raciais, seja através de representações, estereótipos, mercado de trabalho, ou questões relacionadas à diversidade e inclusão?

Nossa hipótese suscita a seguinte pergunta: grandes tragédias raciais podem provocar uma ruptura discursiva a ponto de gerar mudanças significativas nos meios de comunicação em relação a pessoas negras? E nesse sentido, ao longo dos anos de desenvolvimento da pesquisa, observamos mudanças neste cenário, e essas mudanças ocorreram após uma sequência de eventos de cunho racial que geraram uma ruptura narrativa, conceito que será aprofundado nos parágrafos seguintes. Por isso, permanecemos com a nossa hipótese inalterada, com o objetivo acadêmico de testá-la, e verificar, a partir das reflexões e dos achados da pesquisa, se a hipótese é verdadeira ou não. Neste capítulo aprofunda-se a recente percepção de transformações na abordagem das questões raciais nos meios de comunicação da atualidade, iremos analisar

matérias jornalísticas com temas nacionais e internacionais, abordando a repercussão de eventos de cunho racial na programação televisiva brasileira, visando testar a hipótese apresentada.

Em *Arqueologia do saber* (2008), Foucault deixa claro que o foco do seu trabalho não é a busca de um fio condutor que interligue períodos históricos e saberes que perdurariam até os dias de hoje. Foucault (2008) tem o intuito de perceber as diferenças, as continuidades e as interrupções nas formações discursivas ao longo da história. Não enfatizando apenas as continuidades ou mesmo a descontinuidade, mas buscando compreender os limites, sejam eles científicos ou não. Quando Foucault (2008) busca compreender os limites do saber discursivo conclui que os discursos seguem fundamentos históricos e quando ocorre uma ruptura no processo histórico do saber, ocorre também uma mudança no fundamento do discurso. Iremos enfatizar a perspectiva da ruptura, conceito defendido por Michel Foucault em *A Arqueologia do Saber*.

a ruptura não é, para a arqueologia, o ponto de apoio de suas análises, o limite que ela mostra de longe, sem poder determiná-lo nem dar-lhe uma especificidade: a ruptura é o nome dado às transformações que se referem ao regime geral de uma ou várias formações discursivas (Foucault, 2008, p. 198).

Para Foucault (2008, p. 98), o conceito de formação discursiva é fundamental para a análise das estruturas de conhecimento e práticas discursivas. A definição de formação discursiva nada mais é que um conjunto de regras, que definem condições para o surgimento, convivência e funcionamento de enunciados em um determinado campo de saber. Ou seja, são práticas que criam, difundem e regulam os enunciados, sejam eles textos, frases ou afirmações, dentro de uma prática social ou área do conhecimento. Para Foucault (2008) o discurso está relacionado ao poder, e as formações discursivas refletem, e organizam este poder. Segundo Foucault (2008) quando uma ruptura acontece na história do saber, há uma mudança no fundamento dos discursos. Nesse sentido, avaliar as transformações das formações discursivas referentes a pessoas negras, que ocorreram nos últimos anos, sobretudo no Brasil, e em menor escala, em outras partes do mundo, é o que norteia este trabalho. A noção de ruptura aplica-se a este trabalho a medida em que foram observadas mudanças na representação de pessoas negras nos meios de comunicação, e esta mudança foi percebida sobretudo após o assassinato de George Floyd nos Estados Unidos, em maio de 2020, ou seja, os que antes eram, em sua maioria, estigmatizados pela pobreza e violência, ou mesmo pouco retratados, hoje passam a ser incluídos em outros papéis e em novas narrativas (Globo, 2023).

Segundo Foucault (2008) a sociedade moderna possui práticas institucionais e formações discursivas que influenciam o comportamento humano. Logo, a “ruptura” está relacionada ao momento em que as formas estabelecidas de poder e conhecimento são desafiadas, subvertidas e contestadas. Em suma, a ruptura segundo Foucault (2008), é um momento de interrupção e descontinuidade das formas de conhecimento e poder antes estabelecidas, possibilitando a abertura de novos cenários. Uma ruptura pode ocorrer de diversas formas, a exemplo dos protestos organizados pelo Black Lives Matter¹⁶ em virtude do assassinato de George Floyd nos Estados Unidos, pois este fato desafiou as instituições dominantes e as formas de pensar o racismo, provocando uma grande onda de manifestações e a cobrança por práticas de equidade racial e reparações históricas. Outro fator crucial para a reflexão sobre o racismo, foi impulsionado pelo uso de redes sociais como *Facebook*, *Instagram* e o antigo *Twitter*, responsáveis por disseminar à opinião pública casos de racismo, resultando numa enorme indignação, impactando o conteúdo televisivo, musical, cinematográfico e midiático.

As mídias sociais influenciam os meios de comunicação em relação ao debate racial na sociedade, em decorrência da facilidade na disseminação dos conceitos de letramento racial, articulação e mobilização de pessoas a favor da causa, gerando a implementação dos preceitos de diversidade junto aos meios de comunicação, além do fomento a debates que buscam mudanças no sentido de incluir pessoas negras em todos os espaços da mídia, seja na publicidade, na televisão ou no jornalismo. Analisaremos a seguir o surgimento de alguns eventos que avaliamos como importantes, seguindo o critério de comoção e apelo popular, e que tiveram uma resposta imediata, no sentido de gerar o debate e promover mudanças de posicionamento, sobretudo nos meios de comunicação.

Elencam-se três eventos midiáticos distintos, com narrativas de cunho racial, recentes no imaginário popular, tanto em dimensão nacional quanto global, os eventos seguirão em uma linha do tempo, seguindo a ordem natural dos acontecimentos, tendo como referência fatos ocorridos no ano de 2020. Analisaremos primeiramente o movimento *Black Lives Matter*, que surge nas redes sociais com o uso de uma *hashtag* e mobiliza a defesa da vida de pessoas negras,

¹⁶ Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/protestos-pela-morte-de-george-floyd-tomam-as-ruas-novamente-nos-eua/> Acessado em: 03 de fevereiro de 2024.

denunciando a violência policial extrema vivenciada por homens negros, sobretudo nos Estados Unidos. O movimento *Black Lives Matter* volta ao seu protagonismo a partir das denúncias de racismo experienciadas no caso George Floyd. Também discutiremos na sequência, sobre o descaso de uma mulher branca no cuidado de uma criança preta, refletido no caso do menino Miguel de Recife, e por último, avaliaremos o assassinato brutal de João Alberto Freitas no estacionamento do Carrefour em Porto Alegre.

Os casos escolhidos aconteceram no ano de 2020, e o primeiro evento foi o caso George Floyd. As imagens de seu pedido de socorro e de sua execução em frente às câmeras, reverberaram durante semanas na programação jornalística mundial e em todos os meios de comunicação, evento que gerou protestos, debates e demandas por mudanças e posicionamentos frente ao racismo. Apesar de George Floyd ser estadunidense, sua morte reacendeu os debates raciais ao redor do mundo¹⁷, mobilizou reflexões nas redes sociais e nos meios de comunicação em geral, de uma forma que, até o momento, não houve precedentes na história recente dos estudos raciais. Por esse motivo, optamos por englobar o caso George Floyd em nossa linha do tempo, e posteriormente, discutir dois casos brasileiros de racismo, também ocorridos no fatídico ano de 2020.

2.2. REDES SOCIAIS E O ENFRENTAMENTO DO RACISMO

Na atualidade as redes sociais são uma espécie de termômetro sobre o que a sociedade está pensando e os meios de comunicação em geral passam a refletir e a pautar sua programação de acordo com a opinião destes usuários. Telles (2010) define o conceito de redes sociais como plataformas na internet que viabilizam a concepção colaborativa de conteúdo, o compartilhamento de conhecimentos em inúmeras formas e a interação social. As redes sociais passaram a ter um papel fundamental no enfrentamento do racismo no Brasil e no mundo, servindo como arena para discussão de vários temas, movimentando a opinião pública e reverberando nos meios de comunicação, que passaram a atuar visando se adequar aos anseios do público, inclusive anseios de visibilidade e representação. Movimentos sociais como o *Black Lives Matter*, que será discutido em detalhes mais adiante, surgiram pelas redes sociais a

¹⁷ Disponível em: <https://www.nexojournal.com.br/expresso/2021/05/24/o-caso-george-floyd-e-o-debate-racial-no-brasil> Acessado em: 03 de fevereiro de 2024.

partir de *hashtags*¹⁸, e mobilizaram pessoas em busca do enfrentamento do racismo e da brutalidade policial contra pessoas negras, sobretudo após o assassinato de George Floyd, onde o movimento chegou a alcançar 67% de apoio nos Estados Unidos¹⁹.

As mídias monitoram o que é publicado nas redes sociais e valorizam os assuntos que tem um alcance relevante, o que dá origem a pautas que refletem acerca dos anseios desse ambiente, seja através de programas com mais pessoas negras, seja por inserir a temática racial em suas narrativas ou mesmo defendendo a causa em sua programação, a exemplo das novelas e telejornais, que passaram a contar com mais profissionais negros em sua composição, por isso, no que se refere à dimensão social das mídias sociais, o conceito de autoapresentação afirma que, em qualquer tipo de interação social, as pessoas têm o desejo de controlar as impressões que outras pessoas formam delas (Goffman, 1959, p.77). Independentemente das pautas levantadas, frisamos que as redes sociais e os meios de comunicação, atuam numa perspectiva de mercado. Segundo Kotler (2007, p.07), existem três objetivos principais para a promoção: (a) aumentar o conhecimento do produto, (b) persuadir as pessoas a comprar o produto, ou (c) lembrar as pessoas de que o produto existe. E o *marketing* nada mais é que “um processo social pelo qual outros indivíduos e grupos adquirem necessidades e desejos, criando e trocando produtos e valor.” (Kotler; Armstrong, 2007, p.03).

Para se aproximar dos consumidores e melhor compreender suas características, as empresas podem utilizar o ambiente das mídias sociais, que segundo Kaplan e Haenlein (2010, p.66), são um conjunto de programas online que viabilizam a geração e troca de conteúdos criados pelo usuários, e se embasam em fundamentos tecnológicos e ideológicos da web.2.0. Sites de redes sociais são aplicativos que permitem que os usuários se conectem criando perfis de informações pessoais, convidando amigos e colegas para acessar esses perfis e enviando e-mails e mensagens instantâneas entre si. Esses perfis pessoais podem incluir qualquer tipo de informação, incluindo fotos, vídeos, arquivos de áudio e blogs em geral. As redes sociais são populares, especificamente entre os mais jovens, dessa forma, várias empresas as usam para apoiar a criação de comunidades de marca ou para pesquisa de marketing no contexto da

¹⁸ Hashtag é um termo associado a assuntos ou discussões que se deseja indexar em redes sociais, inserindo o símbolo da cerquilha (#) antes da palavra, frase ou expressão. Disponível em: <https://www.rdstation.com/blog/marketing/o-que-e-hashtag/> Acessado em 03 de fevereiro de 2024.

¹⁹ Disponível em: <https://www.poder360.com.br/internacional/apoio-ao-black-lives-matter-caiu-3-anos-apos-morte-de-george-floyd/> Acessado em: 03 de fevereiro de 2024.

netnografia. O *Facebook* é a maior rede social da atualidade, com mais de 1.8 bilhões de pessoas com perfil ativo na rede social (Kaplan & Haenlein, 2010, p.66).

Segundo Kaplan e Haenlein (2010, p.66), as redes sociais trabalham a perspectiva do usuário como cliente, e o primeiro passo é sempre ouvir seus clientes, descobrir o que eles gostariam de ouvir, sobre o que gostariam de falar, o que eles podem achar interessante, agradável e valioso. Esse é o motivo pelo qual a diversidade e a representatividade racial passaram a ser pautadas nas redes sociais e a ser implementadas como valor pelos meios de comunicação. E é por isso que Kaplan e Haenlein (2010, p. 66) sugerem que se desenvolva e publique-se conteúdos que atendam a essas expectativas que os usuários das redes sociais passam a ter, afinal de contas são pessoas como nós, que entendem que as coisas nem sempre correm bem. E, se nós formos legais com eles, eles podem até dar conselhos gratuitos sobre como melhorar da próxima vez.

Segundo Torres (2009, p.18), o conceito de mídias sociais pode ser definido como conjunto de páginas na internet desenvolvido para proporcionar a interação social, a geração colaborativa de conteúdo e o compartilhamento de informações em múltiplos estilos. Além disso, as mídias sociais fornecem monitoramento não só das ações de marketing elaboradas, elas também mostram os resultados acerca da imagem da marca, da opinião dos consumidores e dos problemas de produtos e serviços. Para Almeida (2019) e Alexander (2010), por promover debates, reflexões e mobilização de pessoas, as redes sociais tornaram-se ferramentas de enfrentamento ao racismo, de compartilhamento de narrativas, de mobilização social, ferramenta de ensino, troca de informações e tantas outras utilidades. Depois disso houve o desencadeamento de políticas de diversidade nas empresas, na televisão, com reflexos em várias áreas da sociedade. O ano de 2020 tornou-se uma espécie de primavera racial²⁰, ou ponto de ruptura segundo Foucault (2008), pois estes eventos e sua repercussão, ajudaram a mudar paradigmas.

²⁰ Primavera Racial seria uma espécie de analogia com a Primavera Árabe, pois ocorreram vários eventos de cunho racial em cidades diferentes, no mesmo ano (2020), gerando comoção, protestos, mobilização de pessoas e busca por mudanças nas leis de enfrentamento ao racismo. <https://brasilescola.uol.com.br/geografia/primavera-Arabe.htm> Acessado em: 03 de fevereiro de 2023.

Figura 14 - Eventos de cunho racial com apelo popular no Brasil e Estados Unidos



Fonte: adaptado pela autora.

Em nossa linha do tempo, exposta na figura acima, que será pormenorizada na sequência deste trabalho, elencamos cinco eventos que se coadunam com a luta racial no Brasil e nos Estados Unidos. Como ponto de partida temos a fundação do movimento antirracista *Black Lives Matter* em 2013, na sequência, o assassinato da vereadora Marielle Franco em 2018, e os eventos do ano de 2020, que se iniciam com o assassinato de George Floyd em maio, a morte do menino Miguel do Recife em junho e o assassinato de João Alberto Freitas em novembro. A discussão gerada em torno dos casos de George Floyd, menino Miguel e João Alberto Freitas, assim como a cobertura midiática dos três eventos, trouxe à tona as diversas dimensões do racismo. O jornalismo, no intuito de informar, passou a abordar as pautas raciais como pano de fundo para o debate dos casos, e o cidadão comum, assim como usuários das redes sociais, já munidos de informações sobre a pauta apresentada, passaram a refletir e a cobrar por mais diversidade, sobretudo na televisão. Retomar-se-á essa análise ao longo deste trabalho.

O debate racial e a luta antirracista não surgiram nos tempos atuais, trata-se de uma luta antiga, e que por muito tempo foi pouco discutida, entretanto recentemente, letramento racial²¹,

²¹ Segundo a Academia Brasileira de Letras, letramento racial é o conjunto de práticas pedagógicas que tem por objetivo conscientizar o indivíduo da estrutura e do funcionamento do racismo na sociedade e torná-lo apto a reconhecer, criticar e combater atitudes racistas em seu cotidiano. <https://www.academia.org.br/nossa-linha/nova-palavra/letramento-racial#:~:text=Definição%3A,atitudes%20racistas%20em%20seu%20cotidiano>

diversidade²² e inclusão, passaram a fazer parte do vocabulário de grandes organizações e a sociedade passou a conhecer esses conceitos. O letramento racial é a tradução de um termo originalmente cunhado pela antropóloga estadunidense France Winddance Twine, advindo do conceito de *racial literacy*, e traduzido para o português pela pesquisadora Schucman (2014). A ideia do letramento racial é a de compartilhar conhecimentos de maneira contextualizada às práticas sociais, com o propósito inicial de desconstruir o racismo nas identidades raciais brancas.

Outro conceito fundamental em nosso debate, é o conceito de diversidade, que na concepção de Schucman (2014), está intimamente ligado ao conceito de pluralidade, variedade e diferença, ou seja, é a presença de uma série de características, como raça, idade, gênero, grupo étnico, orientação sexual e até habilidades, presentes em um grupo ou em uma organização. E finalmente temos o conceito de inclusão, que segundo a Unesco (2003), tem como ideia principal a promoção de igualdade de oportunidades e tratamento justo para todos, independentemente de sua origem étnica, orientação sexual, idade, religião ou identidade de gênero. A promoção da diversidade, da inclusão e do letramento racial, são estratégias que podem ser adotadas por qualquer pessoa ou organização, no sentido de mitigar os impactos maléficos do racismo em nossa sociedade. A popularização destes temas, referentes à diversidade, inclusão e letramento racial, só foi possível, após a emergência de casos que tinham o racismo como foco principal. Ou seja, as estratégias de enfrentamento do racismo, só se popularizaram à medida em que os casos de cunho racial passaram a ser amplamente divulgados. E essa divulgação teve as redes sociais como mola propulsora. Eventos recentes, contribuíram para esse despertar, e até hoje repercutem no debate da violência policial, da representatividade de negros na política e em espaços de poder, da diferença social que separa a população preta e a população branca e a forma como a sociedade os trata.

Acessado em: 03 de fevereiro de 2023.

²² Diversidade é um grupo de diferenças e semelhanças que define pessoas, as tornando únicas de acordo com sua etnia, gênero, orientação sexual, deficiência, religião ou nacionalidade.

<https://www.gupy.io/blog/significado-de-diversidade#:~:text=É%20possível%20definir%20a%20diversidade,%2C%20deficiência%2C%20religião%20ou%20nacionalidade>. Acessado em: 03 de fevereiro de 2024.

Figura 15 - Black Lives Matter mobiliza as redes sociais para discutir casos de racismo



Fonte: Reprodução/ Black Lives Matter

O movimento *Black Lives Matter*²³ (Vidas Negras Importam) surge em 2013, nos Estados Unidos, no seio da comunidade afro-americana, buscando o fim da violência policial contra negros e debatendo temas como: brutalidade policial, desigualdade racial no sistema de justiça criminal estadunidense e discriminação racial.²⁴ O movimento surgiu com a criação e uso da *hashtag* black lives matter nas redes sociais após a absolvição de George Zimmermann, responsável pela morte a tiros do adolescente negro Trayvon Martin. O caso obteve alcance global em função de suas manifestações contra a morte de pessoas negras em situações de violência policial. O alcance global do Black Lives Matter também contribuiu com discussões importantes sobre a abordagem policial violenta no Brasil e o próprio encarceramento em massa. Segundo Danin (2018), Almeida (2018) e Alexander (2010), o Brasil é o terceiro país com o maior número de encarcerados, ficando atrás apenas dos Estados Unidos e da China, além dessa característica, o perfil dos encarcerados brasileiros são de pessoas jovens, pretas, pobres e de baixa escolaridade.

O Black Lives Matter é um movimento social antirracista contemporâneo, que possui uma organização horizontal e sem hierarquia de líderes poderosos (Van Dijk, 2021). Ainda segundo o autor (2021), os movimentos antirracistas são identificados coletiva e cognitivamente

²³ Black Lives Matter - Disponível em <https://blacklivesmatter.com> Acessado em: 03 de fevereiro de 2024.

²⁴ The Washington Post - Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/news/the-fix/wp/2015/08/19/how-black-lives-matter-moved-from-a-hashtag-to-a-real-political-force/> Acessado em: 03 de fevereiro de 2024.

por seus conhecimentos, atitudes e ideologias antirracistas. Seus membros podem compartilhar essas formas de cognição social de maneira variável. O Black Lives Matter pode ser analisado em dois níveis, a saber: como *prática sociopolítica* antirracista, por um lado, e como *cognição pessoal e social* antirracista, por outro. Reiteramos que o discurso antirracista – uma das principais formas de resistência antirracista – é a interface entre a prática sociopolítica antirracista e as atitudes e ideologias antirracistas (Van Dijk, 2021). A popularização dos *smartphones*, a facilidade de acesso a internet, além do uso de aplicativos de mensagens, redes sociais e *streaming*, são terrenos férteis para a disseminação de ideias e movimentos, entre eles os movimentos antirracistas. Cada uma das muitas práticas de resistência antirracista, cognição antirracista e discurso antirracista tem sua própria dimensão histórica, mas elas estão relacionadas. Estão se desenvolvendo e mudando historicamente, por exemplo, em função das condições sociopolíticas, epistêmicas e ideológicas (Van Dijk, 2021, p. 41). Ou seja, o momento histórico atual e seu reflexo na sociedade contemporânea, favorece a emergência de grupos antirracistas, os movimentos sociais são diversos e surgem de diversas maneiras. Para Castells (2019) há também movimentos sociais que resultam do cruzamento dos dois modelos culturais: individualismo em rede e comunalismo. Esses são movimentos que emergem de redes de indivíduos que reagem à opressão sentida e depois transformam seu protesto compartilhado em uma comunidade de prática, sua prática sendo a resistência (Castells, 2019, p. 415).

O movimento *Black Lives Matter* é um desses exemplos pontuados por Castells (2019), pois seu protesto compartilhado torna-se resistência antirracista em meios aos diversos casos de violência racial contra pessoas pretas. Já as comunidades de prática são agrupamentos sociais de indivíduos que compartilham valores, crenças e normas com aqueles identificados como pertencentes à comunidade. Comunidades específicas são definidas por critérios específicos: limites territoriais, afiliação religiosa, orientação sexual, identidade nacional e coisas semelhantes (Castells, 2019, p. 415). Neste caso, atuaria como uma comunidade de prática e uma comunidade específica, tendo a pauta racial como característica principal. Esse ponto é importante, pois embora os preconceitos raciais aconteçam diariamente na vida de muitas pessoas ao redor do mundo, há muito poucos movimentos globalmente estabelecidos e relevantes o suficiente para uma mobilização e busca por mudanças efetivas. O Black Lives Matter desperta o ciberativismo e, qualquer novo modo de organização social, bem como qualquer processo de grande mudança tecnológica, gera sua própria mitologia. Em parte porque eles são postos em prática antes que os cientistas possam avaliar os seus efeitos e implicações,

de modo que há sempre uma lacuna entre a mudança social e o seu entendimento (Castells, 2019).

Figura 16 - Marielle Franco e a perda simbólica de uma mulher preta, acadêmica e política na sociedade brasileira



Marielle Franco em setembro de 2016/ Reprodução: Wikipedia

Na linha que traçamos anteriormente sobre casos que repercutiram nacional e internacionalmente, temos a seguir o de Marielle Franco. O assassinato da vereadora²⁵ ocorreu em 14 de março de 2018, vítima de um atentado a tiros, desencadeando o debate da presença negra feminina em espaços de poder, defesa do feminismo, direitos humanos, e da luta contra a abordagem policial violenta, pois Marielle teria denunciado vários casos de abuso de autoridade por parte de policiais contra moradores de comunidade carentes do Rio de Janeiro. Marielle nasceu e cresceu na Favela da Maré no Rio de Janeiro, superou a barreira imposta pelo racismo estrutural brasileiro, e através de políticas públicas de inclusão, graduou-se em Ciências Sociais pela PUC-Rio e era mestre em Administração Pública pela Universidade Federal

²⁵ Marielle Franco - Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Marielle_Franco Acessado em: 03 de fevereiro de 2024.

Fluminense - UFF, onde defendeu a tese de mestrado intitulada “UPP – A redução da favela a três letras: uma análise da política de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro”²⁶.

A figura de Marielle Franco também marca o debate do feminismo interseccional no Brasil, pois Marielle representa o lugar de fala de uma mulher preta, que saiu da favela²⁷ e acessou um importante espaço de tomada de decisão, como a câmara municipal do Rio de Janeiro, criando políticas em defesa da população invisibilizada e denunciando abusos do sistema de segurança pública carioca. O feminismo interseccional o qual Marielle representava, é um feminismo que defende a autonomia da mulher, mas sobretudo, coloca a mulher negra no centro do debate, tratando as questões feministas a partir do recorte racial, que se diferencia da mulher branca, pois além de trazer as dificuldades relacionadas ao gênero, as mulheres negras também sofrem com as pressões relacionadas à raça, classe social, idade, etnia, localização geográfica e demais recortes. O conceito de interseccionalidade de Crenshaw nos ajuda a explicar a luta e a importância simbólica de Marielle Franco: a interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. (Crenshaw, 2002, p. 177).

Lélia Gonzalez reflete sobre o racismo e sexismo na formação da sociedade brasileira, sendo fundamental para a discussão da interseccionalidade. Marielle Franco, como figura política, quebra a barreira invisível sobre o que a sociedade racializada espera de uma mulher negra. A primeira coisa que se percebe nesse papo de racismo é que todo mundo acha que é natural. Que negro tem mais é que viver na miséria. Por quê? Ora, porque ele tem umas qualidades que não estão com nada: irresponsabilidade, incapacidade intelectual, cianice, etc. e tal. Daí, é natural que seja perseguido pela polícia, pois não gosta de trabalho, sabe? Se não trabalha, é malandro e se é malandro é ladrão. Logo, tem que ser preso, naturalmente. (...)

²⁶ Folha de São Paulo - Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/03/feminista-negra-e-cria-da-mare-quem-foi-a-vereadora-marielle-franco.shtml> Acessado em: 03 de fevereiro de 2023.

²⁷ Racismo Estrutural é um conjunto de práticas discriminatórias, institucionais, históricas, culturais dentro de uma sociedade que frequentemente privilegia algumas raças em detrimento de outras. O termo é usado para reforçar o fato de que há sociedades estruturadas com base no racismo, que favorecem pessoas brancas e desfavorecem negros e indígenas. <https://www.cut.org.br/noticias/saiba-o-que-e-racismo-estrutural-e-como-ele-se-organiza-no-brasil-0a7d> Acessado em: 03 de fevereiro de 2023.

Mulher negra, naturalmente, é cozinheira, faxineira, servente, trocadora de ônibus ou prostituta. Basta a gente ler jornal, ouvir rádio e ver televisão. Eles não querem nada. Portanto têm mais é que ser favelados (Gonzalez, 1983, p. 225-226).

Figura 17 - George Floyd foi assassinado em uma abordagem policial violenta e totalmente filmada

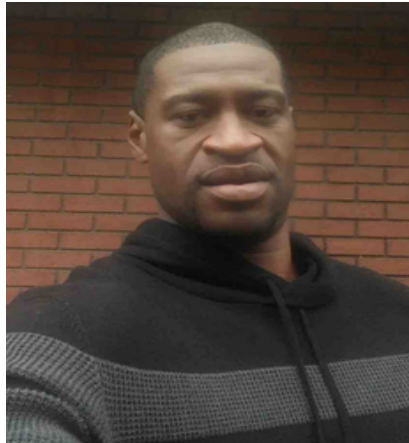


Foto: Reprodução/Facebook

Na sequência temporal, ocorreu o assassinato de George Floyd²⁸ em maio de 2020, asfixiado por um policial branco que se ajoelhou em seu pescoço durante uma abordagem. Floyd morreu após ser preso, sob acusação de uso de dinheiro falso para comprar cigarros, ocasião a qual o policial Derek Chauvin, homem branco, ajoelhou-se no pescoço de Floyd por 8 minutos e 46 segundos. Toda a abordagem policial foi filmada, as imagens correram o mundo e novamente o movimento antirracista Black Lives Matter volta a realizar protestos em vários países pedindo uma reforma policial e mudanças na legislação vigente. O debate fomentado pelo assassinato de Floyd repercute não apenas na necessidade de revisões da abordagem policial, como também na urgência da revisão da própria legislação penal, que historicamente prejudica de maneira estrutural pessoas pretas, pardas, pobres e moradores de periferias, uma questão que, de um modo geral, atinge pessoas pretas em todo o mundo, não apenas nos Estados Unidos.

A frase repetida por Floyd durante o asfixiamento foi: *“I can’t breathe”* (português: “Não consigo respirar”), e foi encarada de forma simbólica por vários ativistas do movimento negro, traduzindo as dificuldades vividas diariamente por pessoas pretas ao redor do mundo

²⁸ O assassinato de George Floyd - Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Assassinato_de_João_Alberto_Freitas Acessado em: 03 de fevereiro de 2024.

que, por possuírem uma pele mais escura acabam enfrentando um caminho mais difícil, encarando obstáculos maiores e precisando se esforçar duas vezes mais para conseguir acessar uma vida melhor em relação a educação, emprego, saúde e demais benefícios sociais básicos, além de acesso a bens materiais e representação política. Tais fatos ocorrem porque pessoas pretas ocupam o lugar menos privilegiado da pirâmide racial e da hierarquia social a elas imputadas.²⁹ Após o incidente com Floyd, e a ampla repercussão dos protestos nos Estados Unidos e em grandes cidades do mundo, vários filmes, reportagens jornalísticas, *podcasts* e programas televisivos foram veiculados, inclusive buscando fomentar o debate racial e, nesse momento, foi possível observar uma preocupação maior pela mídia em geral com a inclusão de mais pessoas negras, seja em reportagens ou como personagens de filmes, novelas, apresentadores de tv, sendo possível notar algumas tímidas sementes de mudanças na forma como o negro estava sendo representado até então, sobretudo nos meios de comunicação. Nos aprofundaremos nessa questão, inclusive trazendo exemplos e reflexões, ao longo dos próximos capítulos.

A ruptura a qual me refiro neste momento diz respeito à percepção de uma diminuição da representação de pessoas negras nos meios de comunicação apenas nos papéis de bandidos, drogados, e favelados, e um aumento da representação de pretos em reality shows, dando entrevistas como especialista em determinadas áreas profissionais, jornalistas, apresentadores de televisão, atores, ou mesmo como consumidores de produtos em comerciais diversos, como comerciais de carros, bancos e perfumaria³⁰. Embora a mudança seja ainda tímida e relativamente menor, considerando que o Brasil possui uma população de 56% de negros e pardos, podemos perceber uma busca maior por diversidade e inclusão.

O caso Floyd tem uma característica singular pois se passou em plena luz do dia, foi totalmente filmado e divulgado tanto pela mídia televisiva quanto pelas redes sociais. O motivo da abordagem policial agressiva foi considerado pequeno, fazendo com que a mídia passasse então a retratar este caso de uma forma diferente de como as coisas costumavam ser retratadas até então. Mas como a mídia costumava retratar casos desse tipo? Utilizarei aqui a referência deixada por Waiselfisz (1998): A realidade dos dados expostos coloca em evidência mais um de nossos esquecimentos. Jovens só aparecem na consciência e na cena pública quando a

²⁹ The Guardian – Disponível: <https://www.theguardian.com/commentisfree/2020/jun/08/i-cant-breathe-george-floyds-words-reverberate-oppression> Acessado em: 03 de fevereiro de 2024.

³⁰ Natal de O Boticário, comercial do ano de 2020, ano das manifestações raciais nos Estados Unidos e Brasil. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Bb4v_Bm4qV4 Acessado em 03 de fevereiro de 2024.

crônica jornalística os tira do esquecimento para nos mostrar um delinquente, ou infrator, ou criminoso; seu envolvimento com o tráfico de drogas e armas, as brigas das torcidas organizadas ou nos bailes da periferia. Do esquecimento e da omissão passa-se, de forma fácil, à condenação, e daí medeia só um pequeno passo para a repressão e punição (Waiaselsfidz, 1998, p. 5).

A negritude de Floyd em contraste com o policial branco expõe a histórica relação entre pessoas negras e pessoas brancas. Fanon (2008, p.154) realizou um estudo com europeus, entrevistando cerca de 500 pessoas brancas e constatou em quase seis décimos das entrevistas que o negro era caracterizado pelos brancos como: biológico, forte, sexo, potente, animal, diabo, pecado, terrível e sanguinário. Ele destacou apenas o processo de projeção na construção da discriminação racial do branco em desfavor de pessoas negras. "Quando a civilização europeia entrou em contato com o negro, ...todo o mundo concordou: esses negros eram o princípio do mal... negro, o obscuro, a sombra, as trevas, a noite, os labirintos da terra, as profundezas abissais..." (Fanon, 2008, p.154). As formas de poder que até agora foram tematizadas têm todas um caráter comunicativo. Também a violência física que é utilizada para impor uma determinada ação ao outro, nessa medida, ainda faz parte de um processo de comunicação ao realizar, mesmo que de modo violento, uma decisão de ação. Ela é utilizada, é claro, para impor ao outro que faça ou deixe de fazer uma determinada ação (Han, 2019, 25).

O caso Floyd, apesar de ser um caso clássico onde a mídia, em um outro momento, retrataria apenas como mais um criminoso sendo abordado pela polícia e tendo a sua punição, passou a ter uma conotação diferente e reprovável, causada pela crueldade aplicada pelo policial, pela frase repetida por George Floyd durante o processo de asfixiamento ("*I can't breathe*") e pelo aumento do debate racial desde a fundação de movimentos como o *Black Lives Matter*. George Floyd tornou-se referência nos Estados Unidos, inclusive gerou um projeto de lei de reforma policial, que tem como base a proibição de táticas policiais controversas e que facilitaria processos contra policiais que violarem os direitos dos suspeitos, é a chamada "Lei George Floyd de Justiça no Policiamento"³¹.

³¹ Lei George Floyd, Disponível em: <https://www.poder360.com.br/internacional/camara-dos-eua-aprova-lei-george-floyd-que-limita-violencia-policial/> Acessado em: 03 de fevereiro de 2024.

Figura 18 - Sari Corte Real, a patroa branca, e o menino Miguel, filho da empregada doméstica Mirtes Renata



Foto: Reprodução

O penúltimo caso observado no decorrer da pesquisa ocorreu em junho de 2020, quando o menino Miguel Otávio Santana da Silva³², de cinco anos de idade, caiu do prédio em que a mãe trabalhava na cidade do Recife. Sua mãe, Mirtes Renata Santana de Souza, empregada doméstica, saiu para levar o cachorro dos patrões para passear e teve que deixar Miguel no apartamento da patroa Sari Corte Real; enquanto o menino chorava por sentir falta da mãe, entrou no elevador do prédio e Sari mandou o elevador para um andar mais alto. Chegando no nono andar, Miguel saiu, acessou a área do sistema de refrigeração e caiu de uma altura de 35 metros.³³ A tragédia reacendeu o debate sobre racismo no Brasil e a herança da escravidão deixada no país, sobretudo em relação aos direitos das empregadas domésticas. Para os fins desta pesquisa iremos nos referir a Miguel Otávio de Santana da Silva como menino Miguel, e sua mãe, Mirtes Renata Santana de Souza, como Mirtes Renata, pois estes foram os nomes adotados pelo jornalismo brasileiro para referenciar este caso junto a mídia.

Após a conclusão do inquérito, Sari Corte Real foi indiciada pelo crime de abandono de incapaz, por ter permitido que o menino ficasse sozinho no elevador, resultando em sua morte. O inquérito concluiu que em sua ação, registrada em imagens, houve omissão em relação a uma criança que estava sob seus cuidados. Sari Corte Real é uma mulher branca, que ao longo do processo obteve vários privilégios, inclusive diante da própria polícia, que a princípio, não

³² Caso Miguel Otávio Santana da Silva, Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Caso_Miguel_Otávio_Santana_da_Silva Acessado em: 03 de fevereiro de 2024.

³³ Petição cobra justiça por Miguel – Disponível em: <https://jc.ne10.uol.com.br/pernambuco/2020/06/5611414-peticao-que-cobra-justica-por-miguel--crianca-que-caiu-de-predio-no-recife--tem-mais-de-77-mil-assinaturas.html> Acessado em: 03 de fevereiro de 2024.

divulgou seu nome com base em uma lei que protege autoridades. Sari é esposa do prefeito de uma cidade do interior de Pernambuco, e somente após grande mobilização teve seu nome divulgado, além disso, até o momento, Sari responde em liberdade, sem nunca ter sido presa em regime fechado. Privilégios que a branquitude reserva aos seus, mas nesse caso, o que significa ser branco? Segundo Sovik (2004): Ser branco exige pele clara, feições europeias, cabelo liso; ser branco no Brasil é uma função social e implica desempenhar um papel que carrega em si uma certa autoridade ou respeito automático, permitindo trânsito, eliminando barreiras. Ser branco não exclui ter sangue negro (Sovik, 2004 p. 366).

Em diversas entrevistas a mãe do menino Miguel, Mirtes Renata, disse que se o caso fosse o contrário e ela tivesse agido com omissão junto aos filhos da patroa, provavelmente ela já teria sido presa. Demonstrando mais uma vez a posição de privilégio trazida pela branquitude. Segue as considerações que Eddo-Lodge (2019) faz sobre a branquitude: Quando escrevo sobre pessoas brancas neste livro, não quero dizer todas as pessoas brancas individualmente. Quero dizer branquitude como uma ideologia política. Uma escola de pensamento que favorece a branquitude à custa daqueles que não são brancos. O legado do racismo não existe sem propósito. Isso traz consigo não apenas uma incapacitação para os afetados, mas um empoderamento para aqueles que não são. Isso é privilégio branco. O racismo reforça as chances de vida das pessoas brancas. Ele proporciona um poder imerecido; é projetado para manter uma dominância silenciosa. Por que as pessoas brancas não acham que têm uma identidade racial? (Eddo-Lodge, 2019, p. 103).

O mito de uma democracia racial, onde brancos e negros vivem em perfeita harmonia e sem tensões, foi levantado por Munanga (2019): Gilberto Freyre consolida o mito originário da sociedade brasileira configurada num triângulo cujos vértices são as raças negra, branca e índia. Foi assim que surgiram as misturas. As três raças trouxeram também suas heranças culturais paralelamente aos cruzamentos raciais, o que deu origem a uma outra mestiçagem no campo cultural. Da ideia dessa dupla mistura, brotou lentamente o mito de democracia racial; “somos uma democracia porque a mistura gerou um povo sem barreira, sem preconceito” (Munanga, 2019, p. 77).

Figura 19 - Uma senhora brasileira em seu lar, 1823, Jean Baptiste Debret



Acervo: Museu Castro Maya/ IBRAM, Rio de Janeiro – RJ.

Debret (1823) retrata uma cena cotidiana do Brasil do século XIX, em primeiro plano, sentadas, uma mulher e uma criança branca, bem-vestidas, fazendo trabalhos manuais e, em segundo plano, no chão, uma criada negra e dois bebês pretos, nus. A cena representa claramente a hierarquia racial presente nessa relação, o papel de quem manda e de quem obedece, e os bebês pretos em estado natural, sem roupas, sem sapatos, no chão. A relação da imagem retratada por Debret (1823) e o caso menino Miguel, nos faz refletir sobre o papel do racismo ainda presente nas relações de trabalho de mulheres negras e a ausência ou omissão de cuidados em relação a crianças negras. Hasenbalg (1979) expõe a perpetuação do privilégio branco pela exploração da ideia da democracia racial: num certo sentido, a sociedade brasileira criou o melhor dos dois mundos. Ao mesmo tempo em que mantém a estrutura de privilégio branco e a subordinação não branca, evita a constituição da raça como princípio de identidade coletiva e ação política. A eficácia da ideologia racial dominante manifesta-se na ausência de conflito racial aberto e na desmobilização política dos negros, fazendo com que os componentes racistas do sistema permaneçam incontestados, sem necessidade de recorrer a um alto grau de coerção (Hasenbalg, 1979, p. 246).

A relação entre patroa branca e empregada doméstica negra é uma relação que remonta o período colonial, porém se perpetua até os dias de hoje por um mecanismo que Bourdieu (1987) chama de *habitus*: o *habitus* é, por um lado, “a história incorporada e, portanto, esquecida

enquanto história” e, por outro, uma “coleção de práticas, definidas como um sistema de disposições não-conscientes, princípios coletivamente inculcados geradores e estruturadores de práticas e representações” (Bourdieu, 1987, p.77). A necessidade de pessoas negras, por sua histórica condição financeira e social, em trabalhar mesmo em uma pandemia, a falta de benefícios sociais básicos como escola, creche para deixar seus filhos, auxílios sociais, assistência médica, e a necessidade de subsistência que advém do trabalho, na maioria das vezes braçal, foram fatos relevantes para que esse caso tenha tomado uma dimensão simbólica tão importante perante a opinião pública em geral. De acordo com o teórico cultural e sociólogo jamaicano Stuart Hall (2003), raça corresponde a uma categoria discursiva, construída política e socialmente, em torno da organização de um “sistema de poder socioeconômico, de exploração e exclusão, ou seja, o racismo tenta justificar as diferenças sociais e culturais que legitimam a exclusão racial em termos de distinções genéticas e biológicas, isto é, na natureza” (Hall, 2006, p. 69). Segundo dados do IPEA (2019), existem 6,2 milhões de empregados em serviços domésticos no Brasil, 92% desses empregados são mulheres, dentre eles 63% são mulheres negras, ou seja, aproximadamente 3,9 milhões de pessoas.³⁴

Figura 20 - João Alberto Freitas, assassinado no hipermercado Carrefour



Foto: Reprodução/Wikipedia

³⁴ Relatório do Instituto de Pesquisas Aplicadas - IPEA - 2019 disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2528.pdf. Acesso em: 03 fevereiro de 2023.

Figura 21 - Faixa de protesto no dia seguinte ao homicídio de João Alberto Freitas



Foto: Reprodução/Facebook

O último caso, dentre os que escolhemos para observarmos a ruptura discursiva da cobertura da mídia brasileiras acerca de racismo, o assassinato de João Alberto de Freitas³⁵ por espancamento e asfixia sob as mãos de seguranças de uma loja da rede francesa Carrefour em Porto Alegre, na noite de 19 de novembro de 2020. Seis pessoas foram indiciadas pelo Ministério Público por homicídio, quatro funcionários do Carrefour e dois seguranças.³⁶ João Alberto Silveira Freitas, 40 anos, homem negro que, após um desentendimento no hipermercado Carrefour foi seguido por dois seguranças e pela fiscal do caixa ao estacionamento. João Alberto chegou a agredir um dos seguranças com um soco e a partir de então foi imobilizado e agredido com vários chutes e socos, e mesmo após ser derrubado no chão os seguranças seguiram com os chutes, socos e pontapés. Apesar da intervenção de diversas testemunhas, os seguranças seguiram com o espancamento, além de, em conjunto com a fiscal e outros funcionários do Carrefour, intimidar testemunhas, dificultando as filmagens do ocorrido e impedindo o socorro. Testemunhas relatam que João Alberto pedia socorro e suplicava para que o deixassem respirar.

No fim das contas João Alberto Freitas foi morto por asfixia mecânica em decorrência da imobilização dos seguranças, em semelhança ao assassinato de George Floyd por Derek Chauvin, na cidade norte-americana de Minneapolis. Dando início a diversos protestos e debates sobre o combate ao racismo estrutural no Brasil. Embora possamos observar

³⁵ O assassinato de João Alberto de Freitas – Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Assassinato_de_João_Alberto_Freitas Acessado em: 03 de fevereiro de 2024.

³⁶ O Globo - Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/morte-de-joao-alberto-evidencia-dimensao-do-racismo-no-brasil-diz-onu-24759166> Acessado em 03 de fevereiro de 2024.

semelhanças entre o caso Floyd e Alberto de Freitas, devemos ressaltar algumas diferenças entre o racismo norte-americano e o racismo brasileiro, pois nos Estados Unidos há o advento do *one drop blood*, princípio que considera que se você possui ascendentes negros você é negro, independentemente se possui traços físicos da negritude ou não, já no Brasil, os traços fenotípicos são determinantes para sua classificação racial, independentemente de possuir sangue negro ou não, aqui o que importa é a sua aparência. O caso de João Alberto Freitas deve ser compreendido sob uma das facetas do racismo estrutural, pois a concepção estrutural se pauta na relação estabelecida entre racismo e economia, a qual existe para estabelecer uma ordem social condicionada a uma estrutura social previamente existente. Esta estrutura social racializada, condicionada por interesses econômicos e hegemônicos de manutenção da branquitude, fomentam comportamentos individuais e processos institucionais que tornam o racismo uma regra, um estado de “normalidade” que, conforme descrito pelo sociólogo porto-riquenho Eduardo Bonilla-Silva, “ocorre pelas costas dos indivíduos e lhes parece legado pela tradição (Almeida, 2018, p. 38).

O racismo estrutural e o racismo institucional se cruzam neste episódio, que se passou em um hipermercado da rede Carrefour, instituição a qual os seguranças e a fiscal de caixa trabalhavam, demonstrando de forma muito clara o olhar da instituição para com pessoas negras, refletindo até mesmo na cultura organizacional daquela instituição. Os negros e as minorias de pele escura estão em defasagem em relação aos brancos em praticamente todas as áreas da vida social; a probabilidade de serem pobres é três vezes maior, eles ganham aproximadamente 40% menos do que os brancos e têm cerca de um oitavo do patrimônio líquido dos brancos. Também recebem uma educação inferior em comparação aos brancos, mesmo quando frequentam instituições integradas. Em termos de moradia, unidades de propriedade de negros comparáveis às de propriedade de brancos são avaliadas em 35% menos. Os negros também recebem tratamento indelicado em lojas, restaurantes e em uma série de outras transações comerciais (Bonilla-Silva, 2020, p. 43).

Todo o processo de espancamento de João Alberto Freitas o coloca como o ser indesejável, o outro, o intruso, o selvagem, o despersonalizando, o deixando vulnerável e sem condições de defesa, de socorro, como um não igual, um não ser. Toda vez que sou colocado como “outra”, seja a “outra” indesejada, a “outra” intrusa, a “outra” perigosa, a “outra” violenta, a “outra” passional, seja a “outra” suja, a “outra” excitada, a “outra” selvagem, a “outra” natural,

a “outra” desejável ou a “outra” exótica”, estou inevitavelmente experienciando o racismo, pois estou sendo forçada a me tornar a personificação daquilo com o que o sujeito branco não quer se reconhecido. Eu me torno a/o “Outra/o” da branquitude, não o eu, e, portanto, a mim é negado o direito de existir como igual (Kilomba, 2019, p. 78).

O contexto dos acontecimentos nos leva a observar novamente a perversidade do racismo e o excesso de brutalidade no tratamento do outro, do diverso. Negros e latinos de pele escura são alvos de perfilamento racial da polícia que, combinado com o sistema judiciário criminal altamente racializado, garante sua super-representação entre detidos, processados, encarcerados e, se acusados de um crime punido com pena de morte, executados (Bonilla-Silva, 2020, p. 13). As condições simbólicas do assassinato de Alberto Freitas, nos remete a uma hierarquia racial ainda presente na atualidade. O racismo é compreendido como uma ideologia pautada na ideia de raça, caracterizado pela construção da diferença da(o) “outra(o)”, considerando suas características fenotípicas e/ou pertença religiosa. A esta “diferença” são atribuídos valores hierárquicos que condicionam a(o) “outra(o)” a ser e viver como sujeita(o) “inferior” na estrutura social racializada, dominada por quem detém poder histórico, político, social e econômico (Kilomba, 2019, p. 33).

O Carrefour, palco deste triste episódio, é uma rede francesa de supermercados, instalada na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, que segundo Santos (2017, p. 3), é um dos estados da federação que mais se orgulham de sua herança europeia, com muitas famílias descendentes de italianos, alemães, austríacos e etc., ou seja, um estado em que há uma predominância de pessoas de pele branca. Logo, Alberto Farias se encontrava em vulnerabilidade, interseccionada por dois fatores, a cor da sua pele e a sua condição social de uma pessoa pobre. Schucman (2018) define bem a condição vivida por Alberto Freitas. No Brasil, sua estrutura social divide a população, basicamente, entre três grupos: indígenas, negros e brancos. Dentro dessa lógica, quanto mais escura a cor da pele de um indivíduo, mais perto da ideia de raça negra estereotipada e estigmatizada pelo racismo moderno ele está localizado, e quanto mais perto da cor de pele branca, mais status e privilégios ele ganha. (Schucman, 2018, p. 66).

Não podemos falar de racismo sem falar de branquitude, pois a hierarquização racial é a raiz desse problema, ao colocar pessoas brancas como privilegiadas apenas por possuírem a pele clara e pessoas negras automaticamente como “elementos suspeitos”. Porém existe uma

diferença entre branquitude e brancura e vamos conceituá-las para melhor entendimento do caso. A branquitude é entendida como uma posição em que sujeitos que ocupam esta posição foram sistematicamente privilegiados no que diz respeito ao acesso a recursos materiais e simbólicos, gerados inicialmente pelo colonialismo e pelo imperialismo, e que se mantêm e são preservados na contemporaneidade. Portanto, para se entender a branquitude é importante entender de que forma se constroem as estruturas de poder concretas em que as desigualdades raciais se ancoram. Por isso, é necessário entender as formas de poder da branquitude, onde ela realmente produz efeitos e materialidades (Schucman, 2014, p. 56).

É importante deixar claro que há diferenças entre brancura e branquitude, pois “brancura é diferente de branquitude”. A brancura se refere às características fenotípicas que se referem à cor da pele clara, traços finos de sujeitos que, na maioria dos casos, são europeus ou euro-descendentes” (Schucman, 2014, p. 102). Então, do ponto de vista racial, que caminhos poderíamos percorrer visando minimizar casos como esse? Onde os excessos foram motivados por racismos diversos ainda impregnados na sociedade brasileira. Para Schucman (2014, p.56), o processo de letramento racial crítico possibilita que as pessoas brancas desvinculem a brancura da branquitude, através de práticas antirracistas associadas a uma dupla consciência racial.

Após elencar e discutir os casos de racismo que julgamos pertinentes para o debate recente da questão racial, observamos a repercussão dos casos nas redes sociais. A pressão da sociedade por mudanças, no sentido de vislumbrar meios de comunicação mais inclusivos e diversos, ocasionou uma ruptura nas mídias, que passaram a pautar o racismo com mais veemência, fomentando a gênese de transformações internas, no que tange a assuntos ligados a raça, diversidade e interseccionalidades, sobretudo no meio televisivo.

CAPÍTULO 3

3.1. ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO DO JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO

Neste capítulo discutimos as noções principais sobre a Análise Crítica do Discurso - ACD, sob a ótica do teórico holandês Teun Van Dijk (2008), bem como suas possibilidades de aplicações metodológicas, além de demonstrarmos, a partir de categorias narrativas, a percepção de uma ruptura discursiva aos moldes de Foucault (2008). Para fins didáticos, aplicar-se-á uma técnica de Análise de Conteúdo utilizando a nuvem de palavras, destacando os termos mais frequentes, e por fim, proceder-se-á à análise do corpus extraído do Jornal Folha de São Paulo. A metodologia de Análise Crítica do Discurso, aqui denominada ACD, permite a análise do uso da linguagem, ressaltando aspectos cognitivos e modelos mentais. As estruturas sociais, comunicativas, históricas e culturais, quando representadas em determinados contextos, são relevantes para uma formação sociocognitiva, que pode vir a se transformar em atitudes e hábitos, sendo responsável pela transmissão de conhecimentos e ideologias, de modo que se torna útil o uso dessa ferramenta para estudar e analisar a reprodução do racismo, da dominação e da desigualdade social na sociedade contemporânea. Teun A Van Dijk é um dos precursores desta escola teórica e metodologia, realizando estudos sobre racismo na comunicação desde a década de 1980.

Os discursos não se limitam apenas a uma dimensão verbal, possuem também dimensões não verbais, e levam em consideração a entonação, gestos, sons, imagens, entre outros aspectos multimodais. Essas características se somam a importância da mídia na reprodução de ideologias, sobretudo a ideologia das elites simbólicas, transmitidas, sobretudo por grandes conglomerados de mídia. Abordaremos neste capítulo a análise do *corpus* relativa às reportagens do ano de 2020, referentes ao período do assassinato de George Floyd, veiculadas no jornal Folha de São Paulo, em sua versão online. Nossa escolha pelo jornal Folha de São Paulo se deu em virtude do alcance, credibilidade, respeitabilidade e influência, tendo suas reportagens reproduzidas e servindo como referência na área jornalística. A Folha de São Paulo ou simplesmente Folha, é atualmente o segundo maior jornal do Brasil em circulação. Com 366.087 exemplares (incluindo assinantes digitais), segundo dados do Instituto

Verificador de Comunicação (IVC)³⁷, obtidos em dezembro de 2021. Portanto, considerando a obra de Van Dijk (2010), o jornal Folha de São Paulo, pode ser enquadrado como uma elite simbólica, pois tem o poder de formar opinião e influenciar os modelos mentais de seu público.

Em nossa metodologia utilizaremos a técnica de análise de conteúdo, com suporte do software de pesquisa qualitativa NVIVO 12, pois este *software* possui ferramentas para trabalhar com documentos textuais, multimídia e dados bibliográficos, permitindo a categorização e facilitando a visualização dos dados obtidos. Após a análise de conteúdo procederemos com a técnica de análise do discurso crítica proposta por Van Dijk (2008). Optamos pela metodologia de Análise Crítica do Discurso (ACD) proposta pelo sociólogo holandês Teun A. Van Dijk, que se debruçou sobre os estudos de discurso e desigualdade na América Latina e Europa, destacando-se pela sua experiência na detecção de indícios de racismo narrativo. Van Dijk (2008) afirma que há muitas maneiras de analisar o discurso de forma crítica: por meio de diálogos, por meio da retórica, por meio da gramática, da estilística e da semiótica, sendo possível ainda a utilização de diversas metodologias, como a experimental, a observação participante, a etnografia, entre outras. Logo, o discurso não é entendido como uma narrativa independente, mas uma prática histórica, política, cultural e social.

3.1.1. Discurso como forma de controle

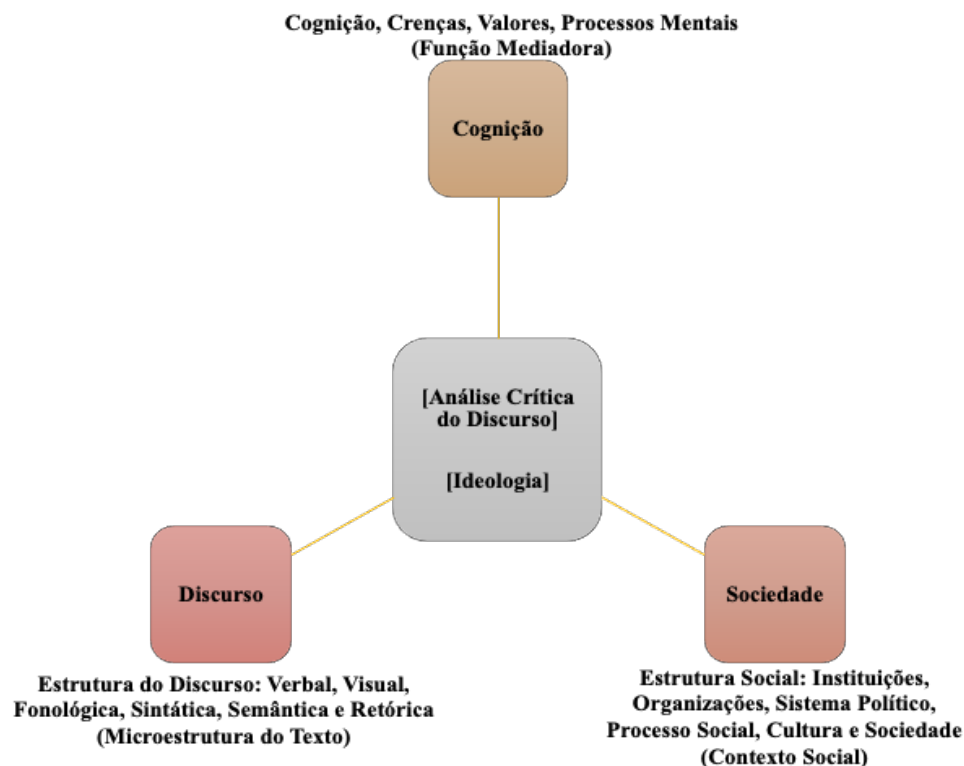
Para uma correta análise crítica do discurso é necessário ater-se à estrutura narrativa, ou seja, observar os principais elementos da narração: o espaço, tempo, personagens, enredo e narrador. Além de analisar o contexto e os parâmetros marcantes da situação comunicativa. Para Van Dijk (2008) o controle do discurso é uma forma de poder simbólico. Uma elite simbólica é constituída por políticos, jornalistas, professores e toda a sorte de profissionais que detém poder simbólico suficiente para fazer uso do discurso público a seu favor nas mais diversas dimensões semióticas. Por esse motivo, a análise do discurso está associada a uma dimensão social e à possibilidade do abuso de poder, nesse caso, o abuso do poder simbólico. Segundo Van Dijk (2008), as elites simbólicas são responsáveis por ações comunicativas que influenciam o pensamento dos demais. Isso se deve ao fato de que o conhecimento adquirido

³⁷

Disponível em: <https://ivcbrasil.org.br/#/home> acessado em 03 de fevereiro de 2024.

por meio dessas elites, ajuda a construir opiniões e atitudes. Mas, dependendo do nível de conhecimento e da capacidade de reflexão do indivíduo, é possível rejeitar as ideias dessas elites, mesmo que estejam em situação de poder. É importante ressaltar que a propagação de ideologias e a formação da opinião, segundo Van Dijk (2008), são adquiridos a partir da sociocognição, a grande responsável pela formação de opiniões, cultura e forma de pensar na atualidade.

Figura 22 - Triângulo discurso - cognição – sociedade



Fonte: Elaborado pela autora com base em Van Dijk (2008).

É possível relacionar o papel das elites simbólicas proposto por Teun Van Dijk (2010) com algumas características das redes de Manuel Castells (2019), uma vez que ambas podem reproduzir conhecimento, contribuindo com a construção da percepção coletiva. Van Dijk (2010) e Castells (2019) pensam de forma complementar em relação ao poder da comunicação, pois para Castells (2019) o poder é baseado no controle da comunicação e da informação, seja por meio do macropoder do Estado e dos conglomerados de mídia, seja por meio do micropoder de organizações de todos os tipos. De forma fluida e pouco perceptível, é possível a materialização de processos de aquisição do racismo como uma relação de poder de um grupo sobre outro, assumindo a força das elites simbólicas no controle do discurso público. Ao mesmo tempo, é possível afirmar que a ideologia com indícios de racismo, de um modo geral, organiza-

se a partir da representação positiva de si e da representação negativa do outro, podendo também ser utilizada a estrutura de nós *versus* eles. Tais conceitos podem ser aplicados em todos os níveis semânticos (imagens, tópicos e metáforas) e assim, por meio da sociocognição, engendrar um pensamento preconceituoso contra determinados grupos desprivilegiados socialmente, a exemplo dos negros e dos pobres de nossa sociedade (Van Dijk, 2008, p.33).

Para o comunicólogo Muniz Sodré (2018) o racismo nos mata fisicamente, mas também simbolicamente. Essa morte simbólica é presente no campo da representação e se espalha socialmente. Carlos Hasenbalg (1982) observou o negro em anúncios do início da década de 1980 e afirmou que estes tendem a reproduzir as manifestações de racismo presentes na cultura, uma vez que a publicidade “opera segundo a linha de menor resistência” (Hasenbalg, 1982, p. 107). Logo, a publicidade repete uma atitude que já é normalizada socialmente e apenas retrata a morte simbólica do negro no Brasil. As histórias são contadas a partir da visão de quem exerce domínio das relações simbólicas de poder na sociedade: Histórias são contadas tanto pelas crônicas oficiais como pelas pessoas no curso de suas vidas cotidianas servindo para identificar o exercício de poder por aqueles que o possuem e servindo, também, para justificar, diante dos outros o fato de que eles não têm poder.

Discursos e documentários, histórias, novelas e filmes são estruturados como narrativas que retratam relações sociais e manifestam as consequências de ações de modo tal que podem estabelecer e sustentar relações de poder. Nas histórias corriqueiras e nas piadas que preenchem muito de nossas vidas cotidianas, estamos, continuamente, engajados em recontar a maneira como o mundo se apresenta e em reforçar através do humor que lucra às custas dos outros, a ordem aparente das coisas. Pelo fato de contar histórias e de recebê-las contadas por outros (escutando, lendo, olhando), podemos ser envolvidos em um processo simbólico que pode servir, em certas circunstâncias, para criar e sustentar relações de dominação (Thompson, 2011b, p. 83).

Entretanto, a mídia ainda concebe com muita constância, pessoas negras no mercado de trabalho pouco qualificado (frentistas, garis, praticantes de esportes, cantores de música popular, dançarinos), ratificando a tese de Carlos Hasenbalg (1982) que diz que pessoas negras são representadas em peças publicitárias em duas formas distintas: o do trabalhador desqualificado e mal remunerado e o animador. Ainda assim, reconhecemos que as mudanças

recentes foram positivas e já temos protagonistas de novela, apresentadores de jornais, influenciadores digitais e campanhas de cosméticos por e para pessoas negras. Um fato que nos chama bastante atenção é o de que pessoas brancas na mídia de massa, como na televisão, cinema, revistas, jornais impressos e etc., são amplamente representadas em todas as suas vertentes: crianças, jovens, velhos, homens, mulheres, políticos, apresentadores, e demais papéis sociais diversos, eles não correspondem a uma parcela que necessita ser representada, pelo contrário, eles são o padrão. Segundo Kilomba (2019, p.14) o padrão universal é o da branquitude, essas pessoas não são marcadas por um traço racial, seus processos de diferenciações são suas especializações e particularidades. Poder ser visto como um indivíduo e não como um representante de grupo social (e racial) é um privilégio branco.

3.1.2. Racismo como violência simbólica

De acordo com Munanga (2004), podemos observar que o conceito de raça, tal como o empregamos hoje, nada tem de biológico. É um conceito carregado de ideologia, pois como todas as ideologias, ele esconde uma coisa não proclamada: a relação de poder e de dominação. A raça, sempre apresentada como categoria biológica, isto é natural, é de fato uma categoria etno-semântica. De outro modo, o campo semântico do conceito de raça é determinado pela estrutura global da sociedade e pelas relações de poder que a governam. Os conceitos de negro, branco e mestiço não significam a mesma coisa nos Estados Unidos, no Brasil, na África do Sul, na Inglaterra etc. Por isso que o conteúdo dessas palavras é etno-semântico, político-ideológico e não biológico. Se na cabeça de um geneticista contemporâneo ou de um biólogo molecular a raça não existe, no imaginário e na representação coletivos de diversas populações contemporâneas existem ainda raças fictícias e outras construídas a partir das diferenças fenotípicas e outras construídas a partir das diferenças fenotípicas como a cor da pele e outros critérios morfológicos. É a partir dessas raças fictícias ou “raças sociais” que se reproduzem e se mantêm os racismos populares (Munanga, 2004, p. 20).

Uma das consequências da exclusão de pessoas negras da mídia televisiva foi a inclusão de um artigo no Estatuto da Igualdade Racial, sancionado em 2002, determinando que haja oportunidades de trabalho para negros em filmes, peças publicitárias, cinema e programas de televisão. De 2002 para o presente, a presença de negros na mídia tem aumentado paulatinamente ao longo dos últimos anos, e a inclusão do artigo no Estatuto trouxe de fato

oportunidades de trabalho e maior visibilidade, porém em análises de cunho qualitativo, observou-se que raramente a população negra é retratada em cenas junto a família, em casa, em escritórios, ou mesmo divertindo-se com outros negros, essas manifestações na publicidade, ainda exibem pessoas pretas com poucos laços afetivos e humanos.

Para Grada Kilomba (2019, p.13) o branco não é uma cor. O branco é uma definição política que representa os privilégios históricos, políticos e sociais de um determinado grupo. Um grupo que tem acesso às estruturas e instituições dominantes da sociedade. Branquitude representa a realidade e a história de um determinado grupo. A dominação estrutural vivida pela branquitude nos leva a necessidade de discutir o conceito de poder, que, segundo Foucault (1995): é um conjunto de ações sobre ações possíveis; ele opera sobre o campo de possibilidade onde se inscreve o comportamento dos sujeitos ativos; ele incita, induz, desvia, facilita ou torna mais difícil, amplia ou limita, torna mais ou menos provável; no limite, ele coage ou impede absolutamente, mas é sempre uma maneira de agir sobre um ou vários sujeitos ativos, e o quanto eles agem ou são suscetíveis de agir. Uma ação sobre ações (Foucault, 1995, p. 243).

Segundo Mbembe (2018), qualquer relato histórico do surgimento do terror moderno precisa tratar da escravidão, que pode ser considerada uma das primeiras manifestações da experiência biopolítica. Em muitos aspectos, a própria estrutura do sistema *plantation* e suas consequências manifesta a figura emblemática e paradoxal do estado de exceção. Aqui, essa figura é paradoxal por duas razões. Em primeiro lugar, no contexto do *plantation*, a humanidade do escravo aparece como sombra personificada. De fato, a condição de escravo resulta de uma tripla perda: perda de um lar, perda de direitos sobre o seu corpo e perda de estatuto político. Essa tripla perda equivale a uma dominação absoluta, uma alienação de nascença e uma morte social (que é a expulsão fora da humanidade) (Mbembe, 2018a, p.27).

Thompson (2011b) afirma que a interpretação da ideologia pode expor as relações de poder e dominação, pois a interpretação da ideologia é um processo de síntese criativa. É criativo no sentido que ele envolve a construção ativa do sentido, a explicação criativa do que está representado ou do que é dito. O sentido é determinado e pré-determinado através de um processo contínuo de interpretação. A interpretação da ideologia tem também o papel de síntese, no sentido que procura juntar os resultados da análise sócio-histórica e formal ou discursiva, mostrando como o sentido das formas simbólicas serve para estabelecer e sustentar relações de

dominação (Thompson, 2011, p. 379).

Foucault (1995) ainda argumenta que é possível utilizar formas de resistência para combater os excessos de poder, ele estabelece uma nova economia do poder que consiste em usar as formas de resistência contra as diferentes formas de poder como um ponto de partida. Para usar uma outra metáfora, ela consiste em usar esta resistência como um catalisador químico de modo a esclarecer as relações de poder, localizar sua posição, descobrir seu ponto de aplicação e os métodos utilizados. Mais do que analisar o poder do ponto de vista de sua racionalidade interna, ela consiste em analisar as relações de poder através do antagonismo das estratégias (Foucault, 1995, p. 234).

Mesmo com todas as ações no campo da comunicação, visando uma maior inclusão da diversidade racial em suas ações, ainda assim temos algumas ideologias nocivas dentro da discussão racial, e o mito da democracia racial é uma delas, pois ao seguir a lógica do mito, ou seja, de que todas as raças e etnias existentes no Brasil estão em pé de igualdade sócio-racial e que tiveram as mesmas oportunidades desde o início da formação do Brasil, poderemos ser levados a pensar que as desiguais posições hierárquicas existentes entre elas se devem a uma incapacidade inerente aos grupos raciais que estão em desvantagem, como os negros e os indígenas. Dessa forma, o mito da democracia racial atua como um campo fértil para a perpetuação de estereótipos sobre os negros, negando o racismo no Brasil, mas simultaneamente, reforçando as discriminações e desigualdades raciais. Enquanto discurso, o mito da democracia racial elege alguns negros “bem-sucedidos” para reforçar sua lógica perversa (Gomes, 2005, p.37). Qual o lugar das pessoas negras no imaginário brasileiro? Segue abaixo trecho da entrevista de Conceição Evaristo concedida à Revista Periferias:

[...] minha filha, eu saí daqui e fui a uma loja de departamentos e o segurança me seguiu o tempo todo. Então, nada me retira do lugar do imaginário brasileiro sobre mulheres negras, porque eu sei que, como mulher negra, a minha história coletiva é essa, é uma história que começa aqui no Brasil num processo de subalternização. É um imaginário que eles não quebraram até hoje (Evaristo, 2018).

Infelizmente o relato de Conceição Evaristo não é único, e o prestigiado geógrafo Milton Santos, também possui experiências negativas quanto a ser negro no Brasil. Milton Santos (1996/1997) aperfeiçoou a ideia de cidadania mutilada quanto a ser uma pessoa negra de destaque no Brasil: “Não importa a festa que façam aqui ou ali, o cotidiano me indica que não sou cidadão neste país” (Santos, 1996/1997, p.134). A presença de pessoas negras em posições

de destaque, além de escassas e de trabalhosa conservação, ainda pode ser utilizada para sustentar a lógica do mito da democracia racial que costuma contestar a existência do racismo ao mencionar pessoas pretas de sucesso como padrão. A nossa inquietação com a disseminação de ideologias a partir dos meios de comunicação, é que a imagem de grupos raciais menos privilegiados, da forma que são expostos pela mídia de massa, podem contribuir para o processo de manutenção de indivíduos negros neste lugar de subalternidade e invisibilidade.

O racismo institucional, sutil, difuso, praticado no judiciário, na academia, nas mídias, entre outras instâncias, pode ser compreendido a partir de algumas noções propostas por Bourdieu (2005), como as noções de dominação e violência simbólica. A dominação não decorre diretamente da ação de uns sobre outros, mas da consequência indireta de ações que se produzem na estrutura do campo, que exerce predomínio em relação aos outros. Tal dominação não é manifesta, e sim disfarçada, a tal ponto que, muitas vezes os que a sofrem não entendem (Bourdieu, 2005). A violência simbólica incide em um abuso que se pratica com a conivência implícita dos que a toleram e, com a constância dos que a praticam, de modo que alguns são inconscientes de que estão praticando ou sofrendo esta violência. Logo, a violência simbólica é uma violência velada, conferindo poderes. Tal violência não pode ser usada involuntariamente, pois não é um tipo distinto de violência. Ela é violência física disfarçada, camuflada e encoberta (Bourdieu, 2005, p. 22).

Esse tipo de violência tem, por consequência, instituir a legalidade de um discurso de autorização de uma instituição, ao passo que as relações de poder que causam a violência simbólica são ignoradas (Bourdieu, 2005). Logo, o racismo, sobretudo o racismo institucional, converte-se em violência simbólica, que é difundida em nossa sociedade por meio de diversas práticas: explícita, direta, institucional, discursiva, não acesso a direitos como educação e saúde, violência policial, representação negativa ou inexpressiva na mídia (Danin, 2017, p.03).

3.1.4. Mídia

O teórico Jesus Martín-Barbero, no livro, *Dos Meios às Mediações*, propõe uma abordagem que não se limita aos meios de comunicação (televisão, jornal, rádio), estendendo-se a experiência da vida cotidiana (bairro, hábitos cotidianos, hábitos de classe e relações familiares). O autor utiliza o conceito de mediação como a categoria que liga a comunicação à

cultura (Martín-Barbero, 2008, p.77). As mediações são elementos presentes entre a produção e a recepção dos produtos midiáticos. Pensar a comunicação sob o aspecto das mediações significa entender que, entre a produção e a recepção de um produto midiático, há um momento em que a cultura cotidiana de fato acontece, ou seja, é o modo como os receptores recebem o produto midiático. Martín-Barbero (2008) sugere três componentes de mediação que influenciam o modo como os receptores recebem os produtos midiáticos: temporalidade social, competência cultural e cotidianidade familiar. E é justamente no cenário de competência cultural e cotidianidade familiar, que as ideias das elites simbólicas ganham força e podem vir a ser reproduzidas.

Thompson (2011, p.13) também buscou entender as várias formas pelas quais a mídia passou a impactar o mundo em que vivemos hoje. Segundo o autor, o uso dos meios de comunicação implica a criação de novas formas de ação e de interação social, novos tipos de relações sociais e de maneiras de relacionamento dos indivíduos. A comunicação de massa é a produção e a difusão de bens simbólicos a partir da fixação e da transmissão de conteúdo simbólico ou informação. Por sua vez, o valor simbólico é o valor que os objetos têm em virtude do apreço, estima ou desprezo dos indivíduos. Logo, no campo simbólico, ocorrem também as reproduções de violências simbólicas, entre elas o racismo. Compreendendo que a mídia passou a adaptar-se ao comportamento das pessoas, novas formas de reprodução da violência simbólica foram refinadas e, justamente nas nuances discursivas, podemos detectar esse movimento. Outra contribuição relevante de Thompson (2011, p.13) na discussão sobre a importância da mídia na propagação de mensagens e ideologias, sejam quais forem, é o conceito de sociabilidade mediada, que nada mais é do que a compreensão do mundo moldada pelos produtos da mídia, um sentimento de pertencimento a grupos e comunidades que, se constituem, em parte, por meio da mídia.

A socialidade tem forte poder ideológico, cultural e cognitivo, e é importante ferramenta usada pelas elites simbólicas para reprodução de mensagens e ideias de um modo geral. A ideia de recepção nos é útil, pois demonstra que o sentido que os indivíduos dão aos produtos da mídia pode variar de acordo com as vivências, com as condições sociais e com as crenças de cada um, de modo que a mesma mensagem pode ser entendida de várias maneiras, em diferentes contextos (Thompson, 2011, p.42).

A ACD é uma ferramenta útil para investigar ideologias, identidades e relações de poder

presentes em diversas narrativas, sendo possível revelar o que há por trás de determinadas estruturas narrativas. Para Van Dijk (2008, p.41), a narrativa expressa relações de poder que podem refletir racismo ou preconceito, de modo que as relações raciais precisariam ser pensadas de forma complexa, envolvendo modelos cognitivos, sociais, psicológicos e até mesmo históricos. Por isso devem ser analisadas sob várias óticas. Pelo olhar da cognição social (base principal do pensamento do autor), a Análise Crítica do Discurso se destina a estudar textos e fala, enfatizando a relação entre discurso e sociedade na propagação de ideologias (e como essas ideologias podem imprimir resistência, dominação e desigualdade), nas estratégias de manipulação, de legitimação, de consenso, e nos demais métodos que beneficiam as elites simbólicas.

Para Van Dijk (2008, p.77) as estruturas sociais representadas pelo jornal ou por grandes conglomerados de mídia, controlam a forma como os eventos comunicativos são noticiados, utilizando os meios de comunicação (rádio, jornais, televisão), que influenciam diretamente a cognição pessoal e social (a partir de atitudes, comportamentos e formação cultural). O processo se retroalimenta e retorna à sociedade como se fosse uma ideia própria. Porém foi altamente influenciado pelas elites simbólicas ao longo do processo supracitado, de modo que a sociocognição se torna a principal interface que liga o discurso à sociedade (Van Dijk, 2008). Segundo Thompson (2011) a comunicação de massa segue um sentido único, pois refere-se à produção institucionalizada e difusão generalizada de bens simbólicos através da fixação e transmissão de informação ou conteúdo simbólico. A recepção de um produto midiático, ou seja, o significado que cada pessoa lhe atribui, pode variar a depender da formação e da condição social do indivíduo. De tal maneira que a mesma mensagem pode ser entendida de várias maneiras em diferentes contextos (Thompson, 2011, p.17).




A recepção e interpretação de um conteúdo simbólico difundido pela mídia, seja ela qual for, gera um significado que não é estático, isso quer dizer que ao interpretar formas simbólicas, os indivíduos as incorporam na própria compreensão que tem de si mesmo, ou seja, apropriar-se de uma mensagem é apoderar-se de um conteúdo significativo e torná-lo próprio (Thompson, 2011, p.229). Thompson (2011) e Van Dijk (2008) consideram a cognição um fator crucial no processo de recepção de um material simbólico advindo da mídia.

Quanto mais esses materiais simbólicos são extraídos de fontes diversas, mais os indivíduos experimentam o choque de valores como um conflito pessoal - isto é, como

um conflito entre as competitivas exigências que lhe são feitas ou entre os incompatíveis objetivos a que aspiram. De qualquer maneira, os indivíduos são constantemente chamados a reconciliar, ou simplesmente a manter em difícil equilíbrio, mensagens que conflitam umas com as outras ou com valores e crenças enraizadas nas práticas rotineiras e na vida cotidiana (Thompson, 2011, p. 229).

Tendo como base os estudos de Thompson (2011) e Van Dijk (2008), é possível concluir que o fator simbólico e cognitivo das relações raciais na atualidade, passou a ser discutido, debatido e noticiado com mais ênfase pelas mídias, e esse movimento pode ser percebido e analisado a partir de uma análise crítica do discurso. Para isso, utilizaremos como corpus a seleção de algumas matérias da versão online da Folha de São Paulo, concentrando-nos, primeiramente, nas manchetes, pois elas são responsáveis por chamar a atenção do leitor. Também focalizaremos o debate sobre a representação de George Floyd na mídia e o aprofundamento da ideia de que o assassinato de Floyd gerou uma ruptura discursiva, noção proposta por Michel Foucault em *Arqueologia do Saber* (2008). Utilizaremos os postulados propostos por Van Dijk (2008) para a realização da análise crítica do discurso, assim como o uso de uma única técnica de análise de conteúdo, aqui representada pela nuvem de palavras, extraída do conteúdo das matérias presentes no *corpus* analisado. O objetivo da utilização da nuvem de palavras é dar suporte a nossa ACD, e ilustrar didaticamente o teor das reportagens, por isso optamos por não nos aprofundar nas demais técnicas e conceitos da área de análise de conteúdo. Abaixo, dispomos uma tabela do *corpus* selecionado, que inclui reportagens do ano de 2020, referentes ao período do assassinato de George Floyd, veiculadas no jornal Folha de São Paulo, em sua versão online.

Quadro 4 - Reportagens selecionadas da versão *online* do Jornal Folha de São Paulo no ano de 2020

<p>Folha de São Paulo, coluna jornalismo, outubro de 2020</p> <p>E1</p> <p>“Após morte de George Floyd, capas de revistas com negros disparam”</p> <p>Folha de São Paulo, 28/10/2020.</p> <p>Nelson de Sá</p>	<p>Folha de São Paulo, coluna opinião, junho de 2020.</p> <p>E2</p> <p>“Séries e filmes para entender a dimensão econômica que levou às mortes de Floyd e Miguel”</p> <p>Folha de São Paulo, 06/06/2020.</p> <p>Monica Ribeiro e Ribeiro</p>	<p>Folha de São Paulo, coluna New York Times, junho de 2020.</p> <p>E3</p> <p>“Por que todos falam de George Floyd, mas não sobre Breonna Taylor?”</p> <p>Folha de São Paulo, 05/06/2020.</p> <p>Alisha Haridasani Gupta</p>
		

Fonte: Adaptado pela autora com base em Folha de São Paulo (2020)

Organizamos o quadro acima para fins didáticos, auxiliando nossa análise, e utilizamos como critério básico para seleção das matérias, a busca pelo nome ou sobrenome de George Floyd no buscador do jornal, selecionando publicações referentes a um período de seis meses, contados a partir do assassinato de Floyd. Priorizamos matérias que trouxessem menção a George Floyd em sua manchete principal. Segundo Traquina (1993) as manchetes têm uma função fundamental na linguagem jornalística, sendo o primeiro contato do leitor com a notícia, entre as principais características, as manchetes devem ser objetivas, breves, impessoais e impactantes, com o objetivo de despertar o interesse do leitor. Podemos analisar os impactos das manchetes sob duas perspectivas distintas mas complementares nos estudos do jornalismo e linguagem. Pois para Van Dijk (2008) sob a perspectiva da ACD, as manchetes são instrumentos de poder e ideologia, pois frequentemente priorizam determinados aspectos e ocultam outros. Visando influenciar a percepção do leitor, reforçando ideologias dominantes, favorecendo grupos com poder político e econômico, e desfavorecendo grupos marginalizados.

Van Dijk (2008) acredita que as manchetes fazem parte de um processo em que os jornais selecionam o que será notícia e o que será omitido. Já sob a ótica do importante teórico do jornalismo em língua portuguesa, Nelson Traquina, as manchetes fazem parte da estrutura da notícia. Para Traquina (1993), a manchete é uma ferramenta jornalística responsável por sintetizar o conteúdo noticioso, desempenhando um papel central na estrutura da informação. Segundo o teórico, as manchetes são selecionadas e construídas enfatizando narrativas que atraem o leitor. As ideias de Traquina (1993) e Van Dijk (2008) convergem ao destacarem que as manchetes são construções narrativas organizadas a partir de escolhas editoriais. Optamos por matérias veiculadas no ano de 2020, aproveitando as discussões suscitadas a partir do assassinato de Floyd e seus desdobramentos.

Entre os diferentes gêneros jornalísticos selecionados, optou-se primeiramente por um artigo da coluna de jornalismo, em seguida de um artigo de opinião e um artigo internacional. A coluna de jornalismo propicia aos leitores toda a informação necessária sobre as particularidades do assunto principal, já a coluna de opinião nos dá a ideia de uma aproximação entre o colunista e o leitor, muitas vezes com uma impressão de confiança sobre o fato abordado. Como último exemplo utilizado, trouxemos um artigo traduzido da coluna New York Times, presente no jornal Folha de São Paulo, que avalia o caso seguindo uma ótica interseccional e internacional.

Para Martín-Barbero (2001, p. 341) os gêneros jornalísticos ajudam a mídia a produzir conteúdos de acordo com as necessidades da audiência, é uma espécie de “estratégia de comunicabilidade”, ou seja, um acordo entre quem produz e quem recebe o que a mídia transmite. Segundo a teoria dos gêneros midiáticos, que recebe contribuições de correntes diversas de pensamento, darei destaque ao funcionalismo, especialmente em relação a sua natureza e seus propósitos. Pois segundo o funcionalismo as funções sociais básicas devem ser assimiladas pelos meios de comunicação e atualizadas de acordo com as transformações sociais. Assim sendo, seus conteúdos são moldados por categorias funcionais (entre elas o Jornalismo) que se reproduzem em gêneros, por sua vez organizadas em determinados formatos e subdivididas em tipos (Costa, 2010, p. 82). As principais funções midiáticas estabelecidas pela corrente funcionalista foram resumidas por McQuail (2003, p. 82):

- Informação: a Mídia provém dados sobre acontecimentos e situações; indica relações de poder; facilita inovação, adaptação e progresso;
- Correlação: interpreta significados; socializa valores; sugere consenso; prioriza rumos;
- Continuidade: reforça a cultura hegemônica, embora atenta às alternativas da contracultura; fortalece e preserva valores consensuais;
- Entretenimento: provém distração, diversão e relaxamento; reduz as tensões sociais;
- Mobilização: respalda ações coletivas, embasadas nas decisões de cidadania (participação política, religiosa, cultural) ou de consumo (bens e serviços, marcas e símbolos).

A teoria funcionalista nos mostra que o Jornalismo não cumpre uma única função e não restringe sua capacidade produtiva a apenas uma maneira de tratar os acontecimentos. Pois se na sociedade, há múltiplos desempenhos dos atores sociais em sua vida cotidiana, é natural que os meios de Comunicação se organizem de modo a suprir essas necessidades, com conteúdos adequados a cada uma delas (Costa, 2010, p. 77). Sob a perspectiva das grandes corporações do meio jornalístico, ressaltamos os preceitos da teoria organizacional. Traquina (2004, p.233) destaca que o conglomerado jornalístico influencia as ações e decisões dos jornalistas no processo de redação e seleção das notícias. Ou seja, os editores ditam as regras do que deve ou não ser noticiado. Segundo a teoria organizacional, as notícias são o resultado de processos de

didáticos, uma análise de conteúdo das três reportagens selecionadas, com uso da ferramenta de frequência de palavras (*wordcloud*), que contabilizou as mais frequentes nas três reportagens, a saber: George, Floyd, Morte, Negro, Policial, Manifestante, Protesto e Ativista. Dessa forma, foi possível aferir que os conteúdos se complementam, o que nos levou a separá-los em categorias narrativas, com excertos escolhidos por ordem de relevância, como sugere (Bardin, 2011). As categorias foram criadas para agrupar termos recorrentes nas reportagens. Para Van Dijk (2008) as categorias narrativas seriam importantes na construção de modelos mentais no imaginário do leitor a partir da sociocognição.

3.1.5. Análise das manchetes com suporte da metodologia ACD

ACD é um tipo de investigação científica analítica discursiva que estuda principalmente o modo como o abuso de poder, a dominação e a desigualdade são representados, reproduzidos e combatidos por textos orais e escritos no contexto social e político (Van Dijk, 2010, p. 113). Para Van Dijk (2010) a Análise Crítica do Discurso é uma ferramenta fundamental para detecção e combate de abusos de poder e desigualdades em nossa sociedade. Seguindo os preceitos deste teórico, é possível considerar que o jornal Folha de São Paulo integra uma elite simbólica, responsável pela formação de opinião e atuando diretamente na sociocognição de seus leitores, como já pontuado neste trabalho.

As questões raciais que reverberaram no ano de 2020, seja o assassinato de George Floyd, quanto a morte do menino Miguel do Recife ou mesmo o espancamento de Alberto Freitas no Carrefour de Porto Alegre, entre outros casos, estiveram estampadas nas manchetes de jornais comunicando uma mensagem. A frequência de determinados termos, entre eles o nome de George Floyd, ratificam o surgimento de uma ruptura discursiva. Os casos excessivos de assassinato de pessoas negras em abordagens policiais passaram a ser observados sob a ótica do racismo estrutural e não mais como mera prática policial. Para Foucault (2008, p.17), que analisou as estruturas de poder na sociedade e como elas influenciam a produção de conhecimento e a formação dos discursos, a ideia de ruptura discursiva refere-se ao modo em que as formas dominantes de falar e pensar em uma sociedade são desafiadas ou subvertidas.

O assassinato de George Floyd provocou uma ruptura discursiva, ao tornar-se instantaneamente um marco para o jornalismo na discussão das causas raciais, o evento ganhou

peso e repercussão mundial, fazendo refletir sobre o racismo e seu *modus operandi* em diferentes partes do mundo, inclusive no Brasil. Esse marco pode ser observado nos excertos selecionados para nossa análise, aqui denominados E1, E2 e E3, como citados abaixo:

E1: “Após morte de George Floyd, capas de revistas com negros disparam”

E2: “Séries e filmes para entender a dimensão econômica que levou às mortes de Floyd e Miguel.

E3: “ Por que todos falam de George Floyd, mas não sobre Breonna Taylor?

E1: “Após morte de George Floyd, capas de revistas com negros disparam”

Na manchete acima iniciamos as análises com a observação das condições de causa e efeito, ou seja, “após a morte de George Floyd” (causa), “capas de revistas com negros disparam” (efeito). A manchete reflete, entre outras coisas, as condições de ruptura discursiva e o surgimento de uma nova ordem narrativa em relação à representação de pessoas negras, caracterizada pelo aumento da presença em capas de revistas. A manchete E1 coloca a morte de George Floyd como evento causador de mudanças, ajudando a ratificar a ideia de ruptura discursiva, e repetindo esse padrão em outras manchetes do mesmo jornal, como em E2 e E3. Van Dijk (2008) defende que, sob o ponto de vista jornalístico, a manchete busca a atenção do leitor, porém veicula também outras relações ideológicas (Van Dijk, 2008, p.55). A ACD focaliza o modo como as estruturas do discurso influenciam as representações mentais. No nível global do discurso, os tópicos podem influenciar o que as pessoas veem como a informação mais importante da escrita e da fala, e assim fazer correspondência com os níveis superiores de seus modelos mentais (Van Dijk, 2010, p. 122). Segundo Van Dijk (2010) expressar um certo tópico na manchete do jornal pode influenciar poderosamente a maneira como um evento é definido em termos de um modelo mental. A repetição do nome de George Floyd em E1, E2 e E3, ajuda a demonstrar não somente a ruptura, mas o coloca como um marco, ou seja, como um modelo mental para ajudar a pensar as questões raciais na sociedade daquele marco temporal.

A manchete analisada E1, também expõe a relação Nós e os Outros, proposta por Van Dijk (2008), a medida em que revela implicitamente quem naturalmente estamparia o maior número de capas de revistas (pessoas brancas) e super destaca o grupo étnico que não costuma participar (negros). A escolha do jornalista pela palavra “dispara” na manchete, reflete a ideia de surpresa e rapidez com que os eventos passaram a ocorrer, neste caso, a presença de negros

em capas de revistas. Para Van Dijk (2010) os vários tipos de estruturas discursivas podem influenciar a formação e a mudança dos modelos mentais e das representações sociais. Nesse sentido Foucault (2008) e Van Dijk (2010) concordam que as mudanças na estrutura do discurso influenciam diretamente as representações sociais.

Segundo observa Van Dijk (2010) a representação cognitiva do nós e os outros, marcada pela polarização, discursivamente sustentada e reproduzida pela depreciação, demonização e exclusão dos outros da comunidade que pertenceria a nós, os “civilizados”, seria uma das características do discurso de dominação sobre o outro. Logo, a expressão, “capas com negros disparam”, condicionada como efeito, é também a parte do excerto que denomina o outro, ou seja, os negros. As análises das manchetes supracitadas podem conter indícios de racismo narrativo, como em E1, com a identificação implícita do discurso de “nós e os outros”, mas também é possível perceber a ruptura discursiva e posição de George Floyd como um divisor de águas tanto em E1 quanto em E2 e E3. Pois a ordem das palavras, a seleção lexical, a coerência, os movimentos semânticos locais, a seleção tópica, os atos de fala, a organização esquemática, as figuras retóricas e as várias formas de interação são, em princípio, sensíveis ao controle do falante ou escritor (Wodak, 2001, p. 97).

Tais excertos, ao longo dos meses de veiculação, mesmo considerando o público-alvo do jornal e a diversidade das colunas as quais as manchetes foram veiculadas, tratam George Floyd como um marco para a discussão de assuntos diversos, como séries e filmes, a exemplo de E2 e, a discussão de questões de raça e gênero, como em E3. Isso quer dizer que Floyd divide as narrativas em um “antes e depois”. Ratificando a ruptura discursiva e início de uma nova ordem para discussão de temas raciais, a qual insere o assassinato de Floyd como um evento macro que caracteriza o racismo num nível mais amplo e se subdivide a partir de então, em micro discussões, como nos exemplos expostos em E2 e E3, como o letramento racial (E2) e a intersecção gênero e raça (E3).

É importante lembrar que segundo Crenshaw (2002), letramento racial é um conjunto de práticas pedagógicas que objetiva conscientizar o indivíduo da estrutura e do funcionamento do racismo na sociedade, com o objetivo de reconhecer, criticar e combater atitudes racistas em seu cotidiano. Logo em (E2) observou-se um convite para o aprofundamento desse tema a partir de séries e filmes. Em (E3) percebemos a intersecção gênero e raça, que segundo Schucman

(2018), é o cruzamento de diversas desigualdades que levam a opressão e discriminação de determinado indivíduo. Neste caso, a primeira discriminação está relacionada ao gênero e a segunda refere-se a raça, pois Breonna é uma mulher negra. Ou seja, mesmo Breonna³⁸ tendo sido assassinada antes e em condições relativamente semelhantes, conforme questiona a manchete, o assassinato de George Floyd acabou gerando uma maior repercussão, evidenciando o peso das interseccionalidades de gênero e raça sobre Breonna.

3.1.6. Categorias narrativas

Em outras palavras, a escolha das categorias discursivas na ACD é guiada pela teoria, bem como pelo seu objetivo principal, o estudo crítico da reprodução discursiva da dominação social (Wodak, 2001; Van Dijk, 2008). Os excertos selecionados para análise foram extraídos do nosso *corpus*, após selecionar aqueles com sentidos semelhantes, os agrupamos em duas categorias distintas, e analisaremos os discursos na sequência de cada uma delas. A primeira categoria criada chama-se *Ruptura*, nesta categoria reunimos excertos que expressam o sentido de mudança de paradigma após o assassinato de Floyd. A segunda categoria criada foi chamada de *Mudanças*, esta categoria reúne excertos que demonstram sentidos de uma nova ordem discursiva instaurada após a ruptura. As categorias de *Ruptura* e *Mudanças* se relacionam como causa e efeito respectivamente.

RUPTURA (O assassinato de Floyd como evento causador de uma mudança de paradigma)

O evento que deflagrou a transformação foi a morte de George Floyd pela polícia de Minneapolis, em 25 de maio. Segundo o levantamento, todas as 126 capas com negros, neste ano, os apresentaram "de uma forma positiva e edificante" (Sá, 2020, Folha de São Paulo, p1). E1

"Isso já estava se formando, mas, depois da morte, irrompeu", diz Samir Husni, diretor do centro. "Nós acompanhamos nos últimos dois, três anos alguns sinais de esperança, mas a explosão veio no verão de 2020, como nunca tínhamos visto" (Sá, 2020, Folha de São Paulo, p1).E1

Na continuação do estudo, Shona Pinnock, diretora de Diversidade e Inclusão da Meredith Corporation, de títulos como People, diz que 2020 é só o começo. Que agora entra a fase de contratar e manter pessoas e de transformar o conteúdo (Sá, 2020, Folha de São Paulo, p1).E1

Se o leitor busca entender um pouco melhor o que nos faz reproduzir o racismo que levou ao assassinato do americano George Floyd e o menino brasileiro Miguel, e como é a dimensão econômica desse fenômeno, vale a pena encarar as sugestões (Ribeiro, 2020, p.1). E2

³⁸

Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Morte_de_Breonna_Taylor acessado em 03 de fevereiro de 2024.

E1 O evento que deflagrou a transformação foi a morte de George Floyd pela polícia de Minneapolis, em 25 de maio. Segundo o levantamento, todas as 126 capas com negros, neste ano, os apresentaram "de uma forma positiva e edificante"(Sá, 2020, Folha de São Paulo, p. 1).

O excerto acima ratifica a ideia de que o assassinato de Floyd foi o fio condutor das mudanças necessárias para uma nova ordem na abordagem do negro na mídia, que desde então, segundo a reportagem, passou a representar pessoas pretas de “forma positiva e edificante”, contrastando com a forma como o negro era comumente representado pela mídia, geralmente em situações de pobreza, criminalidade e subalternização. A morte de George Floyd foi o evento racial e midiático que fomentou debates e manifestações sobre racismo, servindo como um marco nos estudos raciais da atualidade, demonstrando o poder de mobilização das redes sociais, trazendo reflexões sobre como encarar a desigualdade racial no Brasil contemporâneo, ainda fortemente marcado por traços do colonialismo.

E2 Se o leitor busca entender um pouco melhor o que nos faz reproduzir o racismo que levou ao assassinato do americano George Floyd e o menino brasileiro Miguel, e como é a dimensão econômica desse fenômeno, vale a pena encarar as sugestões (RIBEIRO, 2020, p. 1).

Neste excerto, observamos que a condição de vulnerabilidade social de Floyd e Miguel serviram como pano de fundo para suas mortes. Mesmo considerando as diferenças do contexto social estadunidense e brasileiro, a negritude os une e os coloca em uma desvantagem social, econômica, simbólica e histórica. Outro ponto que merece destaque é que ao utilizar a expressão “o que nos faz reproduzir o racismo” o jornalista ressalta que todos estão sujeitos a reprodução do racismo, e por isso sugere séries e filmes visando a compreensão do assunto.

E1 Na continuação do estudo, Shona Pinnock, diretora de Diversidade e Inclusão da Meredith Corporation, de títulos como People, diz que 2020 é só o começo. Que agora entra a fase de contratar e manter pessoas e de transformar o conteúdo (SÁ, 2020, Folha de São Paulo, p. 1).

Neste excerto ressalta-se que o ano de 2020, ano da morte de Floyd, foi o começo de grandes mudanças nos meios de comunicação em relação à diversidade e inclusão. A ideia de

descontinuidade com o modelo até então vigente é percebida pela necessidade de “transformar o conteúdo”, incluindo mais pessoas negras em suas publicações.

Floyd foi responsável pela quebra de paradigmas raciais nas mídias, tornando-se referência na discussão do racismo, ou seja, um padrão a ser mencionado, vide as semelhanças nas manchetes em E1, E2 e E3 (vide quadro comparativo na página 120). Nos excertos categorizados como *Ruptura*, identificamos a quebra do sentido de continuidade da ordem estabelecida até então, a ideia de que o ano de 2020 é o começo de uma transformação que irá trazer novos cenários nos parâmetros raciais da sociedade, pois após a morte de George Floyd e os protestos por justiça racial, as revistas passaram a apresentar negros “de forma positiva e edificante”, acreditando que agora seria a fase de “transformar o conteúdo”, ou seja, gerar mudanças necessárias na sociedade.

MUDANÇAS (Nova ordem após a ruptura)

Outra grande editora, Condé Nast, vem se mostrando a mais agressiva na mudança, segundo Husni, após a editora-chefe da Vogue, Anna Wintour, ter se desculpado publicamente em junho pelo histórico "doloroso e intolerante" da revista (Sá, 2020, Folha de São Paulo, p1). E1

A Vogue trouxe negros na capa em quatro edições seguidas, de agosto a novembro, enquanto a GQ, outro título da Condé Nast, o fez em três edições seguidas. Mas continua a pressão contra Wintour, diretora artística de toda a editora (Sá, 2020, Folha de São Paulo, p1). E1

Husni cita conversas com executivos do setor, para justificar sua esperança. "Durante muito tempo, eu ouvi: 'Toda vez que colocamos uma pessoa negra na capa, as vendas caem'. E agora eles me dizem: 'Isso é história antiga, não é mais a realidade' (Sá, 2020, Folha de São Paulo, p1). E 1

Nas narrativas aqui denominadas *Mudanças*, reunimos excertos que expressam a mudança de atitude dos grandes conglomerados de comunicação em relação as questões raciais após o assassinato de George Floyd, que, para fins deste trabalho, é o evento que marca a ruptura discursiva das questões raciais nos meios de comunicação na atualidade. Nestes excertos há a perspectiva de desculpas pela escassa presença de negros em grandes publicações e, em seguida, a expectativa de negros nas capas de edições seguidas da Vogue e GQ, importantes publicações sob o ponto de vista simbólico.

E1 A Vogue trouxe negros na capa em quatro edições seguidas, de agosto a novembro, enquanto a GQ, outro título da Condé Nast, o fez em três edições seguidas. Mas continua a pressão contra Wintour, diretora artística de toda a editora (Sá, 2020, Folha de São Paulo, p1).

Neste excerto observamos que a Vogue, importante revista de moda, trouxe negros na capa em quatro edições seguidas no ano de 2020, e isso representa um contexto de mudança, e uma mudança que só ocorreu após a morte de Floyd. Isso coaduna com a ideia de causa e efeito, onde as repercussões do caso Floyd reverberam, gerando mudanças simbólicas junto aos meios de comunicação, entre eles, a revista Vogue.

El Husni cita conversas com executivos do setor, para justificar sua esperança. "Durante muito tempo, eu ouvi: 'Toda vez que colocamos uma pessoa negra na capa, as vendas caem'. E agora eles me dizem: 'Isso é história antiga, não é mais a realidade' (Sá, 2020, Folha de São Paulo, p1).

O último excerto selecionado na categoria mudanças, diz respeito a nova realidade das publicações com a presença de negros, pois antes acreditava-se que a presença de negros na capa faziam as vendas caírem e agora observa-se uma probabilidade de melhoria. Esse novo momento no ano de 2020, corrobora com a ideia de que o caso Floyd foi um marco importante no debate racial, sobretudo nos meios de Comunicação.

Portanto, seja nas dimensões de *Ruptura* ou de *Mudanças*, é possível observar uma relação de causa e efeito, onde a quebra do antigo padrão é a causa e as mudanças percebidas após essa quebra são os efeitos. Utilizamos neste capítulo, a metodologia ACD, que nos deu a liberdade de analisar o discurso de forma fluida e simplificada, porém atenta ao foco das dimensões simbólicas do texto (Wodak, 2001; Van Dijk, 2008). Fazendo um apanhado geral desse capítulo reflexivo e metodológico, aliado ao texto de cada uma das reportagens analisadas, foi possível observar de forma prática a partir das manchetes bem como do conteúdo das matérias, os aspectos de mudanças de paradigmas que surgiram a partir do assassinato de George Floyd e suas reverberações ao redor do mundo, incluindo o Brasil. As estratégias discursivas utilizadas nas manchetes estudadas neste capítulo, demonstram o padrão que se repete ao tratar as questões raciais, o padrão percebido foi a utilização de Floyd como marco comparativo principal e discussões raciais paralelas que circundam o ponto máximo de referência. A repetição desses padrões ao longo do tempo, como observado no marco temporal das reportagens analisadas, é capaz de construir em seus leitores, modelos mentais que podem influenciar a sociocognição.

CAPÍTULO 4

4.1. EVENTOS TELEVISIVOS E O OLHAR ANTIRRACISTA

Neste capítulo iremos demonstrar com exemplos do cenário televisivo, a ruptura discursiva que ocorreu após os eventos raciais de 2020. Iremos discutir a dimensão simbólica das mudanças e suas implicações. Seleccionamos e elencamos eventos em função do impacto simbólico causado em sua veiculação e sua repercussão nas redes sociais. Aliás, as redes sociais em todo esse passado recente têm sido responsáveis por verdadeiras revoluções, sobretudo no ponto de vista racial, aprendizados, discussões, busca por soluções e mobilizações em geral. Essas ferramentas têm impactado positivamente a luta antirracista.

Figura 23 - Eventos televisivos e abordagem antirracista



Fonte: adaptado pela autora (2023).

Escolhemos três categorias diferentes de eventos televisivos: telejornal, reality show e telenovela. Para Machado (2000, p. 70), a televisão abrange um conjunto bastante amplo de eventos audiovisuais que têm em comum apenas o fato de a imagem e o som serem constituídos eletronicamente e transmitidos por via eletrônica. Logo é facilmente identificável a diferença entre um reality show, uma novela e um telejornal, apesar de serem eventos televisivos, eles possuem organizações e finalidades diferentes, e por isso, modos de produção distintos. Embora possam, muitas vezes, dialogar entre si, geram expectativas diferentes entre os telespectadores.

Para Bourdieu, ser é ser percebido na televisão (Bourdieu, 1997, p. 16). Nesse sentido, a presença de pessoas negras no espaço televisivo passa a refletir a dimensão do ser, do existir, espaço esse que até um período recente era hegemonicamente ocupado por pessoas brancas. Segundo Machado (2000), tecnicamente, o telejornal é produto de componentes sonoros e visuais, ou seja, filmes, fotos, narração, mapas, textos, gráficos, músicas e ruídos. Mas para Kellner (2001), o jornal e a televisão são ferramentas de entretenimento, e o público mantém sua atenção a narrativas com personagens, convenções e mensagens familiares, pois a narrativa é cada vez mais importante, não apenas na veiculação de notícias, mas na programação de entretenimento.

Já Guy Debord acredita que, dentro da sociedade do espetáculo, o que predomina é a lógica de que “o que aparece é bom, e o que é bom aparece” (Debord, 1997, p. 16). E nessa perspectiva o “aparecimento” de pessoas negras em eventos televisivos relevantes, passa a ser o reconhecimento, legitimação e a validação de algo que é bom. Nesse sentido, resgatando a ideia de Debord (1997), de que “o que é bom aparece”, a representação de pessoas negras nos espaços televisivos, fazem parte da ideia de espetáculo. E, segundo Kellner, “os espetáculos são aqueles fenômenos de cultura da mídia que representam os valores básicos da sociedade contemporânea, determinam o comportamento dos indivíduos e dramatizam suas controvérsias e lutas. (Kellner, 2003, p. 5). Estar na mídia, sobretudo na mídia televisiva, sendo representado de uma forma positiva, como um apresentador ou como comentarista de um jornal relevante, é estar na zona do ser, do existir. Fanon (2008, p. 26) ironiza a ideia de que “o negro não é um homem”, logo, não é um ser, diferentemente do homem branco, que não necessita declarar sua condição racial, por representar a ideia universal de homem. Por isso Fanon se questiona: “O que quer o homem negro?”, e rebate, “O negro quer ser branco”, elevando-se então ao estado de ser (Fanon, 2008, p. 27). Segundo Fanon (2008) “É o racista que cria o inferiorizado”. Mas se é possível a criação dessa discriminação, também é possível sua reparação. Em *Pele negra, Máscaras Brancas* (2008), os brancos dominam o mundo econômica e politicamente, logo os negros, destituídos de sua capacidade de ser e existir, não conseguem criar uma forma de representação que possa ser resistente ao modo de representação dominante.

Fanon (2008) acredita que além das condições sociais e econômicas ruins, a sociedade colonialista branca também seria responsável por incutir, desde a infância, a ideia de que negros são inferiores aos brancos, e sua inferioridade está relacionada à cor da pele (epidermização da

inferioridade). Fanon discute a importância de libertar os negros dessa sensação de inferioridade e busca trazê-lo a sua condição de ser humano: “o que queremos é ajudar o negro a se libertar do seu arsenal de complexos germinados no seio da situação colonial” (Fanon, 2008, p. 44). Neste momento da sociedade, onde o empoderamento de pessoas negras é um fato, e sua representatividade passa a aumentar em diversas esferas, o conceito de “epidermização do racismo” de Fanon (2008), passa a perder força, no sentido de que pessoas pretas, à medida que se veem devidamente representadas, passam a se empoderar e a valorizar a sua negritude. Para Fanon (2008) a “epidermização do racismo” ocorre quando o negro acredita que ao se deparar com situações de racismo, deve reagir com complexo de inferioridade, e se iludir, tentando pensar, agir e falar como se fosse branco. Mas quando a estratégia é percebida pelo branco, então todas as máscaras brancas caem, pois: “onde quer que se vá, o preto permanece um preto”.

4.1.1. A TV Globo

Em razão da sua importância e seu alcance como meio de comunicação nacional, iremos utilizar em nossa análise, exemplos de produtos midiáticos pertencentes ao conglomerado Globo. A rede globo³⁹ de televisão é a segunda maior rede de televisão do mundo, tendo alcance de 98,60% do território brasileiro, cobrindo 5490 municípios e cerca de 99.5% do total da população brasileira. E o Grupo Globo é um dos principais conglomerados de mídia do planeta, sendo um dos maiores produtores de telenovela do mundo, com transmissões no exterior pela Globo Internacional e serviço de assinatura, o sinal da Globo também é disponibilizado na internet e pelo serviço sob demanda Globoplay.

4.1.2. Em Pauta – GloboNews

Em 2020, após o assassinato de George Floyd e em meio aos debates e manifestações sobre as tensões raciais nos Estados Unidos e sua repercussão no Brasil, o telejornal “Em Pauta” da GloboNews, programa exibido de segunda a sexta-feira das 20h às 22h00, que analisa de forma mais aprofundada os fatos marcantes do dia, com comentários feitos por jornalistas localizados em São Paulo, Brasília, Rio de Janeiro, Buenos Aires e Nova York, escala um time de apresentadores brancos para debater pauta sobre racismo. As redes sociais imediatamente

³⁹

Disponível em: <https://somos.globo.com/> Acessado em: 03 de fevereiro de 2024.

reagiram a escalção da emissora e em meio a críticas e cobranças do público, no dia seguinte, a emissora convida um time de apresentadores negros para enfim discutir o tema racismo com a propriedade necessária. É importante ressaltar que o canal GloboNews é fechado para assinantes, possuindo uma visibilidade menor se comparado ao Jornal Nacional, líder absoluto de audiência, exibido na tradicional rede Globo de televisão, porém optamos por estudar este exemplo, pois segundo Globo (2023) vários programas exibidos nos canais fechados lançam tendências e possibilidades que podem ser exploradas futuramente nos canais abertos da emissora, como observar-se-á mais adiante neste capítulo.

Figura 24 - “Em Pauta”, na GloboNews, reúne jornalistas brancos para discutir racismo e vira meme⁴⁰



Foto: Reprodução /Globo News

Acima, reproduzimos um dos comentários dos internautas acerca da opção de colocar jornalistas brancos para discutir a pauta de preconceito racial. O comentário foi feito no antigo *Twitter*, atual X, sendo alvo de inúmeras curtidas e compartilhamentos. A situação expõe a estrutura do racismo brasileiro, onde mesmo em um país que, segundo dados do IBGE, possui 56% da população composta por pessoas autodeclaradas pretas e pardas, apenas uma minoria é representada na televisão, até mesmo quando o assunto é racismo. Para Bonilla-Silva (2020, p.58) o racismo é uma estrutura, isto é, uma rede de relações sociais, nos níveis social, político, econômico e ideológico, que configura as oportunidades de vida das várias raças. No caso

⁴⁰

Disponível em:

<https://www.significados.com.br/meme/#:~:text=Meme%20%C3%A9%20um%20termo%20grego,usu%C3%A1rios%20rapidamente%2C%20alcan%C3%A7ando%20muita%20popularidade.>

Acesso em: 03 de fevereiro de 2024.

específico do programa *Em Pauta*, é relevante observar que sua estrutura básica é formada hegemonicamente por jornalistas brancos, e nesse sentido, a crítica da audiência nas redes sociais, passa a refletir a dimensão estrutural do racismo. Bonilla-Silva (2020) analisa a ideologia racial dos brancos e, a ideologia, racial ou não, é produzida e reproduzida na interação comunicativa. Por isso todas as ideologias desenvolvem um conjunto de parâmetros estilísticos, que nada mais é que a forma de transmitir suas ideias ao público. Os enquadramentos que ligam uma ideologia racial particular estão enraizados nas condições e experiências das raças com base no grupo e constituem, no nível simbólico, as representações desenvolvidas por esses grupos para explicar como o mundo é ou deveria ser. As estruturas raciais permanecem no seu lugar pelas mesmas razões que outras estruturas o fazem. Uma vez que os atores racializados como “brancos”, ou como membros da raça dominante, recebem benefícios materiais da ordem racial, eles lutam (ou recebem passivamente os múltiplos salários da branquitude) para preservar seus privilégios. Em contraste, aqueles definidos como pertencentes à raça ou às raças subordinadas lutam para mudar o status quo (ou se resignam sua posição). Aí reside o segredo das estruturas raciais e da desigualdade racial em todo o mundo. Elas existem porque beneficiam os membros da raça dominante (Bonilla-Silva, 2020, p. 58).

Sob o ponto de vista do que Bonilla-Silva pondera, foi muito relevante o fato dos realizadores do telejornal terem ouvido as reclamações da audiência e terem invertido a relação de representantes negros. A edição foi considerada histórica por reunir um time de jornalistas negros, falando sobre suas experiências como pessoas negras, e a forma como eles enfrentaram as questões raciais para alavancar melhores postos em sua carreira jornalística. O “*Em Pauta*”⁴¹ de 03 de junho de 2020, foi apresentado sob o comando de Heraldo Pereira, a emissora também escalou cinco jornalistas negras para debater o tema racismo, são elas: Maju Coutinho, Flavia Oliveira, Zileide Silva, Aline Midlej e Lilian Ribeiro. Porém, antes mesmo de repassar o programa para o jornalista Heraldo Pereira, o apresentador oficial do “*Em Pauta*”, Marcelo Cosme, leu um editorial sobre o assunto, reconhecendo o erro da emissora:

Os jornalistas que dividiram comigo a cobertura ontem, todos experientes e de alto nível profissional, eram todos brancos. Eu estaria mentindo se dissesse que foi um acidente. A Globo

⁴¹ “*Em Pauta*” edição histórica - Disponível em: <https://g1.globo.com/globonews/globonews-em-pauta/video/no-em-pauta-jornalistas-relatam-experiencias-com-racismo-8601095.ghtml> Acessado em: 03 de fevereiro de 2024.

tem a diversidade como valor e se orgulha dos profissionais negros que têm frente às câmeras e por trás delas. Profissionais de altíssimo nível, que comandam, alguns, a apresentação de telejornais na GloboNews e na TV Globo. E busca e continuará buscando ampliar essa diversidade. Mas, por razões históricas e estruturais de nossa sociedade também aqui na Globo, os colegas ainda não são tantos quanto desejável (Bonilla-Silva, 2020, p. 47). Os brancos desenvolveram explicações poderosas, que acabam se tornando justificativas para a desigualdade racial contemporânea que os isentam de qualquer responsabilidade pelo status das pessoas de cor. Tais explicações emanam de uma nova ideologia racial que rótulo de “racismo da cegueira de cor”, essa ideologia explica a desigualdade racial contemporânea como resultado de uma dinâmica não racial.

As práticas raciais atuais operam segundo o modelo “ora você vê, ora você não vê”. No campo econômico, a discriminação de “rosto sorridente” (“Não temos trabalho agora, mas, por favor verifique mais tarde”), o direcionamento de pessoas de cor altamente instruídas e qualificadas a empregos mal remunerados ou empregos com oportunidades limitadas de mobilidade são as novas formas de manter as minorias em uma posição secundária (Bonilla-Silva, 2020, p. 47). Para Bonilla-Silva (2020) uma das razões pelas quais brancos e pessoas de cor, em geral, não concordam acerca de questões raciais se deve ao fato de elas conceberem termos como “racismo” de modo muito diferente. Para a maioria dos brancos, racismo é preconceito, ao passo que para a maior parte das pessoas de cor o racismo é sistêmico ou institucionalizado. Em todas as áreas da vida social, negros e brancos permanecem, na maior parte das vezes, separados e desiguais. Um exame minucioso nas áreas de habitação, educação e interação social cotidiana revela, surpreendentemente, pouco progresso desde a década de 1960 (Bonilla-Silva, 2020). Quando a raça surgiu na história, ela formou uma estrutura social (um sistema social racializado) que concedia privilégios sistêmicos aos europeus (os povos que se tornaram “brancos”) em detrimento dos não europeus (os povos que se tornaram “não brancos”). Logo, a estrutura racial de uma sociedade é a totalidade das relações e práticas sociais que reforça o privilégio branco (Bonilla-Silva, 2020, p. 22).

Figura 25 - Após críticas nas redes sociais, GloboNews exibe o “Em Pauta” em edição histórica, apenas com apresentadores negros



Foto: Reprodução/ GloboNews

No encerramento do programa, Heraldo Pereira voltou a referenciar o meme “rapaziada, a pauta é racismo”, que criticou o programa na véspera por trazer apenas apresentadores brancos. Eu quero fazer um agradecimento especial ao Irlan Simões, que tuitou. Quero agradecer a ele e a todos que retuitaram. Às vezes, a gente acha que está fazendo tudo certo, mas a gente erra. E as redes sociais estão aí para nos ajudar a corrigir esses erros. Hoje e no futuro (Heraldo Pereira, “Em Pauta”, 03 de junho de 2020, Globo News). A movimentação das redes sociais com a viralização do meme no Twitter⁴² e no Facebook, fez com que a opinião pública forçasse um posicionamento antirracista da própria emissora, que corrigiu o erro em uma edição histórica contando apenas com apresentadores negros e reforçando o seu compromisso com a diversidade. Dessa forma a mídia televisiva passa a responder os próprios anseios da sociedade e a refletir a busca por um ambiente mais diverso. Castells (2019) nos ajuda a compreender sobre a importância desses movimentos nas redes, pois como a comunicação sem fio se baseia em redes de práticas compartilhadas, ela é a tecnologia de comunicação apropriada para a formação espontânea de comunidades de prática envolvidas na resistência à dominação; isto é, *comunidades insurgentes instantâneas*. Como os atores sociais selecionam e usam as tecnologias de acordo com suas necessidades e interesses, as pessoas que reagem individualmente contra a dominação institucional e, no entanto, precisam encontrar apoio para sua revolta, irão se voltar naturalmente para as formas de comunicação que usam em sua vida cotidiana, tanto para serem elas próprias quanto para estarem juntas com aqueles com quem querem compartilhar significado e prática (Castells, 2019, p. 416).

Durante esta edição histórica do telejornal “Em Pauta”, exibida no dia 03 de junho de

42

A rede social Twitter atualmente se chama X.

2020, com a presença de todos os jornalistas negros, houve o compartilhamento do relato pessoal de cada apresentador, sua trajetória de vida, obstáculos enfrentados, e a superação do racismo estrutural ao longo da carreira jornalística. Os relatos pessoais geraram momentos emocionantes durante a exibição do programa, causando comoção do público. Seleccionamos alguns, que traduzem as dificuldades enfrentadas por pessoas negras sob a ótica do racismo estrutural presente na sociedade brasileira. Os aspectos abordados pelos jornalistas, trazem como subtemas: a subalternização do negro, a diferença salarial entre negros e brancos, a exposição a violência policial entre moradores de favelas e a ruptura discursiva causada pela morte de George Floyd.

A fala de Lilian Ribeiro durante o programa:

Foi a educação que me ajudou a furar esse bloqueio. Meus pais não conseguiram chegar à universidade, sou filha de um policial militar e uma dona de casa. E meu pai, seu Paulo, que deve estar assistindo agora, teve um ano que ele tinha uma calça jeans e ele não comprou outra porque, se investisse na calça, não ia conseguir pagar a escola. E aí era aquela técnica que muita gente conhece, de secar a calça atrás da geladeira para o plantão seguinte no quartel. É um investimento muito duro para uma família conseguir que o filho chegue à universidade e alcance sucesso profissional. Acho que não precisa ser assim, as pessoas não precisam sofrer tanto para conseguir chegar e, por isso, como sociedade, a gente tem que repensar o acesso à educação e às vagas de trabalho (Lilian Ribeiro, “Em Pauta”, 03 de junho de 2020, Globo News).

Sou da primeira turma da política de cotas do estado do Rio. (Lilian Ribeiro, “Em Pauta”, 03 de junho de 2020, Globo News).

Lilian reflete sobre a importância da educação para superar a barreira existente entre negros e brancos, observou a importância da política de cotas raciais para garantia da educação, ressaltou as dificuldades financeiras e estruturais até a sua chegada na universidade e ocupação de postos de trabalho. Pois a pobreza advinda do processo de subalternização de pessoas negras, que ocupam postos de trabalho mal remunerados, impõe a necessidade de escolhas em relação aos seus investimentos, não sendo possível viver em uma plenitude e ter todas as suas necessidades supridas. No relato de Lilian, o pai, um policial militar, escolheu não comprar uma calça jeans para investir nos estudos da filha. A apresentadora Maju Coutinho disse que o Brasil também precisa encarar os problemas que aqui existem:

Precisa discutir isso não só baseado na experiência americana. Tem que olhar para nossos João Pedro, nossas Ágatha. A gente tem que encarar esse tema aqui porque parece que quando fala dos Estados Unidos encara de forma proativa e quando é a violência policial brasileira, que extermina na maioria das vezes negros, a gente meio que esconde. Então é hora de escancarar essa violência que também ocorre aqui e é muito grave (Maju Coutinho, “Em Pauta”, 03 de junho de 2020, Globo News).

Maju relata as mazelas da violência policial brasileira e o extermínio de jovens negros,

pois a polícia costuma proteger brancos que residem em bairros privilegiados e mata com frequência cidadãos negros residentes em favelas. A jornalista cita o caso de João Pedro, que foi baleado durante uma operação policial em São Gonçalo, após sua casa ter sido alvo de mais de 70 disparos. Outro caso citado por Maju foi o da menina Agatha Felix, que foi morta no complexo do alemão, após ser atingida por uma bala, quando estava no banco traseiro de uma Kombi, retornando de um passeio com a mãe. A narrativa de Maju tem grande importância simbólica, pois trata-se de uma mulher negra, exercendo o lugar de fala de uma jornalista, no maior conglomerado de comunicação do Brasil, denunciando a violência policial provocada por agentes do Estado brasileiro. As apresentadoras Aline Midlej e Maju Coutinho, fizeram declarações que corroboram com a ideia de ruptura causada pelo assassinato de George Floyd:

“Os Estados Unidos nunca mais serão os mesmos” (Aline Midlej, “Em Pauta”, 03 de junho de 2020, Globo News).

“Foi emocionante a filha de George Floyd dizendo: Meu pai mudou o mundo”. (Maju Coutinho, “Em Pauta”, 03 de junho de 2020, Globo News).

Nos excertos acima, a percepção de uma ruptura discursiva foi ressaltada pelas apresentadoras, pois a morte de Floyd repercutiu mundialmente e possibilitou, entre outras coisas, o debate sobre as estruturas do racismo e até mesmo a exibição da edição histórica deste telejornal. Foi possível notar que após a edição histórica do telejornal, a jornalista Flávia Oliveira passou a fazer parte do quadro fixo de comentaristas do “Em Pauta”, enquanto Heraldo Pereira continuava como apresentador do Jornal das Dez, que posteriormente, passou a ser apresentado por Aline Midlej. Atualmente Heraldo é coapresentador do Bom dia Brasil em Brasília. Para Bonilla-Silva (2020) nenhum regime racial existe na pureza e no isolamento, isto é, ele sempre articula vários modos de dominação. Em segundo lugar, regimes raciais, à semelhança dos econômicos, passam por ciclos. Dessa forma, não é possível sabermos se estamos vivendo de fato uma mudança do ponto de vista racial, ou apenas passando por um novo ciclo das questões raciais no Brasil.

4.1.4. Primeira dupla negra na bancada do Jornal Nacional

Em 14 de abril de 2022 Aline Midlej e Heraldo Pereira fizeram uma edição histórica⁴³ como a primeira dupla de apresentadores negros a apresentarem o Jornal Nacional, o jornal

⁴³ Edição Histórica do Jornal Nacional – Disponível em: <https://rd1.com.br/heraldo-pereira-e-aline-midlej-comandam-jornal-nacional-juntos-e-web-aprova/> Acessado em: 03 de fevereiro de 2024.

mais importante e tradicional do país. Esse feito chegou a se repetir em junho de 2023 quando os apresentadores substituíram novamente Renata Vasconcellos e William Bonner por alguns dias. O fato foi bastante comemorado nas redes sociais e apresenta um cenário de mudanças simbólicas e históricas para o jornalismo televisivo brasileiro, devido a importância do JN para a consciência coletiva dos telespectadores, habituados por décadas a assistir o telejornal sendo apresentado, na maioria das vezes, apenas por apresentadores brancos.

Figura 26 - Aline Midlej e Heraldo Pereira, primeira dupla negra no principal telejornal da TV Globo



Foto: Reprodução/ TV Globo

Heraldo Pereira estreou como titular do JN em 2002. Sendo o primeiro âncora negro do telejornal, 32 anos após sua estreia. Em fevereiro de 2019, Maju Coutinho, foi a primeira mulher a fazer parte da bancada do Jornal Nacional. É importante ressaltar que Heraldo e Aline apenas substituíram os apresentadores habituais do Jornal em uma única edição, William Bonner e Renata Vasconcellos continuam à frente do telejornal, logo, ainda temos uma longa jornada até a presença efetiva de pessoas negras entre âncoras do Jornal Nacional. Além do mais, a presença de profissionais negros deve se estender aos repórteres, correspondentes, produtores e diretores, dessa forma a diversidade será de fato alcançada junto a emissora, e não apenas uma questão mercadológica, eventual e passageira.

Para Bourdieu (1997) o mundo do jornalismo é um microcosmo que tem leis próprias e que é definido por sua posição no mundo global e pelas atrações e repulsões que sofre da parte dos outros microcosmos. O jornalismo é influenciado pelas mudanças do mundo e anseios da sociedade, que passa a pressionar os meios de comunicação por mudanças concretas quando o assunto é representatividade. Um dos movimentos das lutas políticas, a nível das trocas

cotidianas ou na escala global, é a capacidade de impor princípios de visão de mundo, óculos tais que as pessoas vejam o mundo segundo certas divisões (os jovens e os velhos, os estrangeiros e os franceses). Ao impor essas divisões, formam-se grupos, que se mobilizam e que, ao fazer isso, podem chegar a convencer de que existem, a fazer pressão e a obter vantagens. Nessas lutas, hoje, a televisão desempenha um papel determinante. Os que ainda acreditam que basta se manifestar sem se ocupar da televisão correm o risco de errar o tiro: é preciso cada vez mais produzir manifestações para a televisão, isto é, manifestações que sejam de natureza a interessar às pessoas de televisão, dadas as suas categorias de percepção, e que, retomadas, amplificadas por elas, obterão sua plena eficácia (Bourdieu, 1997, p. 30).

Ainda segundo o autor, é necessário ocupar o espaço televisivo para ganhar visibilidade e trazer eficácia a sua causa, logo, a presença de apresentadores negros no jornal nacional é fundamental para solidificar a ideia de ser e existir, e assim obter as vantagens simbólicas desse acontecimento. Para Debord (1997) os meios de comunicação de massa são a manifestação superficial mais esmagadora da sociedade do espetáculo. Já sob o ponto de vista do espetáculo, qualquer acontecimento que chama a atenção dos telespectadores e pode ser transformado em conteúdo noticioso, poderia ser enquadrado na categoria de espetáculo (Kellner, 2003). É importante levar em consideração que o espetáculo existe também nos telejornais, onde surge o conceito de “infoentretenimento”. Conceito criado por Kellner, que advém do inglês “infotainment”, que significa a fusão da informação com o entretenimento em um mesmo universo comunicacional (Kellner, 2003, p.15).

As emissoras produzem notícias e atrações, e mesmo que contenham conteúdo informativo, sempre haverá uma aparência de entretenimento, a ideia principal é a de proporcionar aos telespectadores um escape da realidade e dos problemas do dia a dia. Isso quer dizer que embora o evento seja histórico e representativo para a população negra, ele também possui a sua parcela de entretenimento e espetáculo. Mesmo considerando o caráter simbólico do enfrentamento ao racismo. Pois os espetáculos são aqueles fenômenos de cultura da mídia que representam os valores básicos da sociedade contemporânea, determinam o comportamento dos indivíduos e dramatizam suas controvérsias e lutas (Kellner, 2003, p. 5).

4.1.5. Ascensão negra

No exemplo discutido acima foi possível observar um incremento de pessoas negras no jornal *Em Pauta*. Acreditamos que essa ação, ainda que restrita, decorre de políticas de equidade racial implementadas por grandes conglomerados de comunicação. Para Bonilla-Silva (2020) o desenvolvimento de uma política de mudança racial é um assunto complexo, mas para aqueles de nós que aspiram a viver em uma sociedade na qual raça, classe, gênero e outras clivagens sociais se tornem irrelevantes, trabalhar nesse enigma é uma obrigação. A televisão brasileira costumava reproduzir realidades baseadas em uma hierarquia racial, que tinha os brancos como personagens principais de suas histórias, ignorando a imensa maioria brasileira, que tem 56% de negros e pardos segundo o IBGE. Uma vez que a vida grupal dos vários grupos racialmente definidos se baseia na hierarquia e dominação, a ideologia dominante expressa como “senso-comum” os interesses da raça dominante, enquanto ideologias de oposição tentam contestar esse senso comum, fornecendo enquadramentos, ideias e histórias alternativas, baseados nas experiências das raças subordinadas (Bonilla-Silva, 2020, p. 33).

Atualmente novos enquadramentos raciais passaram a fazer parte do dia a dia do telespectador brasileiro, com um efeito revolucionário do ponto de vista da diversidade no meio televisivo. Fanon (2008) acreditava que o negro era invisibilizado por estereótipos e, portanto, pertencia ao lugar do não ser, do não existir, ao silenciamento, sobretudo por internalizar os estereótipos que o diminuíam, então a única coisa que resta ao negro é se afirmar. Tornar o invisível visível, afirmar-se como ato político, ou seja, declarar o corpo negro como um lugar de intermediação intelectual e social. Então ao invés de buscar aceitação pelo branco, afirmar-se como negro seria uma boa solução política. O momento atual da televisão brasileira passa a refletir a ideia de Fanon (2008) no sentido de que é possível afirmar-se como negro e ainda assim tornar-se visível. Para Fanon (2008) a visibilidade do negro passaria a representar a compreensão do heterogêneo, então máscaras negras e máscaras brancas passariam a coexistir e se afirmar. Todos somos afetados pela racialização e pela ideologia racial. Ninguém está livre dos efeitos dessas forças sociais, mas o impacto e a direção do efeito dependem da posição da pessoa na ordem racial.

Figura 27. Aline Midlej, apresentadora do Jornal das 10



Foto: Reprodução/GloboNews

Figura 28. Maria Julia Coutinho - Apresentadora do Fantástico



Foto: Reprodução/ TV GLOBO

As apresentadoras Aline Midlej e Maju Coutinho ganharam evidência na programação do grupo Globo. Aline passou a apresentar o Jornal das Dez, transmitido pela Globo News, e Maju Coutinho tornou-se uma das apresentadoras do Fantástico, um dos programas de maior destaque da rede Globo. Aline Midlej surgiu inicialmente como apresentadora de programas matinais na grade da Globo News, destacando-se por sua versatilidade e habilidade em decodificar notícias complexas em uma linguagem simples e de fácil compreensão pelo público. Maju Coutinho iniciou sua carreira televisiva como a “garota do tempo”, apresentando as previsões climáticas nos telejornais da rede Globo, devido ao seu desempenho profissional e

forte carisma, tornou-se apresentadora do Jornal Hoje, sendo posteriormente alçada a apresentadora do Fantástico.

Segundo Globo (2023) *Fantástico, o Show da Vida* estreou em agosto de 1973 como revista eletrônica que reúne jornalismo, esportes, entretenimento e variedades. O programa tem a maior audiência da tv brasileira aos domingos, uma abertura curta, coreografada e a clássica vinheta “É fantástico!” Os quadros do programa apresentam reportagens especiais, apresentações musicais, prestação de serviço, clipes e entrevistas exclusivas. É o programa que tradicionalmente encerra o domingo, e seus assuntos seguem sendo repercutidos durante a semana. Se a vinheta do Fantástico sinaliza no imaginário popular que o fim de semana acabou, a presença de Maju Coutinho como apresentadora de um dos programas de maior sucesso da televisão brasileira, demonstra a inserção simbólica de 56% da população autodeclarada preta e parda, que passa gradativamente a existir na televisão, pois para Bourdieu (1997) ser é ser percebido na televisão.

A cor da pele retinta de Maju Coutinho, seu cabelo crespo, somados a um figurino de alta costura, gerou grande aceitação pelo público, sobretudo o público negro, que identificou-se imediatamente com a apresentadora do programa dominical. A rede globo de televisão foi muito elogiada pela escolha de Maju e os índices de audiência permaneceram estáveis. Aline Midlej assumiu o Jornal das Dez e trouxe dinamismo e jovialidade ao programa, trata-se do último telejornal do dia, ela recebe convidados para debater assuntos diversos, mas o foco do programa são os impactos das decisões políticas que afetam a vida do telespectador. A apresentadora Flávia Oliveira é uma das comentaristas fixas do Jornal das Dez, e por vezes observamos reflexões relevantes advindas de duas mulheres negras no espaço televisivo da Globo News. Se pensarmos que, numa pirâmide racial, homens brancos estão no topo e mulheres negras estão na base, a presença de Aline Midlej neste espaço televisivo demarca simbolicamente o sentido de existência, resistência, pertencimento e liberdade de opinião.

4.1.6. Big Brother Brasil

Figura 29 - Participantes do Big Brother Brasil 2021



Foto: Divulgação/ TV Globo

O BBB 21⁴⁴ foi a edição com o maior número de participantes negros em mais de 20 anos de programa, por isso várias questões de cunho racial foram abordadas e amplificadas em alcance nacional e com grande audiência, temas como racismo, privilégio branco e ativismo negro foram abordados e debatidos poucos meses após 2020, ano marcado por tensões raciais diversas. O Big Brother Brasil é um produto da empresa holandesa Endemol que foi exportado para o Brasil e teve sua primeira edição no país em 2002. Cada país conta com suas especificidades, mas em todos é possível ver que o reality é composto por participantes selecionados dentro de um enorme número de inscritos e que todos se dispõem a ficar trancados em uma casa durante três meses, tendo sua intimidade exposta para milhares de espectadores em tempo real e em episódios editados pela produção. Os competidores disputam provas semanais e se enfrentam pela preferência do público, que, ao final, irá consagrar um deles como vencedor. O programa que se propõe a mostrar a vida real também mistura a ficção com o objetivo de cativar o público e mantê-lo diante da tela (Sorgine, 2017).

Os reality-shows, em especial o BBB, por seu grande impacto e difusão na sociedade é visto como um dos programas televisivos formadores de opinião, já que o telespectador pode influenciar no jogo e mudar o seu curso. Assim, o público constrói uma ideia de realidade que é transmitida por meio da televisão, criando suas impressões de acordo com o que é passado e, consequentemente, podendo ser influenciado pelas narrativas fabricadas pela produção e

⁴⁴ Big Brother Brasil 21 – Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Big_Brother_Brasil_21 Acessado em 03 de fevereiro de 2024.

direção. Sendo assim, é como se o reality-show pudesse, a partir de sua realidade-ficção apresentada, alterar conceitos e percepções no mundo do “lado de fora”, que acontece independentemente do curso do programa (Sorgine, 2017, p. 9). Para Sorgine (2017), o BBB, devido ao seu impacto na sociedade, é visto como um programa televisivo formador de opinião, logo, os seus participantes, vigiados 24 horas por dia, são capazes de impactar a sociedade, no sentido de formar opinião a respeito de vários temas, entre eles o racismo. Em uma edição com o maior número de participantes negros, é possível que as temáticas raciais passem a fazer parte dessa programação, e assim, o público, passa a conhecer as dores e os anseios dessa camada da população, representada entre seus participantes. Entre os assuntos levantados durante essa edição do programa, o privilégio branco foi um dos mais comentados pelo participante Fiuk⁴⁵, que reconheceu que tinha privilégios por ser homem, heterossexual e branco. Fiuk é filho do cantor Fábio Júnior, grande galã das décadas de 1980 e 1990. Durante uma dinâmica do programa, após usar maquiagens e trajes femininos exagerados, Fiuk teve a postura questionada por uma das participantes, e após o incidente, pede desculpas e reconhece seus privilégios.

Fiuk: “A gente é branco, a gente é hétero e a gente é privilegiado... Me desculpe por ter participado disso.”

A fala de Fiuk repercutiu nas redes sociais, gerando grande comoção do público, provocando discussões a respeito da branquitude e do privilégio branco, temas nunca antes citados em um *reality show* da tv aberta brasileira. A maioria das pessoas, principalmente as brancas, nega inicialmente ser racista e reconhece o impacto do racismo sobre a vida das pessoas negras e indígenas. No entanto, a maioria dessas pessoas brancas não reconhecem os privilégios decorrentes das desigualdades raciais em suas próprias vidas (Bento, 2002, p. 42).

A palavra “privilégio”, no contexto da branquitude, invoca imagens de uma vida habituada ao luxo, aproveitando os mimos dos super ricos. Quando falo de privilégio branco, não quero dizer que as pessoas brancas tenham uma vida fácil, que nunca tenham lutado ou que nunca tenham vivido na pobreza. Mas o privilégio branco é o fato de que, se você é branco, sua raça quase certamente afetará positivamente a sua trajetória de vida de alguma forma. E você

⁴⁵ Fiuk e o Privilégio Branco – Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Big_Brother_Brasil_21
Acessado em 03 de fevereiro de 2024.

provavelmente nem vai perceber (Eddo-Lodge, 2019, p. 82). Porém é importante frisarmos que, de acordo com Schucman (2014), apesar da representação hegemônica da branquitude, que lhe garante um lugar de privilégio, isso não se traduz necessariamente na garantia de que todos os sujeitos brancos terão uma vida de satisfação. Schucman (2014) que também se debruçou sobre o que é ser branco entre os próprios brancos; e constatou a existência de limites internos dentro do próprio grupo racial branco, sendo a classe social um grande limite da categoria branco. Segundo a pesquisadora, a pobreza aproxima os brancos pobres de grupos raciais explorados, ou seja, brancos e pobres passariam pela mesma opressão que outros pobres sofrem, independentemente de gênero, raça ou região.

Figura 30 - Big Brother Brasil 2023



Foto: Reprodução/ TV GLOBO

Figura 31 - Participantes do BBB 23 tiram foto exaltando colorismo negro



Foto: Reprodução/ TV GLOBO

O Big Brother Brasil 2023⁴⁶ trouxe um número ainda maior de participantes negros da

⁴⁶ Big Brother Brasil 2023 – Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Big_Brother_Brasil_23
Acessado em: 03 de fevereiro de 2024.

história do programa, ou seja, o número mais próximo de participantes que retratariam de forma mais próxima a realidade racial brasileira. A Endemol⁴⁷, que é dona do formato do reality show Big Brother, ordenou que todos os seus programas ao redor do mundo contassem com metade do elenco diverso em questões raciais e de gênero. A empresa alega estar comprometida com a justiça racial, inclusão e diversidade, refletindo a audiência dentro e fora das telas. O BBB é um dos programas de maior faturamento da rede Globo, e por contrato, a emissora deve seguir os moldes estabelecidos pela Endemol. O reality show BBB tem uma profunda relação com as redes sociais, sendo responsável por diversos debates sobre vários temas na atualidade. E muitos destes debates são fomentados pelas polêmicas e, para Amossy, qualquer polêmica é “rica de ensinamentos, na medida em que revela muitas coisas sobre a sociedade e a época na qual o discurso polêmico circula no espaço público” (Amossy, 2017, p. 49).

Amossy (2017) também acredita que a dicotomização pode auxiliar na formação de uma sociedade mais justa, plural e argumentativa. Outro ponto interessante do BBB 23, é que entre o número de pessoas negras escolhidas para compor o elenco, há negros retintos, mas há também pessoas pardas (negros menos retintos ou mestiços), o que nos permite tratar sobre outro ponto importante nos estudos raciais, o colorismo, que faz com que negros com tons de pele mais claros tenham alguns privilégios se comparados a negros mais retintos, os quais não poderiam disfarçar sua negritude.

Entre os participantes negros da edição de 2023, Fred Nicácio foi o que mais se destacou. Fred é médico e apresentador de televisão, e durante vários momentos desta edição, compartilhou sua trajetória de vida e as dificuldades superadas até tornar-se médico. Fred Nicácio demonstrou ser adepto de uma religião de matriz africana, e sua participação possibilitou o debate sobre racismo religioso e harmonia entre diferentes religiões. Três participantes brancos do programa BBB 23 ficaram aterrorizados ao ver Fred Nicácio fazendo orações do culto de Ifá (religião de matriz africana). Um deles avisou que abandonaria o *reality show* caso Nicácio insistisse nas rezas. Em uma dinâmica do BBB 23, fora da casa, Fred Nicácio assistiu as conversas preconceituosas e não conseguiu segurar as lágrimas:

Isso não é interpretação equivocada, é julgamento, intolerância religiosa. Isso é muito

⁴⁷ Banijay/ Endemol - Estratégia de Diversidade e Inclusão, Disponível em: <https://www.endemolshineuk.com/wp-content/uploads/2021/07/Diversity-and-Inclusion.pdf> Acesso em: 03 de fevereiro de 2024.

grave. Isso machuca muito. Isso mata pessoas no Brasil inteiro. Isso destrói a fé e aniquila pessoas. Isso é muito sério. Isso machuca a gente (Fred Nicácio, BBB23, Globo 2023).

Nesta edição histórica do BBB, com o maior número absoluto de participantes negros, esperava-se que a conduta religiosa dos participantes fosse respeitada, mas não foi o que aconteceu. Após o incidente, o apresentador do programa, Tadeu Schmidt, dedicou um tempo para falar sobre intolerância religiosa. Após a exposição do caso em rede nacional, segundo dados do Senado Federal⁴⁸, no ano de 2023, o número de denúncias de intolerância religiosa teve um salto em relação aos anos anteriores. Isso quer dizer que as discussões internas presentes no BBB 23 servem de vitrine para nossa sociedade, que se identifica, se informa e produz mudanças para além do programa. Por isso a importância de participantes negros nesta edição foi tão comemorada apesar dos percalços.

O racismo religioso é o ataque a pessoas negras pelo simples fato de seguirem uma religião de matriz africana, seja ela qual for. O racismo religioso é um dos braços do racismo estrutural, que funciona como um sistema político, econômico e social, que coloca o negro como uma minoria em termos de poder, embora sejam a maior parte da população nacional (Munanga, 2019, p.04). Segundo Globo (2023) o BBB23, em que pese ter sido a edição com o maior número de participantes negros, também foi a edição com a menor audiência da história da atração, com uma média de 18,3 pontos de audiência. Especialistas acreditam que o formato saturado e a baixa audiência da novela que antecede o *reality show* podem explicar a baixa audiência. Após queda em 2023, o BBB 24 terminou com audiência em alta e recorde de patrocinadores.

Munanga (2019) faz algumas observações relevantes sobre o colorismo e mestiçagem no Brasil, segundo ele a maior parte das populações afro-brasileiras vive hoje nessa zona vaga e flutuante. O sonho de realizar um dia o “passing”, que enfraquece o sentimento de solidariedade com os negros indisfarçáveis. Estes, por sua vez, interiorizam os preconceitos negativos contra eles forjados e projetam sua salvação na assimilação dos valores culturais do mundo branco dominante. Daí a alienação que dificulta a formação do sentimento de solidariedade necessário em qualquer processo de identificação e de identidade coletivas. Tanto

⁴⁸ Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2023/03/racismo-religioso-cresce-no-pais-prejudica-negros-e-corroi-democracia> Consultado em: 03 de nov. 2024.

os mulatos quanto os chamados negros “puros” caíram na armadilha de um branqueamento ao qual não terão todos os acessos, renunciando à formação de sua identidade de “excluídos” (Munanga, 2019, p. 83).

Ou seja, o colorismo faz com que negros de pele mais clara tenham menos identificação com negros retintos, tornando-se mais cômodo a busca pelo ideal de branquitude ao invés da luta por equidade racial, geralmente travada por negros retintos. Sem dúvida, o conceito de pureza racial, que biologicamente nunca existiu em nenhum país do mundo, se aplicaria muito menos ainda a um país tão mestiçado como o Brasil. No entanto, confundir o fato biológico da mestiçagem brasileira (a miscigenação) e o fato transcultural dos povos envolvidos nessa miscigenação com o processo de identificação e de identidade, cuja essência é fundamentalmente político-ideológica, é cometer um erro epistemológico notável. Se, do ponto de vista biológico e sociológico, a mestiçagem e a transculturação entre povos que aqui se encontram é um fato consumado, a identidade é um processo sempre negociado e renegociado, de acordo com os critérios ideológico-políticos e as relações do poder (Munanga, 2019, p. 102). Para Munanga (2019) a identidade racial brasileira, devido à mestiçagem, é um processo negociado, que levaria em conta as relações de poder e as vantagens e desvantagens em se declarar preto, branco ou pardo.

4.1.7. Pacto Global pela Equidade Racial

Avaliamos que os exemplos discutidos anteriormente, tendem a se solidificar, visto que em outubro de 2022 a rede Globo⁴⁹ de televisão anunciou mudanças na estrutura do setor de entretenimento e a criação de um setor de diversidade, especializada sobretudo nos conteúdos produzidos em novelas, séries, e programas da grade. A nova estrutura baseia-se em quatro pilares: conteúdo, produção, talentos e diversidade e inovação em conteúdo. O grupo Globo, como um grande conglomerado de comunicação brasileiro, sabe da importância, da urgência e da cobrança da sociedade por conteúdos que reflitam cada vez mais a realidade do país. Pautas raciais, de gênero, classe e regionalidades passam a ser agora uma preocupação real da

⁴⁹ Globo muda estrutura e cria setor de diversidade. Disponível em: <https://natelinha.uol.com.br/mercado/2022/10/26/globo-muda-estrutura-e-cria-setor-de-diversidade-189163.php> Acessado em: 03 de fevereiro de 2024.

emissora, que passou a adequar-se a essas questões: A rede Globo também é signatária de um pacto global junto a ONU, o compromisso foi assinado no ano de 2020, chama-se Pacto Global pela Equidade Racial⁵⁰, isso também explica o aumento do protagonismo negro em novelas e no jornalismo.

Castells (2019, p.13) acredita que a realização da transformação social na sociedade em rede ocorre pela reprogramação das redes de comunicação que constituem o ambiente simbólico para a manipulação de imagens e para o processamento de informações em nossas mentes, os determinantes finais das práticas individuais e coletivas. Todas as mudanças realizadas no conteúdo simbólico podem impactar e gerar transformações na representatividade da vida real, essa transformação social e o aumento da diversidade e inclusão nas telas da televisão, são responsáveis pela representatividade e senso de pertencimento de uma parcela da população antes invisibilizada. A criação de novos conteúdos e novas formas nas redes que conectam mentes, podem se refletir na sociedade. Se sentimos ou pensamos de maneira diferente ao adquirirmos novo significado e novas regras para fazer sentido desse significado, agimos de maneira diferente e acabamos por transformar a maneira como a sociedade opera, subvertendo a ordem existente ou alcançando um novo contrato social que reconhece novas relações de poder como resultado de mudanças na mente pública (Castells, 2019, p. 467).

É importante ressaltar que a rede Globo de televisão é uma emissora que possui interesses mercadológicos e ideológicos, esses aspectos são facilmente percebidos ao longo de sua programação. Atualmente, é considerado politicamente correto valorizar outras raças e etnias, colocando-se numa postura de ativismo pelos direitos humanos. Ademais, a população negra tem se organizado e exigido maior assertividade por parte das mídias. A Federação Nacional dos Jornalistas - FENAJ, segue promovendo ações visando a igualdade racial no jornalismo e combate a discriminação. A federação considera que as relações raciais são uma questão estrutural da sociedade brasileira e que os jornalistas precisam atuar para diminuir o fosso existente entre brancos e negros.

⁵⁰ Pacto Global Rede Brasil - ONU Disponível em: <https://www.pactoglobal.org.br/pg/equidade-e-prioridade> Acessado em: 03 de fevereiro de 2024.

4.1.8. Protagonismo de personagens negros nas novelas

Segundo Araújo (2008) o histórico da representação de negros nas novelas é marcado por estereótipos: a empregada doméstica, o motorista, peão da fazenda, o escravo e o bandido. A representação de negros como protagonistas de suas próprias histórias eram escassas, e suas tramas existiam sempre em função de algum personagem que fosse branco. O médico, o fazendeiro, um grande executivo ou mesmo o mocinho. O elenco principal da novela *Cara e Coragem*⁵¹, que estreou em 30 de maio de 2022, exaltou o protagonismo negro, os personagens de Taís Araújo, Paulo Lessa, Ícaro Silva e Claudia Di Moura são ricos, bem-sucedidos e estão em papéis de destaque e protagonismo na trama. A autora, Claudia Souto, relata um avanço em relação à representatividade de pessoas negras na televisão: "Esperamos mudar a visão. Não é revolucionar, mas é dar um passo adiante."

Figura 32 - Elenco principal da novela Cara e Coragem da TV Globo



Foto: Divulgação/ TV Globo

Ao longo da trama as discussões sobre raça não foram evidenciadas, assim como não são evidenciadas discussões sobre raça quando a trama envolve personagens brancos. De modo que os protagonistas seguem uma vida normal, sem a necessidade de ativismo ou reafirmação do que são. A novela apresenta uma visão não estereotipada dos negros e de seu legado histórico, a maior parte do núcleo principal é composta por pessoas negras, relativamente jovens

⁵¹ Elenco da novela *Cara e Coragem* - Disponível em: <https://gente.ig.com.br/tvenovela/2022-05-16/cara-e-coragem-tais-araujo-claudia-di-moura-e-icaro-silva-falam-da-importancia-dos-negros-na-novela.html>
Acessado em: 03 de fevereiro de 2024.

e de excelente aparência, quebrando totalmente o estereótipo do homem negro sujo, animalesco, rudimentar e subalternizado, como era costumeiramente representado nas novelas da emissora. A escolha da autora possibilitou o processo de normalização de pessoas negras em posição de poder no imaginário do telespectador. Na trama, Clarice Gusmão, representada por Taís Araújo, é diretora de uma Siderúrgica e incentivadora do departamento de pesquisa que é comandado por Jonathan Azevedo, representado por Guilherme Weber, que desapareceu após desenvolver uma revolucionária fórmula secreta. Uma das curiosidades desta novela, é a quebra dos estereótipos raciais tradicionalmente conhecidos, neste enredo, uma personagem negra é uma mulher rica, independente e protagonista de sua história, e em contrapartida o vilão é representado por um homem branco. Invertendo os papéis entre quem historicamente representaria o mocinho e o vilão. Cara e Coragem foi sucedida pela novela Vai na Fé, que seguiu a fórmula, apresentando personagens negros como pessoas batalhadoras, corajosas e de boa índole.

A representatividade em novelas é um passo importante, pois práticas discursivas utilizadas podem ser traduzidas em práticas sociais se a forma de circulação das mensagens for efetiva, pois elas geram códigos que são naturalizados e, transformados em uma espécie de hábito para sua audiência, bem como são organizados por “significados dominantes ou preferidos” (Hall, 2006, p. 123). Retratar negros em novelas brasileiras como figuras de sucesso profissional e bem realizadas, ajuda a diminuir o peso dos estereótipos de pessoas pretas em novelas, sendo historicamente retratados como porteiros, empregadas domésticas, moradores de rua e outros tipos. Para Hall (1997) além do que se pode perceber visualmente, os significados implícitos dos estereótipos também fazem parte da representação, pois o estereótipo reduz, essencializa, naturaliza e marca a diferença.

O inovador, no exemplo da novela Cara e Coragem, é a ideia de uma quebra na replicação de estereótipos advindos da relação de poder que subalterniza os negros, pois neste exemplo, os negros é que estão no poder. Para Araújo (2008, p. 979), "nenhum dos grandes atores negros parece ter escapado do papel de escravo ou serviçal na história da telenovela brasileira". Sob a perspectiva de Ribeiro (2017, p.10) os personagens negros estão sempre envolvidos em uma constante luta de enfrentamento ao racismo, o que privaria os personagens de uma história onde os negros seriam protagonistas de suas próprias vidas. Além disso, as mulheres negras estariam sempre presentes em posição de subalternidade, como empregadas

domésticas, babás ou faxineiras. Neste sentido, *Cara e Coragem* traz uma inovação. Pois a ideia de representação de negros em novelas com papéis de subalternidade ou mesmo complementando a história de algum personagem branco, não existe, pois o protagonismo é todo negro, as histórias são sobre eles, as relações de poder os colocam como ricos e bem-sucedidos, com vilões e mocinhos.

A identidade na sociedade contemporânea é cada vez mais mediada pela mídia que, com suas imagens, fornece moldes e ideais para a modelagem da identidade pessoal (Kellner, 2011). Por isso é fundamental que pessoas negras passem a ser retratadas nas novelas, em posições de poder e não apenas na ótica do bandido ou da empregada doméstica, como era de costume. A possibilidade de poder se identificar midiaticamente, com personagens bem-sucedidos, ajuda na construção de uma identidade positiva a indivíduos de outras realidades raciais. Resgatando a ideia da sociedade de espetáculo, atores e celebridades que aparecem nas novelas e nos reality shows, seriam considerados “ícones da cultura da mídia, os deuses e deusas da vida cotidiana” (Kellner, 2003, p. 6). E a inclusão de pessoas negras nesse universo é um passo fundamental para a diversidade e inclusão.

Ao longo dos últimos anos, atores importantes surgiram, fomentaram e despertaram mudanças na narrativa midiática brasileira no que tange a abordagem de temas raciais. Acreditando na gênese de uma mudança de narrativa em relação ao olhar da mídia e dos meios de comunicação para pessoas negras, foram sugeridos alguns eventos-chaves ao longo dessa trajetória e pontuamos algumas mudanças observadas nos últimos anos, com enfoque no discurso e na forma como pessoas negras são representadas. O domínio do discurso está intimamente relacionado ao poder, e quem domina o discurso é capaz de influenciar a sociedade (Van Dijk, 2010; Foucault, 2008; Mbembe, 2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observou-se mudanças na forma com que os jornais passaram a retratar pessoas pretas, sobretudo após uma série de eventos de cunho racial ocorridos no ano de 2020. Acreditamos que o ano de 2020 foi um divisor de águas para os temas raciais e a mídia, pois após os eventos brutais que ocorreram nos Estados Unidos, com o assassinato de George Floyd, e no Brasil, com os casos do menino Miguel do Recife e de Alberto Freitas de Porto Alegre, originou-se várias reflexões e debates sobre racismo nos meios de comunicação em geral. O debate racial fomentado por estes eventos produziu então mudanças internas e externas nas estruturas midiáticas brasileiras, sobretudo televisivas, que passaram a contar com apresentadores, atores de novela, cinema e até programação com discussões de temáticas negras. Tanto a percepção de mudanças que ocorreram na reprodução de notícias a partir do jornalismo digital em jornais da web, quanto na produção e exibição de programas de comunicação de massa na televisão aberta (novelas e *reality shows*) e até mesmo na publicidade, observou-se mudanças históricas e novas abordagens a respeito do tema. Ancoras de jornais, protagonistas de novela, presença representativa em *reality shows*, enfim, todos esses episódios de mudança tem como semente os debates ocorridos após o assassinato de George Floyd nos Estados Unidos, no ano de 2020, e seu impacto global a respeito do racismo na abordagem policial e outras questões relacionadas ao tema. Os casos locais, como a morte do menino Miguel, que caiu da janela de um prédio no Recife, e Alberto Freitas, espancado até a morte em um supermercado de Porto Alegre, também foram responsáveis por uma espécie de despertar da sociedade brasileira a respeito de um assunto muitas vezes invisibilizado, ou menosprezado, o racismo.

Isso não quer dizer que o racismo discursivo tenha acabado, por vezes, ainda é possível encontrarmos com facilidade muitas matérias e entrevistas enviesadas na imprensa em geral, porém notamos uma nova guinada, uma busca por mudanças, um processo de inclusão e reconstrução na retratação de narrativas negras nos meios de comunicação, e como exemplo, apresentou-se alguns programas da emissora de televisão mais influente do Brasil, a rede globo, com exemplos de mudanças na programação e a busca por diversidade como um compromisso da emissora. O exemplo da rede globo é importante pois reverbera em vários meios de comunicação no Brasil, neste sentido a rede globo de televisão, dona de um importante conglomerado de comunicação no Brasil, citada neste trabalho como exemplo de elite

simbólica, que reproduz uma narrativa ideológica e domina o discurso, passa então a reproduzir novas narrativas. Focalizamos as novas narrativas adotadas pelos meios de comunicação e nas mudanças observadas na programação televisiva, tanto na tv aberta, quanto na tv por assinatura e sobretudo, nos jornais on-line, na forma de relatar, narrar histórias e reproduzir notícias que retratam pessoas negras.

Conforme indica Barbero (2001) os produtos da cultura pop, sejam filmes, séries, novelas, programas de TV e a própria publicidade “começam transformando os modos de vestir e terminam provocando uma metamorfose dos aspectos morais mais profundos” (Barbero, 2001, p. 58). É justamente partindo desse pressuposto pontuado por Barbero (2001, p.58) que se observou uma guinada direcionada ao antirracismo, a inclusão de pessoas negras na programação de televisão e novas narrativas nos jornais on-line, onde pessoas negras passam a ser protagonistas de suas histórias e o racismo passa a ser denunciado e discutido com a imparcialidade devida. Acredita-se que os eventos racistas que ocorreram em 2020 tiveram grande contribuição na reflexão, debate e mudança de pensamento e redirecionamento midiático. O que se defende neste trabalho, é que o mesmo mecanismo usado para a reprodução do racismo narrativo, também pode e está sendo utilizado pelas mesmas elites para a implementação de práticas antirracistas, o movimento que se observa nos meios de comunicação em geral, sobretudo nos últimos quatro anos, é de inclusão de narrativas negras.

Seja na publicidade, nas novelas, nos jornais em geral, na programação televisiva, começa-se a observar cada vez mais a inclusão de personagens negros, narrativas negras e produtos voltados para pessoas negras. Começa-se a perceber uma narrativa antirracista nos meios de comunicação em geral no atual período, uma mudança impulsionada pelas redes sociais e pela internet. Para Van Dijk (2021), o antirracismo é como um movimento social que tem como objetivo fazer oposição a todas as formas de racismo, pressupondo a existência do racismo como sistema generalizado de dominação racial ou étnica. Uma teoria do antirracismo, em geral, e do discurso antirracista, em particular, ainda precisa ser formulada, principalmente devido à influência das mídias sociais, tais como Facebook, Twitter, Instagram, YouTube e outras formas de acesso ao discurso público antirracista – os discursos das elites, de políticos, jornalistas e estudiosos não parecem mais exclusivos, muito menos dominantes. Estudos do discurso racista e antissemita, por exemplo, no Facebook e no Twitter, parecem confirmar essas mudanças na formulação e circulação do discurso público. Em outras palavras, esses estudos

do discurso racista mostram uma reprodução não mais de cima para baixo, com base no discurso da elite, mas também pelo menos com uma importante fonte “popular” (Van Dijk, 2021, p. 39).

Van Dijk reconhece que a escrita, embora pareça apenas uma união de palavras, desempenha um papel vital na reprodução do racismo contemporâneo, podendo ser um influente tipo de prática discriminatória (Van Dijk, 2018). Partindo dessa ideia analisou-se a forma como os personagens negros foram retratados nas matérias compostas no *corpus* deste trabalho, e observou-se mudanças positivas na retratação desses personagens, estaria ocorrendo uma mudança mental em nossa sociedade? A análise do corpus desta pesquisa nos mostra uma inclinação ao discurso antirracista, ou mesmo uma busca pela imparcialidade, e uma teoria do discurso antirracista define, antes de tudo, tal discurso como uma forma de prática antirracista, em geral, e como ação e interação comunicativa e social, em particular. De fato, provavelmente a forma mais frequente e influente de atividade dos movimentos sociais são textos e interações. Como vimos, histórias e outros gêneros do discurso são cruciais na expressão e comunicação dos aspectos cognitivos dos movimentos e de seus membros, como modelos mentais pessoais de experiências racistas e de resistência, conhecimentos, atitudes e experiências antirracistas compartilhadas, além de grupos, planos e metas (Van Dijk, 2021, p. 36).

Exatamente por isso analisou-se neste *corpus* programas como o Big Brother Brasil 2023, o maior reality show do Brasil, que neste ano teve o maior número de participantes negros, retratando essa inclinação e mudança de cultura na empresa que é modelo para a comunicação social brasileira em geral, seja na televisão, nos jornais on-line e na mídia em geral. Percebeu-se na análise do *corpus* deste trabalho grande imparcialidade na reprodução das notícias e percebe-se na imprensa em geral ao longo dos últimos anos mudanças na reprodução de notícias, sobretudo ligadas a minorias, o racismo passou a ser percebido e explicitamente condenado. Esse movimento e comportamento passa a ser observado, imitado, tornando-se terreno fértil para o antirracismo. Diversas emissoras brasileiras passaram a implementar estratégias de diversidade de corpos, gênero e raça em sua programação televisiva geral. Porém a rede globo ganhou grande destaque, sobretudo no jornalismo. O jornalismo atual busca agora um outro olhar, uma nova abordagem, que foge a cobertura hegemônica e passa a privilegiar os povos socialmente oprimidos, não é diferente quanto à técnica, mas é reconhecido por legitimar o discurso antirracista no processo de comunicação. Ele se diferencia pela abordagem que é dada aos fatos e pela escolha do que será publicado, sendo capaz de gerar uma quebra dos

valores e costumes incutidos na sociedade. A ideologia antirracista está baseada em valores de igualdade e de justiça, mas também de reparação histórica.

O que ficou claro ao longo desse estudo, é de uma inclinação dos meios de comunicação a uma postura antirracista, com o capitalismo explorando novos nichos de mercado a partir da inclusão e diversidade, além de uma busca, ainda que muitas vezes filosófica, por uma sociedade mais justa e menos desigual. Mesmo com o cumprimento de metas do ponto de vista social, ainda assim a inclusão de pessoas negras visa a maximização dos lucros e a satisfação dos acionistas. É o caso da rede Globo, a maior emissora do país, referência na comunicação brasileira e signatária da agenda 2030 das Nações Unidas. Que adotou como ferramenta de gestão de negócios, a agenda ESG de governança corporativa. Isso explicaria o aumento da diversidade em sua programação geral.

A rede globo de televisão, a maior emissora de televisão do país, foi muitas vezes citada ao longo deste trabalho devido a mudanças percebidas em sua programação geral ao longo dos últimos quatro anos, especialmente após o ano de 2020, tomado como uma espécie de primavera racial norte-americana e brasileira, devido a repercussão dos crimes raciais ocorridos neste período, que levou a uma intensificação de suas ações no que diz respeito à diversidade. Porém, essa mudança não foi uma coincidência pontual, apenas o reflexo da agenda ESG. Governança ESG nada mais é do que um conjunto ações de governança ambiental, social e corporativa (do inglês, *environmental, social, and corporate governance* - ESG). A ESG é uma abordagem ou perspectiva apoiada pela Organização das Nações Unidas - ONU, que avalia o quanto uma corporação trabalha para o alcance de objetivos sociais indo além da maximização de lucros por parte de seus *stakeholders*. Deste modo, a organização trabalha a fim de alcançar objetivos ambientais, sociais e corporativos, neste último, visa-se que a corporação seja gerida de acordo com os princípios de diversidade, equidade e inclusão.

As corporações que adotam o padrão ESG, conseguem mensurar se sua organização está cumprindo os objetivos propostos, a partir da adoção dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 das Nações Unidas. O cumprimento dos tópicos constantes nesta agenda, são o que há de mais moderno na gestão corporativa mundial, e mesmo havendo o processo inclusivo de pessoas, das mais diversas formas, ainda assim, garante-se que os lucros seguem sendo devidamente alcançados. Porém a empresa passa a ter outros valores e princípios

norteadores que vão impactar o mundo ao seu redor para além de apenas uma perspectiva de lucro. A Globo (2023) relata em seu relatório ESG do ano de 2022, ambições e metas 2030 (referência a Agenda 2030 da ONU). Estas ambições e metas que constam em seu relatório gerencial, trazem, entre outros quesitos, a diversidade de gênero e raça como alvos a serem alcançados e melhorados ao longo do tempo, logo, a diversidade de gênero e raça passam a ser encarados como um valor intangível para a emissora, que devem ser alcançados, valorizados e mantidos por cada membro da organização.

Observando a meta pública de promover diversidade na composição do conselho de administração da emissora, propõe-se aqui uma mudança estrutural de fato, pois exigiria que o conselho fosse composto por mais membros de gênero, raça ou orientação sexual diversa do que se costuma encontrar nesse tipo de conselho administrativo, ocupados por homens brancos em sua maioria. E obviamente, uma mudança neste nível gerencial refletiria em toda a empresa, pois como as decisões são tomadas de cima para baixo, uma vez que o mais alto nível gerencial muda, toda a empresa sentiria seus efeitos, e por se tratar de uma empresa de comunicação, toda a sociedade passaria a ser impactada de alguma forma e em algum grau. Mesmo considerando a intenção da diversidade em seu conselho de administração, quadro de funcionários e programação geral, o relatório de gestão da rede Globo ainda aponta a hegemonia de homens brancos em seu quadro de funcionários, e em que pese o fato de que diante das câmeras houve um avanço no fator diversidade, como visualizou-se ao longo deste trabalho, ainda assim, a rede globo como empresa, possui 65,1% do quadro de empregados compostos por pessoas brancas, sendo que 76,7% são homens (Globo, 2023, p. 100).

Considerando que 65.1% dos funcionários da rede globo de televisão são brancos, é possível dizer que a diversidade não está, no momento, sendo praticada de fato dentro da organização, logo, as mudanças propostas ainda não puderam ser observadas nos números oficiais. A empresa causou forte transformação em sua grade televisiva, com a criação de programas, conteúdos e até na contratação de apresentadores, atores e profissionais negros, mas internamente continua predominantemente branca. No quesito diversidade de gênero, observou-se um predomínio de homens nos órgãos de governança da emissora, ou seja, os cargos executivos são, em sua maioria, ocupados por homens. Precisamente 76.7% dos chefes executivos são do sexo masculino, e apenas 23,3% das chefias executivas são ocupadas por mulheres. Caso leve-se ainda em consideração o quesito cor da pele, então é possível

depreender que a empresa é muito pouco diversa em dois requisitos importantes: gênero e cor. Tendo em sua maioria homens brancos ocupando os principais cargos de comando, ou seja, tomando as principais decisões. Em razão do cenário de pouca diversidade, a emissora passou a adotar indicadores para mensurar padrões de sustentabilidade financeira.

O Conselho de Administração da TV Globo possui 60% de homens em cargos de comando, e apenas 40% de mulheres ocupam cargos de cunho executivo, sendo que, entre os profissionais da alta cúpula administrativa da emissora, apenas 17% são negros. Ou seja, homens e pessoas brancas estão representados em sua maioria entre os ocupantes da alta gestão executiva da emissora. Entre os profissionais da área fim, sejam eles, câmeras, apresentadores, jornalistas, atores, atrizes e etc., 61% são homens e apenas 39% mulheres. Com a presença de 35% de negros em seu quadro de profissionais. Porém, entre os demais funcionários da emissora, ocupantes prováveis de cargos de apoio, como camareiras, maquiadoras, cabelereiras, e etc. 58% são mulheres, 42% são homens, e entre todos, 55% são negros, ou seja, mais da metade. O que demonstra que entre profissionais de baixa escolaridade e menos especializados, a maioria das trabalhadoras são mulheres e negras. Estes dados demonstram que a adoção das ferramentas de gestão ESG evidenciam uma forma moderna de agregar valor junto aos acionistas, seguindo técnicas modernas da agenda 2030, adotando mecanismos de sustentabilidade e pluralismo, mas que, na prática, ainda estão bem distantes de um modelo ideal de inclusão da diversidade em seus quadros funcionais em todos os níveis organizacionais. Os dados trazidos por Globo (2023) demonstram uma emissora dividida entre a realidade dos números empresariais e a lógica televisiva. Observou-se um aumento expressivo de inclusão da diversidade na programação da emissora, mas a gestão da empresa segue sendo executada por homens brancos.

O que se observa com os dados trazidos por Globo (2023) é que a perspectiva do antirracismo é uma visão perseguida pela emissora como empresa, e a implementação das ferramentas de gestão ESG comprovam essa busca, porém na prática, esse antirracismo se restringiu a programação televisiva, que segue dando seus primeiros passos com mais diversidade na programação, porém, na organização interna da emissora, os tomadores de decisões, as chefias, os cargos de comando, segundo os dados analisados, seguem sendo predominantemente homens brancos. Para compreender e analisar o antirracismo junto aos meios de comunicação, necessita-se primeiramente compreendê-lo. As duas definições sobre

antirracismo propostas por Van Dijk (2021) deixam claro que para que ocorram ações antirracistas, é necessário que antes de tudo se reconheça o racismo. Pois não existe o antirracismo sem o reconhecimento do racismo. Logo, a adoção de medidas antirracistas busca reparar e de fato resistir a qualquer tipo de abuso de poder baseado na desigualdade étnico-racial.

No caso dos meios de comunicação brasileiros, e na mídia em geral, necessita-se que antes de qualquer mudança, haja um reconhecimento sobre a história do Brasil, a escravidão, os privilégios históricos da branquitude e um despertar para mudanças no discurso, pois o discurso é a peça fundamental desta engrenagem, por envolver mecanismos cognitivos capazes de gerar mudanças de fato. Antes de tudo, o discurso é provavelmente a mais complexa das atividades humanas, mais sofisticado até do que a linguagem humana. Em segundo lugar, conforme já colocado, o discurso expressa e comunica estruturas mentais complexas, incluindo intenções, objetivos, conhecimentos, opiniões, atitudes, normas, valores e ideologias. Assim, o discurso antirracista não apenas possui estruturas discursivas específicas, como tópicos, temas, argumentos, narrativas, metáforas ou léxico antirracistas, mas também é baseado em cognições antirracistas específicas, como atitudes, normas, valores e ideologias que reproduz (Van Dijk, 2021, p. 13).

O racismo e o antirracismo podem ser encarados numa perspectiva de poder e contrapoder, Muniz Sodré (2005) nos diz que a mídia desempenha um importante papel na luta contra o poder hegemônico, as produções midiáticas ajudam na determinação de uma cultura. Os meios de comunicação e a própria mídia exercem grande poder nos dias atuais. Sendo estes meios poderosos o suficiente para influenciar culturalmente, ditar hábitos e definir padrões. O relatório da empresa McKinsey & Company publicado em março de 2021, revela que tanto o cinema quanto a TV estadunidense perdem em torno de dez bilhões de dólares ao ano pela ausência de representatividade negra.⁵² Nesse sentido, ao incluir pessoas negras na programação televisiva e no jornalismo, gera-se lucro, pois esse público passa a consumir e a se reconhecer em uma programação mais inclusiva. A busca por representatividade na programação televisiva, nos comerciais, nas matérias jornalísticas e na mídia em geral, busca encontrar uma identidade cultural contemporânea, e essa nova identidade é antirracista. A identidade é

⁵² Disponível em: <https://www.mckinsey.com/featured-insights/diversity-and-inclusion/black-representation-in-film-and-tv-the-challenges-and-impact-of-increasing-diversity> Acessado em: 03 de fevereiro de 2024.

realmente algo formado ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. Existe sempre algo “imaginário” ou fantasiado sobre a sua unidade. Ela permanece sempre incompleta, está sempre “em processo”, sempre “sendo formada” (Hall, 2019, p. 39).

Racismo, antirracismo e sua reprodução, dependem do discurso e de quem domina o discurso. Segundo Hooks (2019) “os supremacistas brancos reconheceram que controlar as imagens é central para a manutenção de qualquer sistema de dominação racial” (Hooks, 2019, p. 30). Logo, possibilitar a experiência real da diversidade na mídia, é uma forma de exercer o contrapoder em relação ao sistema hegemônico. A comunicação antirracista se beneficiou do momento de fragilidade na hegemonia cultural e iniciou uma transformação no enfoque e na inclusão de fatos, notícias, matérias e conteúdos gerais com uma representação positiva de pessoas negras e não brancas. O ano de 2020, e os crimes raciais encarados neste ano (George Floyd, menino Miguel e Alberto Freitas do Carrefour), foram importantes responsáveis por essa espécie de reflexão forçada, ou, usando as palavras de Foucault (2008), ruptura, sobre o racismo estrutural junto a sociedade e nos meios de comunicação em geral, causando um “antes e depois” antirracista, sobretudo no Brasil, com mudança na programação televisiva hegemônica e mudança no jornalismo e no discurso jornalístico conforme analisado neste trabalho.

Os novos cenários criados a partir dos eventos de 2020, nos trazem novas abordagens e novos atores, a aposta na diversidade faz com que jornalistas negros estejam entre os novos repórteres do jornal local e nacional, novos âncoras na cobertura televisiva, novos personagens nas novelas locais, porém jornalistas negros ainda são minorias entre os jornalistas presentes em grandes redações no país, embora mais representados visualmente na televisão, ainda são minorias quando se trata de formação de opinião na mídia escrita, justamente por isso nota-se a ausência de um poder de influência que hoje pertence aos jornalistas brancos, o poder de formar uma opinião e de fato influenciar e ter suas ideias publicadas.

Segundo Castells (2019) o poder é a capacidade relacional que permite a um ator social influenciar assimetricamente as decisões de outro(s) ator(es) social(is) de formas que favoreçam à vontade, os interesses e os valores do ator que detém o poder. O poder é exercido por meio de coerção (ou a possibilidade de coerção) e/ou pela construção de significado com base em discursos por meio dos quais os atores sociais orientam suas ações (Castells, 2019). Ao longo

do presente trabalho, ao analisar a rede Globo como emissora, seu poder como elite simbólica e como empresa, notou-se que apesar de inserir mais personagens negros em sua programação geral, a estrutura executiva de tomada de decisão seguiu sendo masculina e branca, ou seja o poder segue nas mãos da branquitude.

Na formação de opinião jornalística, novamente, os jornalistas brancos tendem a ter mais poder na hora de emitir opiniões e ter suas ideias difundidas, pois neste caso, são maioria nas redações em geral, ou seja, possuem mais poder de influência e capacidade relacional por meio do discurso como enfatiza Castells (2019, p.12). No Brasil a branquitude possui autoridade e exerce influência na sociedade em geral, presente em posições de poder, na definição de padrão do que é bom, justo e belo e na disseminação desse modelo. Mas é apropriado diferenciar poder e influência. Um poder que não possa exercer influência claramente não é poder (Han, 2019, p22).

O racismo e as estratégias para combatê-lo, assim como o antirracismo que vem surgindo nos meios de comunicação nacionais, atuam como uma estratégia de contrapoder, uma reação à hegemonia da branquitude, e embora as mídias não se organizem em si como um espaço de poder, múltiplas interações entre mídias e processos de poder são possíveis. As mídias podem ser cobradas pela ação no interior de uma estratégia do poder. Mas podem também operar de maneira desestabilizante para a ordem dominante. Por esse motivo, o poder totalitário procura ocupar os espaços midiáticos. E a formação de uma opinião pública não pode ser pensada separada do desenvolvimento midiático (Han, 2019).

Por outro lado, o poder estabelecido historicamente no Brasil, ou seja, o poder da branquitude, é um poder pobre ou sem mediação, que desenvolve uma estrutura de coerção que leva à opressão do outro. Com isso, se aproxima da violência. Do lado do poderoso, contudo, pode ocorrer uma sensação de liberdade. Para Han (2019) aquele que detém o poder impõe *sua* decisão, *sua* escolha contra a vontade do outro. E o domínio do discurso segundo Han (2019, p.55) nos orienta sobre quem tem o poder da palavra, pois cada palavra é uma palavra-poder. Os poderosos determinam primeiro o sentido, o horizonte de sentido, ou seja, “o para onde? e para que?” das coisas. Eles geram uma continuidade de sentido a partir da qual as coisas são interpretadas.

Han (2019, p.07) acredita que o discurso se estabelece ao produzir perspectivas e modelos de interpretação que atendem à legitimação e à manutenção de uma ordem dominante. Nesse caso, a ordem dominante é a branquitude, e a impotência significa estar entregue ao outro, se perder no outro. Poder, em contrapartida, significa estar no outro em si mesmo, ou seja, ser livre. Han (2019) estabelece que quanto mais poderoso for o poder, mais silenciosamente ele atuará; onde ele precisar dar mostras de si, é porque já está enfraquecido. Ou seja, os meios de comunicação em geral são operados silenciosamente pela branquitude, que é o padrão em todos os quesitos, seja na mídia escrita, falada, televisionada, na frente e por trás das câmeras, ou seja, a luta antirracista é uma luta contra o poder hegemônico e silencioso da branquitude, que possui o domínio do discurso.

Castells (2019, p.352) argumenta que as relações de poder são construídas em grande medida na mente humana, e se a construção de significado na mente humana é primordialmente dependente dos fluxos de informação e imagens processadas nas redes de comunicação, seria lógico concluir que o poder reside nas redes de comunicação e em seus proprietários corporativos. O poder é multidimensional e está construído em torno de redes programadas em cada esfera da atividade humana de acordo com os interesses e valores de atores que tem poder. Todas as redes de poder exercem seu poder influenciando a mente humana predominantemente (mas não unicamente) por meio de redes multimídia de comunicação de massa. Assim, as redes de comunicação são as redes fundamentais da geração de poder na sociedade (Castells, 2019). E se as redes de comunicação são redes de geração de poder, a representação de uma postura antirracista passa a ter força suficiente para a busca de uma transformação social real. Se o poder é exercido pela programação e comutação de redes, o contrapoder, a tentativa deliberada de mudar as relações de poder, é posto em prática pela reprogramação das redes em torno de interesses e valores alternativos e/ou interrompendo as comutações predominantes ao mesmo tempo que são comutadas redes de resistência e mudança social (Castells, 2019, p. 484).

Castells (2019, p.301) argumenta que a transformação do poder na sociedade em rede é como uma mudança de propriedade dos meios de produção para a propriedade dos meios de comunicação, já que, como alguns teóricos propõem, mudamos da produção de bens para a produção de cultura. Movimentos antirracistas como o Black Lives Matter e outros movimentos sociais equivalentes no Brasil e no mundo, são responsáveis por importantes mudanças e intervenções na forma de se comunicar e de espalhar uma mensagem, servindo como meio

importante de contrapoder em oposição ao racismo e contra a hegemonia da branquitude.

Castells (2019, p.03) defende que envolvendo-se na produção cultural da mídia de massa e desenvolvendo redes autônomas de comunicação horizontal, os cidadãos da era da informação se tornarão capazes de inventar novos programas para suas vidas com os materiais de seu sofrimento, medos, sonhos e esperanças. Eles constroem seus projetos compartilhando suas experiências. Eles subvertem a prática da comunicação convencional ocupando o meio de comunicação e criando mensagem. Eles vencem a falta de poder de seu desespero solitário criando a mensagem. Eles vencem a falta de poder de seu desespero solitário criando uma rede de seus desejos. Eles lutam contra os poderes constituídos identificando as redes existentes. É por isso que a teoria, necessariamente baseada na observação, é relevante para a prática. Se não conhecemos as formas de poder na sociedade em rede, não podemos neutralizar o exercício injusto de poder. E se não soubermos quem exatamente são os detentores do poder e onde encontrá-los, não podemos desafiar sua dominação oculta, mas ainda assim crucial.

E em termos foucaultianos, racismo é acima de tudo uma tecnologia destinada a permitir o exercício do biopoder, “este velho direito soberano de matar” (Mbembe, 2019, p.18). Segundo Mbembe (2019, p.18) o processo de desumanização de pessoas negras os coloca como selvagens, ou seja, seres humanos “naturais”, que carecem do caráter específico humano, da realidade especificamente humana, de tal forma que, “quando os europeus os massacravam, de certa forma não tinham consciência de cometerem crime”. Essa mentalidade persiste até os dias de hoje e sustenta as bases do racismo estrutural na sociedade brasileira, onde pessoas negras seguem sub-representadas em praticamente todas as esferas de poder. O exemplo da “ocupação colonial” caracteriza o homem negro na fronteira do “não ser”, esse processo de invisibilização discursiva, apagamento e ausência de influência e poder de fala é o que define quem pode e quem não pode falar e de quem as ideias podem ser reverberadas. A soberania é a capacidade de definir quem importa e quem não importa, quem é “descartável” e quem não é (Mbembe, 2019, p. 41). Para Mbembe (2019) a definição de ocupação colonial ultrapassa as barreiras físicas de uma delimitação racial e invade o campo simbólico. E essa é a dimensão de poder que reside no racismo. A “ocupação colonial” em si era uma questão de apreensão, demarcação e afirmação do controle físico e geográfico, inscrever sobre o terreno um novo conjunto de relações sociais e espaciais (territorialização), equivalente à produção de fronteiras e hierarquias, zonas e enclaves; a classificação das pessoas de acordo com diferentes categorias;

extração de recursos; e, finalmente, a produção de uma ampla reserva de imaginários culturais. Esses imaginários culturais deram sentido à instituição de direitos diferentes, para diferentes categorias de pessoas, para fins diferentes no interior de um mesmo espaço; em resumo, o exercício da soberania. Soberania significa ocupação, e ocupação significa relegar o colonizado a uma terceira zona, entre o estatuto do sujeito e objeto (Mbembe, 2019, p. 38).

O racismo praticado sistematicamente e de forma franca e quase legítima por parte da branquitude, a coloca como uma formadora de opinião, a que domina o discurso e dita o que é verdade ou não. Os protagonistas da novela *Amor Perfeito*, a apresentadora do *Jornal das 10*, Aline Midlej, o maior elenco de negros no *Big Brother Brasil 2023*, e os protagonistas da novela *Vai na Fé*, também de 2023, ano em que a emissora intensificou as ações em diversidade racial, sobretudo na programação televisiva. Entretanto percebe-se que essa é uma questão de representação visual e não de fato a reprodução da influência, que continua nas mãos de pessoas brancas. A palavra, a ideia, a voz, continua sendo branca. Castells (2019) explica melhor a importância e o conceito de capacidade relacional, fonte da real influência, que atualmente se encontra basicamente nas mãos da branquitude. Capacidade relacional significa que o poder não é um atributo, mas uma relação. Ele não pode ser abstraído da relação específica entre os sujeitos do poder, aqueles que têm o poder e aqueles que estão sujeitos a esse poder em determinado contexto (Castells, 2019, p. 57).

Nesse sentido, o homem branco é um ator importante no cenário das disparidades raciais observadas, a mudança desse cenário só pode ser alcançada a partir da resistência, essa seria a única forma de mudança real para a construção de novas narrativas, tanto nas questões de igualdade racial quanto nas questões de igualdade de gênero e sua influência na discussão de ideias no jornalismo brasileiro. Castells (2019) traça uma ideia importante de contrapoder como uma das alternativas de solução do problema afirmando que quando a resistência e a rejeição se tornam significativamente mais fortes que o consentimento e a aceitação, as relações de poder são transformadas: os termos mudam, o poderoso perde poder, e finalmente há um processo de mudança institucional ou estrutural, dependendo da extensão da transformação dos relacionamentos (Castells, 2019, p. 58).

Toda a análise de Castells (2019) é baseada na interação entre poder e contrapoder (o poder vem amplamente das instituições; o contrapoder, da sociedade civil) na construção das

relações de poder. As formas e processos de comunicação são decisivos em estruturar essa interação (Castells, 2019, p. 34). A partir dessas perspectivas expressas por Castells (2019) o processo de mudança virá da sociedade civil, das redes sociais, da opinião das pessoas que passarão a perceber e repudiar o racismo e assim reproduzir um novo discurso, dessa vez antirracista e conseqüentemente promover uma mudança social que será observada então a partir de novas narrativas, novos personagens nos meios de comunicação, novas histórias sobre pessoas negras e novas representações.

Segundo Castells (2019, p.55) a primavera árabe foi uma onda de protestos no oriente médio que se organizou e utilizou as mídias sociais para enfrentar as diversas tentativas de repressão e censura. Desta mesma forma, os protestos antirracistas desencadeados pelo assassinato de George Floyd nos Estados Unidos em 2020, deflagraram uma onda de manifestações raciais ao redor do mundo e como resultado observou-se as primeiras mudanças na abordagem racial de pessoas negras nos meios de comunicação. Aprofundando as dimensões da discussão entre poder e contrapoder em uma sociedade racializada, a qual indivíduos brancos possuem privilégios, é necessário focalizar a branquitude para a compreensão do privilégio branco e das diversas camadas que permeiam o racismo brasileiro. Evitar focalizar o branco é evitar discutir as diferentes dimensões do privilégio. Mesmo em situação de pobreza, o branco tem o privilégio simbólico da brancura, o que não é pouca coisa. Assim, tentar diluir o debate sobre raça analisando apenas a classe social, que é uma saída permanentemente utilizada, embora todos os mapas que comparem a situação de trabalhadores negros e brancos, nos últimos vinte anos, explicitem que, entre os explorados - os pobres - os negros encontram um déficit muito maior em todas as dimensões da vida: na saúde, na educação, no trabalho (Bento, 2002, p. 26).

Bento (2002) discute as dimensões do poder da branquitude nos índices sociais de saúde, educação e trabalho, onde brancos possuem historicamente os melhores índices e negros encontram-se a margem. O poder simbólico da branquitude segue até os dias atuais, mas as mudanças, ainda que tímidas, já começam a ser percebidas. Ainda assim, a produção de poder continua moldando os processos decisórios, por coerção ou por construção de significado (Castells, 2019). E a maior parte da construção de significados quando se trata de discursos, advém de pessoas brancas, pois elas estão nos espaços de construção de influência, logo é necessário discutir também o lugar da branquitude na construção do discurso hegemônico.

Constatou-se a partir dos resultados da pesquisa de Cândido & Vieira (2020) que a branquitude também é responsável pela manutenção do racismo discursivo em todas as esferas observadas, como ressalta Bento (2002). O que chama a atenção, no quadro de discriminação, é que os dados são contundentes, repetitivos e persistentes, e ainda assim, mesmo quando os profissionais estão implementando programas de promoção da igualdade e combate à discriminação, eles não o reconhecem como parte indissociável do cenário de discriminação racial, de sua reprodução e seu modo de funcionamento. Reconhecem as desigualdades raciais, só que não as associam à discriminação e isto é um dos primeiros sintomas da branquitude (Bento, 2002, p. 28). Na verdade, o legado da escravidão para o branco é um assunto que o país não quer discutir. Há benefícios concretos e simbólicos em se evitar caracterizar o lugar ocupado pelo branco na história do Brasil. Não se reconhecer como partícipe dessa história é não assumir um legado que acentua o lugar de privilégio que o grupo branco desfruta na atualidade (Bento, 2002, p. 25).

A branquitude colhe frutos da desigualdade racial e sobretudo, ao não reconhecer essa desigualdade, atrasa ainda mais o processo de mudança da sociedade brasileira. Por isso, buscando compreender as causas da baixa representatividade de pessoas negras no ambiente de trabalho jornalístico, como citado na pesquisa de Cândido & Vieira (2020), utilizou-se o arcabouço teórico de Bonilla-Silva (2020) que acredita que sob a égide do racismo da cegueira de cor (*colorblindness*) a desigualdade entre brancos e não brancos é justificada pela “dinâmica do mercado” ou “de fenômenos que ocorrem naturalmente e das limitações culturais imputadas aos negros e latinos”. Dessa forma a pouca presença de negros em redações jornalísticas acaba sendo justificada por uma “dinâmica de mercado” e não por repercussões causadas pelo racismo estrutural. Por se tratar de um fenômeno que ocorre dentro das organizações e no ambiente de trabalho, o “racismo da cegueira racial” ultrapassa as concepções que enxergam o racismo como resultado da ação individual. Destaca-se a dimensão estrutural e institucional do racismo, o que permite que a crítica se volte ao sistema que produz os sujeitos raciais e, com eles, a desigualdade (Bonilla-Silva, 2020).

Novamente percebe-se aqui que o racismo é estrutural e estruturante, porém a desigualdade racial na atualidade é reproduzida por práticas de um “novo racismo” que é sutil, constitucional e aparentemente não racial. Segundo a pesquisa de Cândido & Vieira (2020) no que diz respeito à questão de gênero, também observada em consequência da análise, notou-se

que apenas 2% das mulheres negras são responsáveis pela produção de opinião nos jornais brasileiros. O gênero carrega grande simbolismo nas discussões raciais, pois observou-se que as mulheres negras são a base da pirâmide racial brasileira, representando a parte mais frágil e sujeita às maiores discriminações em diversas esferas sociais como reflete Bento (2002, p.44). Em posição de mando ou de autoridade, as trabalhadoras negras afirmaram ser desconsideradas e desprestigiadas por clientes, desrespeitadas por subordinados e usuários; além disso, enfrentavam com frequência uma insistente desconfiança das pessoas que compunham o seu círculo profissional. Restou evidenciada, por exemplo, a dificuldade enfrentada por homens e, especialmente mulheres negras, para atingirem cargos de chefia, uma vez que isto significa reverter a lógica da subordinação branco superior x negro inferior. Assim, nos raros casos em que um negro conquistava mobilidade real na empresa, seus colegas brancos se sentiam incomodados e mais intensa e visível se tornava a discriminação (Bento, 2002, p. 45).

O aumento da presença de pessoas negras nos meios de comunicação, de um modo geral, embora esteja longe do ideal em comparação a quantidade de pessoas autodeclaradas negras no país, ainda dá seus primeiros passos, mas marca o início da representação da diversidade de corpos e narrativas. E do ponto de vista simbólico, todas as representações positivas de pessoas negras nos meios de comunicação devem ser valorizadas. As intersecções entre gênero e raça também são fatores chaves na discussão do racismo, pois sabe-se que mulheres negras representam a base da pirâmide racial, sendo super-representadas em posições de baixo prestígio profissional e sub representadas em posições de influência e prestígio, a exemplo das redações jornalísticas. Ora, analisando os dados secundários obtidos a partir da pesquisa de Cândido & Vieira (2020), observou-se que são homens brancos que dominam as redações de política e economia no Brasil, dois temas primordiais e de grande relevância na sociedade. Em contrapartida, homens negros são representados em sua maioria em empregos e subempregos de pouca autonomia, baixa remuneração e em cargos com baixíssima influência para uma transformação social como pontua Bento (2002, p.49): quando se analisa também o tipo de trabalho e as funções desempenhadas, a situação desvantajosa dos negros salta à vista: o número de empregadores negros não chega à metade do número de empregadores brancos em todas as regiões metropolitanas; trabalhadores negros têm duas a três vezes menos acesso às funções de direção e planejamento; em contrapartida, ocupam maior número de funções não-qualificadas, de execução e apoio em serviços gerais; o contingente de mulheres negras em atividades domésticas é sempre muito elevado em todas as capitais pesquisadas.

Além disso, a representação de pessoas negras em cargos de destaque, atuando em trabalhos de cunho intelectual ou socialmente relevantes segue em níveis baixos, o que favorece pessoas brancas, que já largam na frente, até mesmo pela facilidade de conquistar um emprego, pois não precisam carregar o estigma racial como um fator depreciativo. Mais recentemente, um conjunto de trabalhos sobre “microagressões” raciais registra como as minorias podem ser sutilmente depreciadas em muitas interações de raças. Elas podem ser um exemplo prototípico de como o novo racismo opera, uma vez que as microagressões podem ser crimes de omissão (ou seja, um ambiente exibe apenas símbolos como fotos ou material de leituras relevantes para a cultura branca dominante) ou de autorização, como quando se implica que uma minoria não está qualificada para um trabalho ou para admissão à escola, estando presente só por causa de uma ação afirmativa. É importante ressaltar que o conteúdo dessas mensagens é quase sempre desprovido de apelos raciais explícitos, permitindo que o perpetrador alegue serem elas neutras. Isso faz com que seja muito difícil para as pessoas de cor responderem a esse tipo de agressão. Tais microagressões podem ter um grave efeito sobre a vida das pessoas de cor, pois esse tipo de hostilidade tem sido ligado a várias consequências negativas em relação à saúde (Bonilla-Silva, 2020, p. 77)

As mulheres negras, como base da pirâmide, estão totalmente sub-representadas em posições de relevância e competência técnica, sendo atravessadas por questões de gênero e sobretudo raça. É importante lembrar que as mulheres brancas, em todos os cenários de pesquisa, são sempre as extensões do homem branco e obtêm também grande parte dos privilégios ofertados, pois mesmo que em percentuais menores, quando comparados aos números demonstrados entre homens e mulheres negras, observa-se uma lacuna abissal entre mulheres brancas e homens e mulheres negras respectivamente. Para (Bento, 2002, p. 49) é constrangedor o silêncio de mulheres brancas sobre a situação da mulher negra apontada há mais de 20 anos como aquela que compõe o segmento mais discriminado do mercado de trabalho brasileiro. Tenho usado uma expressão específica para designar esse comportamento das feministas brancas: a indignação narcísica. Há um sentimento de indignação com a violação dos direitos das trabalhadoras, mas só quando essa violação afeta o grupo de pertença.

Considerando que apesar da mídia televisiva, da publicidade e de alguns veículos de

comunicação já inserirem pessoas negras em sua agenda, seja diante das câmeras ou na publicidade, como já citado neste trabalho, ainda assim não se observa a mesma representatividade de pessoas negras em ocupações que formam e disseminam opinião, como é o caso dos jornalistas que atuam como colunistas de jornais. Bento (2002) ao pontuar a discussão sobre discriminação no trabalho, acredita que a ação discriminatória nem sempre é motivada diretamente pelo preconceito. Ocorrendo, muitas vezes, por outras razões como, por exemplo, a manutenção de privilégios. Esta é uma das características da discriminação institucional (Bento, 2002). A pesquisa de Cândido & Vieira (2020) revela que a maioria dos jornalistas de política e economia são homens e brancos, logo, este é um claro exemplo da manutenção de privilégios revelada por Bento (2002). Para Bento (2002) uma boa maneira de se compreender melhor a branquitude é entender a projeção do branco sobre o negro, nascida do medo e cercada de silêncio, fiel guardião dos privilégios. O que se vê comprometido nesse processo é a própria capacidade de identificação com o próximo, criando-se, desse modo, as bases de uma intolerância generalizada contra tudo o que possa representar a diferença.

Ainda debruçando-se sobre o universo laboral, relembra-se a prática do racismo institucional, que é aquele reproduzido por instituições e possui uma dimensão simbólica, incorporada quase que de forma intuitiva pelos membros daquela instituição. O racismo institucional acaba privilegiando pessoas brancas em detrimento de pessoas negras. Quando se relaciona racismo e privilégio branco, percebe-se uma espécie de coexistência, essa dimensão é experimentada por pessoas brancas, como destaca McINTOSHI (1989, p. 10): como uma pessoa branca, me dei conta de que pensava sobre racismo como alguma coisa que coloca outras pessoas em desvantagem, mas não tinha pensado no aspecto de seus resultados, o privilégio dos brancos, o que colocava em vantagem... Eu via o racismo somente como atos individuais de agressão, não como um sistema invisível conferindo dominância para o meu grupo.

Para McINTOSHI (1989) a relação entre racismo e privilégio branco estão imbricadas e qualquer ato que coloque em desvantagem pessoas pretas, automaticamente privilegia pessoas brancas. No Brasil tal sistema de discriminação tem origem nos tempos coloniais, a partir da escravidão de pretos e indígenas, entretanto as suas consequências ainda são vivenciadas nos dias de hoje, todos os índices de desenvolvimento humano entre pretos e pardos são menores se comparados a pessoas brancas, entre eles a qualidade de vida, incluindo moradia, acesso a saúde, tipo de emprego e etc. Os donos dos meios de comunicação de massa, os jornalistas, os

políticos, os profissionais liberais e até mesmo servidores públicos, são, em sua maioria, pessoas brancas, entretanto, segundo dados do IBGE (2010), os que estão inseridos no sistema prisional, no subemprego, trabalhadores domésticos e informais, costumam ser, em sua maioria, pessoas negras ou pardas.

Tais diferenças estão extremamente enraizadas no imaginário do brasileiro médio, que pouco questiona a estrutura social que subalterniza pessoas de cor e privilegia a branquitude. Atualmente, a começar pelos meios de comunicação, temos observado uma mudança e, a inclinação para um ambiente mais diverso e antirracista no cenário comunicacional, porém, apesar das iniciativas de melhoria, ainda vivemos em uma sociedade racializada e dividida entre pretos e pobres e o privilégio dos brancos. Como sistema de dominação, o racismo apresenta dois subsistemas principais. Sua manifestação social ou política consiste em muitas formas de prática racista, geralmente descritas como discriminação. Tais práticas são baseadas em representações cognitivas, como modelos mentais pessoais de eventos específicos, e ideologias ou preconceitos racistas compartilhados socialmente. O discurso racista é uma prática racista por si só, mas também é o principal meio de difusão de preconceitos e ideologias racistas. Nesse sentido, o discurso é uma interface entre as práticas sociopolíticas e as representações sociocognitivas do sistema de racismo (Van Dijk, 2021, p. 10).

Aqui o sistema racial atua em representações cognitivas, a exemplo da princesa, que é sempre uma mulher jovem, bonita e branca. E a representação de um ladrão, que, de um modo geral, é sempre representado pela figura de um homem jovem e negro. Tais “sistemas” estão presentes em nosso imaginário, sendo responsáveis pela idolatria de pessoas brancas e a marginalização de homens negros. Na visão de Bonilla-Silva (2020) tal como direito e seu sujeito de direito, a raça pressupõe a relação entre sujeitos raciais, esses sujeitos raciais têm história. Com isso, pode-se concluir que o racismo é um processo histórico e político de constituição da raça e, portanto, de sujeitos raciais.

Porém para saber se uma situação, evento, ação ou discurso é racista, precisamos não apenas ativar e aplicar nosso conhecimento sobre o racismo e sobre violação de normas e valores sociais específicos. Podemos precisar analisar uma situação social, incluindo seus participantes, ações, interações, discursos, circunstâncias, bem como as intenções ou objetivos assumidos dos participantes e suas identidades, papéis e relações atuais. Em outras palavras,

precisamos reconhecer atitudes (Van Dijk, 2021, p. 30). Reconhecendo atitudes e conhecendo o racismo como uma estrutura presente na sociedade brasileira, encontra-se um contraponto necessário para enfrentamento do problema, o antirracismo, que, como movimento social é mais geral e mais global que o Movimento por Direitos Civis nos Estados Unidos ou que o Movimento Negro no Brasil, por exemplo.

Van Dijk (2021, p.10) argumenta que a teoria do antirracismo como macromovimento social, foi e deve ser inspirada por teorias e pelo movimento feminista. Sua luta e seu discurso oferecem múltiplas estratégias para a resistência antirracista e ajudariam na construção de uma teoria do antirracismo. Entretanto, definir o antirracismo como um macromovimento social requer flexibilização teórica e histórica. Pois se o antirracismo pressupõe o racismo, primeiro precisamos aceitar que a escravidão, como praticada no Brasil, foi uma forma de racismo, mesmo quando as noções de “raça” e “racismo” ainda não existiam, porque era uma forma específica de dominação baseada em raça: de populações negras por populações brancas (Van Dijk, 2021, p.33). Porém, contrariando a história oficial, em sua análise do colonialismo espanhol, Quijano (2005) conclui que a noção de raça já definia as relações hierárquicas entre colonizadores e indígenas desde o século XVI. Portanto, na busca por uma definição mais precisa de antirracismo, Bonilla-Silva (2020, p.06) defende que ser um antirracista começa com a compreensão da natureza institucional das questões raciais e a aceitação de que todos os atores em uma sociedade racializada são afetados materialmente (recebem benefícios ou tem desvantagens) e ideologicamente pela estrutura racial.

Neste trabalho referenciamos alguns produtos midiáticos com os primeiros toques de uma narrativa e discurso antirracista, seja na composição de elenco em papéis de destaque em uma novela, seja a presença massiva de pessoas negras em um reality show de grande visibilidade ou mesmo na bancada do tradicional jornal nacional, essas mudanças foram percebidas na grade de programação da maior emissora de televisão do país e representam uma grande mudança na guinada antirracista sob o ponto de vista simbólico. Van Dijk (2021) ressalta que o discurso antirracista é influenciado pelo discurso do movimento antirracista, não apenas nos meios de comunicação mas nas redes sociais. Como esse discurso é pré-formulado por lideranças, a reprodução do discurso antirracista ainda ocorre, pelo menos parcialmente, de cima para baixo.

Mas foi possível perceber, que o clamor popular foi fundamental para o surgimento das primeiras mudanças na guinada antirracista junto aos meios de comunicação, sobretudo na mídia televisiva. É claro que grandes conglomerados de comunicação além de lucrar com a postura antirracista e a inclusão de narrativas negras em suas pautas e programação em geral, passam também a ganhar poder, como pontua Han (2019, p.84) a nacionalização de uma massa ou a formação de uma cultura nacional, que ocorrem por símbolos ou narrativas, produz uma continuidade de sentido das quais o poder se utiliza. A fragmentação não é eficaz ao poder. O estabelecimento de uma estrutura nacional homogênea de sentido garante a lealdade da massa e, com isso, o domínio.

Sob o ponto de vista de Castells (2019, p.475) os proprietários e controladores das corporações da mídia, sejam eles empresas ou o Estado, são aqueles que, em último caso, decidem o conteúdo e o formato da comunicação de acordo com a melhor fórmula para realizar as metas que eles atribuem à rede: gerar lucro, gerar poder e gerar cultura ou as três coisas juntas. Nesse sentido, defende-se a ideia de que a inclusão de pessoas negras e suas narrativas, além é claro do antirracismo em geral, fazem parte da estratégia dos controladores da mídia para a inclusão da parcela negra da população brasileira (que é a maior parte da população, cerca de 56% segundo dados do IBGE) incluindo esse público como consumidor, que passa a se identificar com a causa, gerando lucro, empoderamento do meio de comunicação e uma nova cultura na organização e consequentemente na sociedade em geral. Em suma, para Castells (2019, p.475) os metaprogramadores que tem a capacidade de formar redes são, eles próprios, redes corporativas, são redes que criam redes e as programam para realizar as metas que essas redes originais incorporam: a maximização dos lucros no mercado financeiro global; poder político crescente para as corporações que pertencem ao governo; e atrair, criar e manter uma audiência como o meio de acumular capital financeiro e cultural. Além disso, a extensão dos investimentos dessas redes de empresas multimídias globais aumenta com as novas possibilidades de comunicação multimodal e interativa, particularmente com a internet e as redes de comunicação sem fio.

Nesta pesquisa observou-se que o movimento Black Lives Matter ressurgiu, sobretudo após o assassinato de George Floyd nos Estados Unidos, com uma estratégia de contrapoder, combatendo o racismo e a violência policial nos Estados Unidos e ampliando o debate discursivamente para o resto do mundo, incluindo o Brasil, usando a internet como ferramenta

para comunicar sua mensagem e transformar a sociedade. Nesse sentido, Castells (2019, p.475) aponta que no momento em questão no ciberespaço, as pessoas podem ter todo o tipo de ideias, inclusive a de desafiar o poder corporativo, dismantelar a autoridade do governo e mudar as bases culturais de nossa civilização que sofre e envelhece. Numa perspectiva de poder, um indivíduo pode até ser forte, mas nunca conseguirá sozinho criar o poder. O poder surge sempre quando os homens agem e atuam juntos e em conjunto, sua legitimidade não consiste nas metas e objetivos que um grupo põe a si mesmo; ela se origina da origem do poder que coincide com a fundação do grupo (Han, 2019, p. 147). Nessa perspectiva, o movimento Black Lives Matter obteve êxito em espalhar mensagens antirracistas nas redes sociais, possuindo forte influência na sociedade em geral e consequentemente sendo reproduzido pela mídia profissional, passando a ganhar credibilidade. Tendências de mensagens antirracistas muito influentes nas mídias sociais costumam ser reproduzidas na mídia profissional e, assim, ter influência secundária por meio de sua legitimação pelo discurso da elite, bem como por seus comentários on-line, fechando, assim o círculo de influência e reprodução (Van Dijk, 2021, p.40).

O caso George Floyd reflete a necessidade da luta contra a violência policial direcionada a pessoas negras e o racismo estrutural, não apenas nos Estados Unidos, mas em todo o mundo, tendo sido um grande antes e depois sob o ponto de vista social e racial, as imagens fortes de um homem negro sendo asfixiado por um policial branco entoando a fatídica frase “i can’t breathe” (não consigo respirar), foi responsável por grandes reflexões e manifestações ao redor do mundo no ano de 2020. Castells (2019, p.471) testifica sobre o teor deste tipo de acontecimento, pois embora interesses econômicos e ambições pessoais sejam postos em prática na carnificina, as pessoas matam outras pessoas motivadas por aquilo que sentem: hostilidade étnica, fanatismo religioso, ódio classista, xenofobia nacionalista e raiva individual. Castells (2019) ainda pontua que a violência e a ameaça de violência sempre se misturam, pelo menos no contexto contemporâneo, com a construção de significado na produção e reprodução das relações de poder em todas as áreas da vida social.

Portanto, as relações de poder foram expressas no episódio George Floyd em todos os momentos, tanto a violência racial simbólica advinda do racismo, assim como o excesso de violência estatal praticada contra pessoas negras, observado a partir do agente que produziu o assassinato de Floyd, um policial estadunidense. A morte do menino Miguel, de 5 anos de idade, que caiu do nono andar de um prédio de luxo no Recife, após ter sido deixado sozinho em um

elevador pela patroa da mãe, escancara as nuances do racismo brasileiro em várias camadas. A mobilização nacional em torno do ocorrido, despertou a necessidade do debate em torno das questões raciais que circundam o caso, a negritude da empregada doméstica, mãe do menino Miguel, contrastando com a branquitude e privilégios da patroa.

Mirtes Renata, empregada doméstica e mãe de Miguel, que trabalhava em meio a uma pandemia, deixando seu filho aos cuidados da patroa branca, despertou o debate sobre as raízes escravocratas do racismo brasileiro, privilégio branco e a importância das vidas negras no Brasil de hoje. O caso foi abraçado pelo movimento negro e pela mídia em geral, provocando amplo debate nas redes sociais e nos meios de comunicação. O caso Beto Alberto Freitas, homem negro, morto a chutes e pontapés em uma unidade do Carrefour em Porto Alegre, trouxe à tona a violência a qual homens negros são submetidos no dia-a-dia, o caso também gerou grande mobilização nacional, tendo ocorrido poucos meses após o caso George Floyd, gerando reflexão sobre os perigos de ser um homem negro no Brasil, o qual muitas das vezes, são caracterizados no inconsciente coletivo como “elemento suspeito”, uma espécie de perfil de pessoa potencialmente perigosa. E novamente, o movimento negro e a sociedade abraçaram o caso.

George Floyd, o menino Miguel e sua mãe, Mirtes Renata, e Alberto Freitas em oposição a Derick Chauvin, policial que asfixiou George Floyd, Sari Corte Real, condenada por abandono de incapaz no caso do menino Miguel do Recife e, Giovane Gaspar da Silva, acusado de espancar Alberto Freitas em uma unidade da rede de supermercados Carrefour em Porto Alegre. Uma característica no mínimo curiosa é que, coincidentemente, todos os culpados pelos crimes raciais praticados nestes casos, são pessoas brancas. Já o Big Brother Brasil 2023 foi o primeiro *reality show* brasileiro com paridade entre participantes negros e brancos, esta edição foi citada nesse trabalho para demonstrar mudanças extraordinárias que ocorreram nos grandes conglomerados de mídia após o ano de 2020, fatídico ano que teve a morte de George Floyd como referência mundial da necessidade de combate ao racismo.

Apresentando metade dos participantes negros, o Big Brother Brasil 2023, abordou uma construção simbólica respeitável no que diz respeito a igualdade racial, sendo um evento que marca a mudança de atitude dos grandes conglomerados de comunicação em relação as representações raciais. De um modo geral, a rede globo de televisão, maior conglomerado de comunicação do país, passa a investir abertamente em diversidade em praticamente toda sua

programação, com mudanças significativas em relação aos apresentadores, atores e histórias a serem contadas. A rede globo de televisão é uma espécie de modelo para outras emissoras e sua mudança de postura em relação a inclusão de pessoas e narrativas negras em toda sua programação e em seu conglomerado em geral, gera grande impacto na comunicação nacional devido a sua grande influência. Castells (2019, p. 472) fala sobre o processo de construção simbólica, afirmando que há, no entanto, uma característica comum a todos os processos de construção simbólica: eles são amplamente dependentes das mensagens e molduras criadas, formatadas e difundidas nas redes multimídias de comunicação.

Também se utilizou como exemplo neste trabalho, a substituição pontual de apresentadores brancos por apresentadores negros na discussão do racismo no programa Em Pauta da Globo News, o evento ocorreu no ano de 2020, dias após o assassinato de George Floyd nos Estados Unidos. A substituição ocorreu após pressão de internautas no Twitter e no Facebook. Neste caso, as redes sociais pautaram a necessidade de apresentadores negros para a discussão do racismo, garantindo assim um lugar de fala de indivíduos negros, esse gesto fez com que a emissora passasse pouco a pouco a repensar sua política em relação a diversidade e cada vez mais profissionais negros passaram a fazer parte da programação, sobretudo em frente às câmeras. Castells (2019, p.416) aprofundou-se sobre o poder das redes nas mobilizações sociais, ele defende que as mobilizações constituem uma prática de resistência ao juntarem redes de indivíduos que participam desse caso particular de resistência em um momento e em um espaço determinado. Como os telefones celulares permitem que as pessoas estejam perpetuamente em rede, a qualquer momento, em qualquer lugar, as explosões de raiva sentidas no nível individual têm o potencial de se desenvolverem em uma comunidade insurgente pela formação instantânea de uma rede de muitos indivíduos diferentes que estão unidos em sua frustração, embora não necessariamente unidos em torno de uma posição ou de uma solução comum para a fonte de dominação considerada injusta.

No caso específico da Globo News e do programa Em Pauta, o qual trouxe apresentadores negros para discutir racismo, observamos que as redes sociais agiram numa clara estratégia de contrapoder e, a internet foi responsável por pressionar uma rede de televisão hegemônica, com forte influência e domínio no ponto de vista discursivo. A internet passa então a ser uma ferramenta com força e poder suficiente para ajudar as pautas sociais e raciais frente a instituições hegemônicas, que passam então a se adequar a demanda dos usuários das redes

sociais, essa mudança é gradativa porém cada vez mais presente e direcionada a busca de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Dessa forma os eventos que elencamos neste trabalho possuem uma relação de causa e efeito, nosso intuito era apontar eventos narrativos relevantes suficientemente para gerar um marco de pensamento capaz de provocar uma mudança nas narrativas expostas por conglomerados hegemônicos de comunicação. E como efeito, apontamos, por exemplo, a inclusão de pessoas negras como protagonistas em programas de comunicação como novelas, jornalísticos e demais programações comunicativas que dominam o discurso. Não estamos com isso apontando que houve uma diminuição do racismo sistêmico, mas que houve o fortalecimento do antirracismo através de ações das mídias sociais e da opinião pública, responsáveis pela mudança ainda que incipiente de grandes conglomerados de comunicação que passam agora a se adequar a uma nova realidade de denúncia do racismo e implementação de práticas antirracistas em sua programação.

O racismo discursivo passa então a sofrer grandes mudanças, pois as elites simbólicas responsáveis pela sua reprodução mudaram, a mídia continua tendo sua importância na disseminação de valores, racistas ou não, porém a internet e as redes sociais surgem agora como novos atores, que protagonizam mudanças expressivas a partir de movimentos antirracistas como o Black Lives Matter e influenciadores digitais que discutem conceitos de letramento racial e o compartilhamento de opiniões que reverberam no *Twitter*, *Facebook*, *Instagram*, *Tik Tok* e redes sociais diversas. Logo, os formadores de redes multimídia de comunicação de massa são responsáveis agora pela disseminação de uma cultura antirracista, uma cultura que passa a denunciar o racismo e incluir pessoas negras em sua programação. Apesar de perceber mudanças positivas em torno do antirracismo nos meios de comunicação em geral, é necessário estar ciente de duas questões, a primeira é que os meios de comunicação de massa podem pautar agendas visando o lucro, e a segunda, é de que nenhum meio de comunicação é neutro, conforme Castells (2019) coloca respectivamente:

O poder de formar redes está nas mãos de um pequeno número de conglomerados, seus representantes e seus sócios. Mas esses conglomerados são formados por redes de propriedades múltiplas dos meios de comunicação operando em modos múltiplos e em ambientes culturais e institucionais também múltiplos. O poder de formar redes é a capacidade de estabelecer e programar uma rede, nesse caso uma rede multimídia de comunicação de massa. Isso diz respeito principalmente aos proprietários e controladores das corporações da mídia, sejam eles empresas ou o Estado. São aqueles

que têm os meios financeiros, legais, institucionais e tecnológicos para organizar e operar redes de comunicação de massa (Castells, 2019, p. 474).

Houve uma diferença extraordinária entre processos políticos dominados pelos jornais em relação àqueles moldados pelo rádio e, mais ainda, pela televisão. Há também uma diferença crítica entre o poder incorporado à comunicação de massa e a capacidade autônoma de desafiar a ordem política com base na internet. Dessa maneira, a tecnologia não determina o processo e o resultado do processo de tomada de poder, mas ela também não é neutra, já que maximiza as chances para a expressão e mobilização de projetos alternativos que emergiram da sociedade para desafiar as autoridades. Acho analiticamente necessário enfatizar que o poder da rede, como incorporado na internet, não é simplesmente um aspecto tecnológico, pois a internet, como todas as tecnologias, é cultura material, portanto incorpora uma construção cultural. No caso da internet, a cultura é liberdade (Castells, 2019, p. 35).

Na reta final deste trabalho, retomo o problema de pesquisa apresentado na introdução: como a mídia interage com as questões raciais? Seja através de representações, estereótipos, mercado de trabalho, ou questões relacionadas à diversidade e inclusão. Nesse sentido, observamos mudanças positivas no quesito inclusão e diversidade nos meios de comunicação, sobretudo na televisão. Nossa pesquisa partiu da hipótese de que grandes tragédias raciais podem provocar uma ruptura discursiva a ponto de gerar mudanças significativas nos meios de comunicação em relação a pessoas negras. Percebeu-se que após um ciclo de tragédias raciais ocorridas em 2020, iniciando-se com o assassinato de George Floyd por um policial norte-americano, a tragédia envolvendo o menino Miguel, que morreu após jogar-se do nono andar de um prédio de luxo no Recife, enquanto a mãe, uma empregada doméstica passeava com os cachorros da patroa, além da morte de Alberto Freitas, assassinado a chutes e pontapés em uma unidade da rede de supermercados Carrefour, na cidade de Porto Alegre. Nossa pesquisa enfatiza que tais tragédias foram responsáveis por uma ruptura discursiva, que pressionou os meios de comunicação a responderem de acordo com os anseios da sociedade brasileira, que busca maior equidade racial e representatividade. Observamos que o público passou a pautar temas relevantes nos telejornais, que se adequaram, trazendo diversidade para o quadro de apresentadores, repórteres e notícias. Os *reality shows* tão apreciados pelo público brasileiro, passaram a apresentar elencos cada vez mais diversos, e temas como o racismo religioso, puderam ser discutidos em rede nacional.

Observamos o nascimento de uma espécie de “primavera racial” que surgiu após os trágicos acontecimentos de cunho racista, ocorridos no ano de 2020, o que possibilitou discutir a partir de exemplos, as mudanças no cenário comunicacional daí em diante. Nesse sentido, o

novo olhar que observou-se nos meios de comunicação após os eventos do ano de 2020, são responsáveis pela emissão de uma nova mensagem, que passa a ser recebida pela sociedade e ajuda na promoção de um olhar antirracista de forma geral, a inclusão de personagens negros em novelas, nas bancadas de jornais, histórias negras narradas de forma positiva, a denúncia do racismo em narrativas que passam a ser contadas nos meios de comunicação, participação em programas de televisão e etc. Enfim, a mensagem está na fonte da construção do significado e uma nova mensagem traz novos significados.

A implicação prática desta pesquisa se dá a partir do reconhecimento do ponto de ruptura que divide a história entre antes e depois dos eventos raciais do ano de 2020 e o clamor popular nas redes sociais que provocaram mudanças históricas nos meios de comunicação em relação à abordagem racial. Como limitações da pesquisa, a falta de pesquisas prévias sobre o assunto, com poucas ou quase nenhuma pesquisa anterior, nos colocou em um ponto de dificuldade, mesmo assim nossas descobertas são válidas e confiáveis, apesar desta restrição. Nossa dificuldade pode servir como uma oportunidade para investigações futuras no campo da comunicação e dos estudos raciais, lembrando que futuramente podem ocorrer novos eventos que levem a novas rupturas e tragam novas mudanças em novos cenários.

Nossa contribuição para o campo da comunicação e dos estudos raciais se dá a partir do reconhecimento da ruptura discursiva que ocorreu após os eventos de cunho racial no ano de 2020, o clamor popular mundial por justiça racial e enfrentamento ao racismo, mobilizou a necessidade de mudanças nos meios de comunicação, sobretudo a mídia televisiva e a partir daí essas mudanças passaram a integrar a grade da programação da maior rede de televisão do Brasil e, do ponto de vista simbólico, a inclusão de pessoas negras nos meios de comunicação podem influenciar e fortalecer a inclusão também em outros segmentos sociais.

Este trabalho não se esgota por aqui, apenas apontamos caminhos para uma reflexão sobre racismo e antirracismo, numa perspectiva de poder e contrapoder, a partir de eventos do cotidiano que com seu peso simbólico são responsáveis pela mudança do pensamento contemporâneo. A luta pelo fim da violência policial contra pessoas negras, a representatividade de corpos negros na programação televisiva ainda são temas que merecem ser explorados em trabalhos futuros. Nesse sentido, como sugestão para pesquisas futuras, seria interessante mensurar o percentual de inclusão de negros e outras raças nas estruturas dos meios de

comunicação no Brasil, não apenas em frente as câmeras mas também nas redações e em outros espaços comunicacionais, inclusive na publicidade. Nossa reflexão pessoal sobre o tema é de que a estrutura racial brasileira pouco alterou-se desde os tempos coloniais e nossa dificuldade em ultrapassar e vencer estas barreiras é redobrada, pois temos várias interseccionalidades que nos colocam distantes dos espaços de poder e tomadas de decisão. Os fatores cognitivos ainda entranhados na mente da branquitude, atualmente os detentores do poder simbólico, nos colocam em um lugar de subalternização e esquecimento, transpor essa barreira é o que me motivou a escrever esse trabalho e ultrapassar esse obstáculo que me leva para o outro lado desse rio caudaloso e turbulento que é o racismo.

REFERÊNCIAS

- ALEXANDER, Michelle. **The New Jim Crow**: mass incarceration in the age of colorblindness. New York/London: The New Press, 2010.
- ALMEIDA, S. L. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- ALMEIDA, S. L. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.
- AMOSSY, Ruth. *Apologia da polêmica*. São Paulo: Editora Contexto, 2017.
- BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem. Tradução de Michel Teixeira Wisnik e Carlos Henrique D. Chagas Cruz. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.
- BENTO, M. A. S. **Pactos Narcísicos no Racismo**: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público. Tese de Doutorado (Instituto de Psicologia de São Paulo) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. (185p.).
- BONILLA-SILVA, E. **Racismo sem racistas**: o racismo da cegueira de cor e a persistência da desigualdade na América. São Paulo: Editora Perspectiva, 2020.
- BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1987.
- BOURDIEU, P. **Esboço de autoanálise**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- BOURDIEU, P. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- CÂNDIDO, M. R.; VIEIRA, L. **Negros nos jornais brasileiros**. Rio de Janeiro: IESP/UERJ, 2020. (Levantamento das políticas de ação afirmativa - GEMAA)
- CANÔNICO, M.A. **Da Maré, vereadora fazia parte do ‘bonde de intelectuais da favela’**. Folha de São Paulo, 15 de março de 2018 - Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/03/feminista-negra-e-cria-da-mare-quem-foi-a-vereadora-marielle-franco.shtml> Acessado em: 03 de fevereiro de 2023.
- CASTELLS, M. **O poder da identidade** - A era da informação: Economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, vol. 2. 2000.
- CASTELLS, M. **O poder da comunicação**. 3ª Edição. São Paulo/Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra, 2019.
- _____. **A Galáxia da Internet** – Reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- CERQUEIRA, D. R. C.; MOURA, L. R. **Vidas perdidas e racismo no Brasil**. 2014.

Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/sociais/article/view/6320/4137> Acesso em: 22 abr. 2017.

CHEVITARESE, A. L. Entrevista com André Leonardo Chevitarese: um novo olhar sobre o estudo do Jesus histórico e do paleocristianismo. *Romanitas - Revista de Estudos Grecolatinos*, n. 1, p. 5-12, 2013.

COLLINS, P. H. **Black Feminist Thought. Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment**. New York: Routledge, 2000.

COSTA, L. Gêneros jornalísticos. In: MARQUES DE MELO, José; ASSIS, Francisco de (Orgs.). *Gêneros jornalísticos no Brasil*. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2010. p.43-83.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, [S.L.], v. 10, n. 1, p. 171-188, jan. 2002.

CRI. **Articulação para o Combate ao Racismo Institucional**. Identificação e abordagem do racismo institucional. Brasília: CRI, 2006.

DA MATTA, R. **Relativizando**: uma introdução à Antropologia. Petrópolis: Vozes, 1984.

DANIN, R. A.; CARVALHO JÚNIOR, J. G.; REIS, T. R. **Racismo discursivo**: O caso Marielle Franco e a cobertura da mídia internacional. *methaodos.revista de ciencias sociales*, v. 6, n. 2, 15 oct. 2018. Acesso em: 22 nov. 2020. <https://doi.org/10.17502/m.rcs.v6i2.243>

DANIN, R.A. **TEUN VAN DIJK: A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DO NEGRO LATINO-AMERICANO POR UM JORNAL INTERNACIONAL**. *Policromias - Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som*, 5(1), 131-155. 2020. Acesso em: 22 nov. 2020. <https://revistas.ufrj.br/index.php/policromias/article/view/31217>

DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo**: comentários sobre a sociedade do espetáculo. Trad. Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DUVERNAY, Ava. **A 13a emenda**. EUA: 2016.

ENRIQUEZ, e. **A organização em análise**. Petrópolis: Vozes, 1997.

ENTMAN, R. M. **Framing**: Toward clarification of fractured paradigm. *Journal of communication*, 43(4), p. 51-58, 1993.

Disponível em https://scholar.google.com/citations?view_op=view_citation&hl=en&user=5bPxbl0AAAAJ&citation_for_view=5bPxbl0AAAAJ:2osOgNQ5qMEC Acesso em: 01 mar. 2023.

EDDO-LODGE, R. **Porque eu não converso mais com pessoas brancas sobre raça**. Tradução: Elisa Elwine. Belo Horizonte: Letramento, 2019.

EVARISTO, C. **Conceição Evaristo**: imortalidade além de um título. Entrevista concedida a Ivana Doralí. *Revista Periferias*, v.2, n.2, 2018. Disponível em:

<http://revistaperiferias.org/materia/conceicao-evaristo-imortalidade-alem-de-um-titulo/>.

Acesso em: 21 jul.2021.

FANON, Frantz. **Black Skin, White Masks**. London: Grove Press, 1967.

FANON, Frantz. **Pele negra máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo, Elefante, 2017.

FREYRE, G. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. São Paulo: Global, 2003.

FOUCAULT, M. **Arqueologia do saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, M. **O sujeito e o poder**. In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. Michel Foucault: uma trajetória filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica. Tradução de Vera Portocarrero e Gilda Gomes Carneiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, M. **Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)**. Tradução de Eduardo Brandão. Revisão da tradução de Cláudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

G1, Globo.com. **Ele pediu: Milena, me ajuda. Diz mulher de homem negro morto em Carrefour de Porto Alegre**. Youtube, 19 de novembro de 2020, Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2020/11/20/ele-pediu-milena-me-ajuda-diz-mulher-de-homem-negro-morto-em-carrefour-de-porto-alegre.ghtml> Acessado em: 03 de março de 2023.

GADELHA, Wilfred. “Sari acabou com tudo que eu sonhava”, diz mãe de menino Miguel. Metrôpoles, jun. de 2020. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/sari-acabou-com-tudo-que-eu-sonhava-diz-mae-de-menino-miguel>. Acesso em: 03 de fevereiro de 2023.

GIL, A. C. **Método e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed., São Paulo: Atlas S.A, 2008.

GILROY, P. “**There Ain’t No Black in the Union Jack**”: The cultural Politics of race and nation. London: SAGE, 2001.

GILROY, Paul. **O Atlântico negro**. São Paulo: Editora 34; Rio de Janeiro: UCAM, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2012.

GLOBO. **Relatório Jornada ESG 2022**. São Paulo, abril de 2023. Disponível em: https://s3.glbimg.com/v1/AUTH_181ecc4c353545aaa3c24808d6e5977d/somos-globo/Relat%C3%B3rio%20Jornada%20ESG%20Globo%202022.pdf Acesso em: 07 de julho de 2023.

GOFFMAN, E. **The presentation of self in everyday life**. New York: Doubleday Anchor Books, 1959.

GOMES, N. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil**: uma breve discussão. In: BRASIL. Ministério da Educação – Secretaria de Educação Continuada (MEC/SECADI). Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10639/03. Brasília, MEC/SECADI, 2005. p. 39-62. Disponível em: <<https://bit.ly/22imuJR>>. Acesso em: 21 de julho de 2021.

GOMES, W. **Transformações da política na era da comunicação de massa**. São Paulo: Paulus, 2014.

GONZALEZ, L. **A categoria político-cultural de Amefricanidade**. In Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, jan./jun. 1988.

GONZALEZ, L. **A Juventude Negra no Palco da História**, 1979. In: UCPA, União dos Coletivos Pan-africanistas; GONZALEZ, Lélia. Primavera para as rosas negras. Rio de Janeiro: Diáspora Africana, 2018.

GONZALEZ, L. **Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira**. IV Encontro Anual da Associação Brasileira de Pós-graduação e Pesquisa nas Ciências Sociais, Rio de Janeiro, 1983.

GROSGOUEL, Ramón. **Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais**: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENEZES, Maria Paula (Orgs.). Epistemologias do Sul. Coimbra: Edições Almedina, 2009.

HALL, S. **A centralidade da cultura**: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. Educação e Realidade, 1997a.

HALL, Stuart. **Da Diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

HALL, S. **Representation**: Cultural Representations and Signifying Practices. London: Sage: The Open University, 1997b.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 12 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2019.

HALL, S. **The spectacle of the other**. In: HALL, S. (Org.). Representation: Cultural Representations and Signifying Practices. London: Sage, 1997c. p. 223-279.

HAN, Byung-Chul. **O que é poder?** Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

HASENBALG, C. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HASENBALG, C. A. **O negro na publicidade**. In: GONZALEZ, L.; HASENBALG, C. A. Lugar de negro. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982. P. 103-114.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOOKS, Bell. **Olhares negros: raça e representação**. Tradução de Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf Acessado em: 05 de julho de 2021.

KAPLAN, A.M., HAENLEIN, M. **Users of the World, Unite!** The challenges and opportunities of social media. Business Horizons, 53, 59-68, 2010.

KELLNER, D. **A cultura da mídia** – estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

KELLNER, D. “**A cultura da mídia e o triunfo do espetáculo**”. In: Líbero – Revista Acadêmica de Pós-Graduação da Faculdade Cásper. Ano VI, vol. 6, n. 11, 2003.

KILOMBA, G. **Memórias da Plantação**: episódios de racismo cotidiano. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

KOTLER, P; ARMSTRONG, G. **Princípios de Marketing**. 12. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

MACHADO, A. **A televisão levada a sério**. São Paulo: Senac, 2000.

MARTÍN-BARBERO, J. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. Tradução de Jacob Gorender. São Paulo: SENAC, 2001.

MBEMBE, A. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, políticas de morte. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MBEMBE, A. **Crítica da Razão Negra**. Lisboa: Antígona, 2017.

MBEMBE, Achille. **Sair da grande noite**: ensaio sobre a África descolonizada. Petrópolis: Editora Vozes, 2019.

McINTOSHI, P. **White Privilege**: unpacking the Invisible Knapsack. In: Peace and freedom, S.1., 1989.

MCQUAIL, D. Teoria da comunicação de massas. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

MORIN, E. **Cultura de massas no século XX**: o espírito do tempo 1: neurose. 5. ed. Rio de Janeiro: Florense Universitária, 1981.

MUNANGA, K. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. In: BRANDÃO, A.A.P. (Org.). Cadernos PENESB, Niterói, n. 5, p.15-34, 2004.

MUNANGA, K. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. 5 ed. rev. amp. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

O BOTICÁRIO. Natal 2020 - O Boticário. Youtube, 22 de novembro de 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CVRo7L5WpA8&t=3s> Acessado em: 03 de março de 2023.

_____. O Boticário apresenta: Talentos da Favela. Youtube, 17 de setembro de 2021, Disponível em: <https://youtu.be/pqV2XVcMz0s> Acessado em: 03 de março de 2023.

_____. **Relatório Administrativo ESG 2022**. São Paulo, junho de 2023. Disponível em: https://www.grupoboticario.com.br/wp-content/uploads/2023/07/RA_Boticario_2022_Resumido_PORT.pdf Acessado em: 07 de julho de 2023.

_____. **“Hoje e todos os dias a luta por diversidade é nosso compromisso”**. Facebook, 20 de novembro de 2020. <https://www.facebook.com/140105282727777/posts/4728483310556595/>

O Globo. **Morte de João Alberto evidencia dimensão do racismo no Brasil, diz ONU**, coluna Brasil, O Globo, 21 de novembro de 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/morte-de-joao-alberto-evidencia-dimensao-do-racismo-no-brasil-diz-onu-24759166> Acessado em 03 de fevereiro de 2023.

OKRI, B. **‘I can’t breathe’**: why George Floyd’s words reverberate around the world. The Guardian, 08 de junho de 2020. Disponível em: <https://www.theguardian.com/commentisfree/2020/jun/08/i-cant-breathe-george-floyds-words-reverberate-oppression> Acessado em: 03 de fevereiro de 2023.

ONU. Organização das Nações Unidas - Objetivos do desenvolvimento sustentável no Brasil. Brasília, junho de 2023. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs> Acessado em: 13 de março de 2023.

ORLANDI, E. P. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**, 3º ed., Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.

PORTELA, P.; FERES JR, J. **Jornalismo Brasileiro: raça e gênero de quem escreve nos principais jornais do país**. Rio de Janeiro: IESP/UERJ, 2021. (Levantamento das políticas de ação afirmativa - GEMAA)

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. En libro: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Edgardo Lander (org). Colección Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005. pp.227-278.

RIBEIRO, S. **Até quando as negras serão domésticas na sua novela?**. Marie Claire, 2017. Disponível em:

Janeiro: Garamond, 2004.

SOVIK, L. **Aqui ninguém é branco**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2009.

TRAVANCAS, Izabel. **Etnografia da produção jornalística**: estudos de caso da Imprensa Brasileira. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

TELLES, A. **A revolução das Mídias Sociais**: Estratégias de marketing digital pra você e sua empresa terem sucesso nas mídias sociais. São Paulo. Editora M. Books do Brasil. 2010.

TELLES, E. **Pigmentocracies**: ethnicity, race, and color in Latin America. Chapel Hill: University of North Carolina Press. 2014.

THOMPSON, J.B. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. Petrópolis: Ed. Vozes, 2011a. Prefácio, Introdução e Capítulo 01 – Comunicação e Contexto Social, p. 21 - 72.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis: Vozes, 2011b.

TORRES, C. **A Bíblia do Marketing Digital**: Tudo que você queria saber sobre marketing e publicidade na internet e não tinha a quem perguntar. São Paulo. Editora Novatec. 2009.

TRAQUINA, N. (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e estórias**. Lisboa: Vega, 1993.

TRAQUINA, N. Teorias do jornalismo. Florianópolis: Insular, 2004.

UNESCO (2003) Open File on Inclusive Education. Paris: UNESCO

VAN DIJK, T. A. **Racism and the press**. London: Routledge, 1991.

_____. New(s) racism: a discourse analytical approach. In: COTTLE, S. **Ethnic minorities and the media**: changing cultural boundaries. Philadelphia: Open University Press, p. 33-49, 2000.

_____. **Discurso antirracista no Brasil**: da abolição às ações afirmativas. Tradução de Conceição Maria Alves de Araújo Guisardi. São Paulo: Contexto, 2021. 288 p.

_____. **Discurso e poder**. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. **Discurso e poder**. São Paulo: Contexto, 2018. 281 p.

_____. Discourse and context. A socio-cognitive approach. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 2008.

_____. Análise Crítica do Discurso. In: TOMAZI, Mattedi Tomazi. et al. Estudos discursivos em diferentes perspectivas: mídia, sociedade e direito. São Paulo: Terracota Editora, 2016, p. 19 - 35.

_____. Critical Discourse Analysis. **Handbook of Discourse Analysis**. Oxford: Blackwell,

p. 352-371, 2001.

_____. **La Notícia como Discurso**. Barcelona: Paidós, 1980.

WASELFISZ, J. **Juventude, violência e cidadania: os jovens de Brasília**. São Paulo: Cortez/UNESCO, 1998.

WASELFISZ, J. **Mapa da Violência 2016: Mortes Matadas por Armas de Fogo**, Rio de Janeiro, FLACSO/CEBELA, 2016.

WIEVIORKA, M. **O Racismo, uma introdução**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

WODAK, R; MEYER, M (Ed.). **Methods of critical discourse analysis**. London: Sage, 2001. p. 95-120.

WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra o capitalismo: a renovação do materialismo histórico**. Tradução: Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2011.